DR. NAZIANZENO DE VASCONCELOS
(NENO VASCO)

CONCEPÇÃO ANARQUISTA DO SINDICALISMO

Secção Editorial de A BATALHA
Calçada do Combro, 38-A, 2.º
LISBOA - 1923

Concepção Anarquista

do

Sindicalismo

NENO VASCO.

Concepção Anarquista

DO

SINDICALISMO

SECÇÃO EDITORIAL DE "A BATALHA"
Calçada do Combro, 38-A, 2.º
LISBOA — 1920

O comunismo anarquista

I. Definição de liberdade. A solidariedade, factor de liberdade. Os obstáculos que lhe são opostos. Opressão económica, política e intelectual; seus órgãos. — II. O mecanismo da exploração do homem exposto cândidamente na Bíblia: José domina o Egipto pela fome. — III. O que é preciso fazer e o que é preciso destruir. Interdependência do privilégio económico e do privilégio político. Abolição necessária de ambos. — IV. Recapitulação: porque somos comunistas e anarquistas

I

Em busca do conceito positivo de liberdade, definido com a maior nitidez possível, cremos poder deixar de lado a questão do livre arbítrio e do determinismo. Os deterministas negam a liberdade volitiva, isto é, a vontade independente de motivos, com o poder absoluto de se determinar a si própria; para êles, tal liberdade não existe, sendo a vontade um produto do meio cósmico, individual e social, uma resultante do ambiente em que actua. Os livre-arbitristas, pelo contrário, afirmam essa liberdade, admitindo, porêm (como faz o advogado italiano Luís Lala, numa crítica ao livro bem conhecido de Luís Molinari—*Il Tramonto del diritto penale)*, admitindo, porêm, que algumas vezes a autonomia da vontade pode, pelo concurso de factores externos ou internos, ficar parcial ou totalmente paralisada.

Logo, a vontade pode encontrar, na sua realização, obstáculos insuperáveis, que—admitem-no os próprios livre-arbitristas—anulam a liberdade no terreno dos factos, nas suas relações com o ambiente social, com o mundo exterior.

O que nos importa, pois, é estudar êsses obstáculos e

os meios de os evitar. A questão reduz-se a definir a manifestação exterior da liberdade, para os livre-arbitristas; para os deterministas, a única liberdade existente—a liberdade de agir, ou noutros termos, a *possibilidade* de realizar a vontade. Pouco importa, para o nosso caso, que a vontade seja ou não determinada.

¿Ora, donde podem vir os obstáculos à realização da vontade?

Ou das fôrças naturais, físicas, ou do mundo social, das fôrças humanas.

A liberdade afirma-se primeiramente como acto positivo: é o produto duma conquista sôbre o ambiente, o resultado duma luta contra as fôrças exteriores. E logo surge a associação, a coordenação de fôrças, como factor de liberdade. A cooperação de esforços, actuando contra as fôrças físicas e sociais hostis, vencendo maiores resistências, aumenta a soma de possibilidades e bem-estar, isto é, de liberdades, de cada uma das partes associadas. E se a solidariedade se desse entre todos os seres humanos, a luta teria como alvo único o triunfo sôbre a natureza bruta. As fôrças conscientes, antes divididas, agora unidas, obteriam vantagens bem mais apreciáveis que as mesquinhas vitórias duma guerra fratricida, da qual saem amiúde os vencedores mais debilitados que os vencidos.

Realizada, pela cooperação voluntária (voluntária e não obrigatória, pois a coacção seria a continuação da luta), a harmonia entre as fôrças humanas, a liberdade seria uma afirmação positiva unicamente contra as fôrças inconscientes da natureza; sob o ponto de vista social, ela seria apenas negativa, o não-emprêgo da violência, abstenção aliás fácil, se foram tirados aos homens os meios de constranger a vontade alheia, se foi destruído o monopólio da fôrça e da riqueza.

De dois modos gerais pode um homem ser constrangido ou violentado por uma vontade alheia: ou directamente, pelo emprêgo da fôrça *(violência)*; ou indirectamente, pela detenção ou monopólio dos meios e condições de vida—terras, instrumentos de trabalho, produtos. Há ainda outra espécie de coacção, exercida sôbre a inteligência, quer directamente, pelo engano e a mentira, quer indirectamente, pelo monopólio do saber e da ins-

trução, dos meios de propaganda, de comunicação e de educação.

No mundo actual, dividido em classes sociais, a violência indirecta ou económica é sistemáticamente exercida pela minoria que detêm, apoiada na fôrça bruta e no engano, assim como na ignorância das massas, os meios de produzir e as riquezas acumuladas pelo labor indestrinçável das gerações humanas. Armada dêsse monopólio, pode a classe detentora ou capitalista explorar largamente o trabalho das massas, reduzindo-as à miséria, restringindo-lhes as possibilidades de consumo. E por outro lado pode limitar a produção, para rarefazer e encarecer o produto.

A violência directa ou política é sistemáticamente exercida pelo Estado, pelas instituìções governamentais, com as suas engrenagens essenciais—a fôrça armada, a magistratura e o carcereiro. Essa organização tem por fim garantir o monopólio capitalista, sem descurar os seus interêsses próprios.

O poder económico-político das classes dominantes assenta igualmente na ignorância, desorganização e apatia das massas, em cujo seio é recrutado o baixo pessoal da defesa capitalista, instrumento inconsciente da escravização da sua própria classe. Para manter êste estado de coisas, os dominadores teem o monopólio efectivo dos meios de comunicação, de divulgação e de ensino, e servem-se deles para fazer história a seu modo, para desnortear os povos com mentiras e notícias falsas ou unilaterais, para criar uma moral e uma opinião favoráveis aos seus interêsses de classe, para só distribuir ao povo migalhas de saber deturpado, para fincar nos cérebros, desde a infância, à fôrça de marteladas, os dogmas interessados, as doutrinas de obediência e passividade—religião, patriotismo, sciência oficial.

Órgão específico desta função conservadora foi principalmente o sacerdócio de tôdas as Igrejas. E' hoje também êsse outro sacerdócio, o do dogma oficial, e sobretudo o da grande imprensa, a serviço dos potentados da finança e da política.

A guerra europeia e mais ainda o esfôrço solidário das burguesias para esmagar a revolução proletária, iniciada na Rússia, mostraram-nos em plena acção todos aqueles

organismos de violência e de engano, operando—cada vez mais dificilmente, é certo—sôbre o vasto campo da inconsciência das massas exploradas, cuja apatia, no entanto, a grande convulsão veio sacudir enérgicamente...

II

No capítulo XLVII do Génesis, versículos 14 a 26, a Bíblia descreve-nos o modo como o hebreu José administrou o Egipto *pela fome*, como êle pela fome escravizou os homens, reduzindo-os à miséria e à dura necessidade de servir. E' a história resumida e simplificada de tôdas as espoliações e de tôdas as tiranias políticas e económicas. Salvo êrro, Tolstoi aponta e comenta num dos seus livros esta mesma passagem bíblica.

Literatura de dominadores, destinada a celebrar os tiranos e suas leis e a ensinar ao povo a resignação e a obediência, a Bíblia expõe o mecanismo da escravidão em termos claros, quási cândidos—à luz da hipocrisia democrática moderna.

Como a fome afligiu a terra, sobretudo o Egipto e o país de Canaan, José vendia para todos os lados o trigo assambarcado, guardando no erário régio o dinheiro recebido.

Mas o dinheiro faltou aos famintos. E então o povo pediu pão ao assambarcador, para não morrer de fome na sua presença. «Se não tendes dinheiro, trazei-me o vosso gado», redarguiu o infame senhor das coisas e, pelas coisas, dominador dos homens que delas vivem.

O povo deu o seu gado e assim viveu mais um ano. Mas os rebanhos e animais domésticos vieram também a faltar-lhe; e então os míseros súbditos, em vez de expropriar o que era o fruto do suor de todos, ofereceram-se como escravos e pediram sementes para se não tornar a terra em charneca, perecendo os cultivadores. Mas leiamos o livro sagrado:

«Portanto, comprou José tôdas as terras do Egipto, vendendo cada um deles as suas propriedades por causa da extrema fome. E fez a faraó senhor delas, com todos os seus povos, desde uma extremidade do Egipto até à outra: excepto sómente a terra dos sacerdotes, que lhes tinha sido dada pelo rei, porque a estes se davam géne-

ros determinados dos celeiros públicos; e por isso não se viram na precisão de vender os seus bens.

«Depois disto disse José ao povo: Bem vêdes que vós e vossas terras sois de faraó; tomai sementes e semeai os campos, para poder colher frutos. Dareis ao rei a quinta parte, e eu vos deixo as outras quatro para semente e para sustento de vossas famílias e filhos.

«E os homens do povo responderam: «A nossa vida está na tua mão; atenda-nos pelo menos o nosso senhor, e alegres serviremos ao rei».

«Desde aquele tempo até ao dia de hoje se paga em todo o Egipto aos reis a quinta parte; e isto como se passou em lei, excepto a terra dos sacerdotes, que ficou isenta desta condição».

Os homens, privados da terra e dos gados, dos meios de produzir, são forçados pela fome a vender o próprio corpo, os próprios braços, sob quaisquer condições, ao assambarcador, ao faraó, ao patrão. E', então como hoje, a coacção económica ou *indirecta*.

Além desta, há a coacção exercida sôbre a inteligência, pela mentira, os falsos ideais, as vãs promessas, o terror da divindade e do castigo eterno — é a coacção *moral* ou *religiosa;* ou exercida sôbre o físico, por meio das punições corporais, pela privação da vida ou da liberdade de movimento — é a coacção política ou *directa*. Com efeito, se ao patrão não basta o assambarcamento dos meios de produzir, dos instrumentos de trabalho, lá está o sacerdote, ser privilegiado, que combate o diabólico espírito de revolta e incita o povo a resignar-se e a obedecer à vontade do... Senhor; e se o padre não é ainda suficiente, acode o juiz, o esbirro e o soldado, que guardam os celeiros, forçam ao trabalho e domam as revoltas.

Todas essas coacções são inseparáveis, persistindo através dos tempos com formas ou designações várias. Assim hoje, o padre disfarça-se amiúde sob o nome de jornalista, sábio ou poeta, sacerdotes duma religião chamada o patriotismo.

E o que se dá entre os indivíduos e entre as classes, dentro dum Estado, dá-se entre os Estados, alguns dos quais exercem sôbre os mais fracos ora a coacção directa, militar, ora a coacção indirecta, económica, quando de-

teem o oiro, o comércio mundial, os produtos essenciais, os mares e as terras.

III

Para que o homem seja livre na terra livre, é pois necessário começar por atacar o edifício de mentiras dos dominantes pela propaganda e acção incessantes das minorias conscientes, conjugadas com as agitações e descontentamentos das massas, para chegar enfim a destruir ao mesmo tempo a coacção económica e a política. Uma não pode viver sem a outra; e se após uma revolução, encontramos tal qual uma delas, é porque a outra só mudou de nome ou de feitio.

Se porventura subsistisse o senhor das coisas, êste em breve se rodearia de guardas e cointeressados; e o mesmo faria o detentor do poder político, que persistisse sob o pretexto de defesa dos interesses comuns: trataria de se amparar numa classe privilegiada, distribuindo pelos apaniguados as funções mais leves ou mais bem remuneradas, criando de qualquer forma uma burocracia ociosa e parasitária. O faraó, que isenta os padres (e certamente os guerreiros), dá o exemplo clássico.

Os egípcios deviam ter comunizado os celeiros, terras e gados e organizado o trabalho por conta de todos, por meio de associações produtoras. E se os modernos não querem continuar a vegetar na servidão e na carestia — terreno onde floresce a riqueza dos assambarcadores — não teem outro caminho a seguir.

Eis porque queremos a socialização dos meios de produzir, da terra e dos instrumentos de trabalho. Queremos que a riqueza social, fruto comum indestrinçável do labor manual e intelectual das gerações passadas e presentes, comum venha a ser na sua aplicação. Noutros termos, trabalhamos pela abolição da propriedade particular, pela extinção do monopólio do *capital* — e dizendo capital, queremos aqui significar, não o dinheiro, mas as verdadeiras utilidades, os meios de produção, que devem ser postos à disposição de todos. Tam monstruoso regime vive e prospera sôbre a limitação da produção, quer seja normalmente determinada pela restrição das possibilidades de consumir, vício orgânico do sistema do salá-

rio, quer seja provocada pelas grandes crises de miséria e carestia, tam favoráveis ao enriquecimento duma minoria.

Eis também porque reclamamos a supressão da instituìção governamental, pela socialização do poder político. Isto é, queremos substituir a actual organização política autoritária por uma organização política anarquista, que parta do indivíduo para a sociedade, associando-se livremente os indivíduos, federando-se livremente os grupos. Queremos a organização baseada sôbre a cooperação voluntária, adaptando-se plásticamente às múltiplas necessidades humanas.

IV

Recapitulemos. Somos, pois, socialistas ou comunistas, e anarquistas.

Como socialistas ou comunistas, atacamos o instituto da propriedade privada e a moral que o tem por base. No monopólio da riqueza produzida por todos, sem que a parte de cada um possa ser rigorosamente determinada, na apropriação individual da terra, dos meios de produção e de comunicação, bem como dos produtos, vemos nós a origem principal da miséria e do aviltamento da grande maioria, da insegurança e inquietação de todos.

Sujeito à escravidão do salariato, o trabalhador, recebendo em troca do seu labor uma pequena parte do que produz, vê muito limitada a sua possibilidade de consumo, não pode *comprar*. A produção é então igualmente limitada, pois que não se produz para satisfazer as necessidades de todos, mas para *vender*. Sucede mesmo êste absurdo: quando, graças à desorganização da produção, esta se torna por um momento superior às possibilidades de compra (não às necessidades reais), a *crise* lança na rua milhares de obreiros; com a desocupação, é ainda menor a possibilidade de consumir, de comprar; e assim a miséria é maior quando há... *excesso* de produção!

Não se produz para todos, e no entanto não faltam as matérias primas, as máquinas, as terras e os braços desocupados.

A solução que defendemos é a seguinte: destruir êsse

terrível direito de vida e de morte que tem o proprietário, senhor dos meios de produção, sôbre o trabalhador, desprovido de tudo. Como? Socializando, isto é, colocando à disposição de todos a terra, os instrumentos de trabalho, os meios de comunicação, as matérias primas, tudo pôsto em acção por todos e em proveito de todos. Queremos uma sociedade que tenha por fim assegurar a cada um o seu desenvolvimento integral; uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades dos indivíduos, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores.

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituïções políticas que teem por fim impor os seus interêsses e a sua vontade, mascarada ou não com a vontade popular.

O Govêrno (poder executivo, legislativo e judicial), sob o pretexto de cuidar dos interêsses gerais, não faz mais do que defender a classe económicamente forte que o ampara e o escolhe.

A sua «justiça» é uma justiça burguesa: o juiz só condena o fraco, o pobre; só com êste o carcereiro é rigoroso. A sua polícia é a guarda do cofre forte. O seu patriotismo é o dos banqueiros e dos grandes exportadores. Os seus «serviços públicos» são especialmente para os ricos e servem sobretudo para gratificar amigos e defensores.

Uma boa parte do imposto—pago pelos produtores: os trabalhadores—destina-o o govêrno à sua própria defesa, à conservação no poder da sua confraria, comprando cúmplices, dispensando empregos, sinecuras e subsídios.

Classe privilegiada êle próprio, no caso de subsistir depois de suprimida a classe burguesa, a necessidade de conservação o levaria a restabelecer o privilégio, para criar um partido seu, interessado em o sustentar.

Emprega uma boa parte das fôrças sociais em se defender, em reprimir os protestos e revoltas, em refrear as iniciativas, não cedendo liberdades senão a contra-gôsto, quando quere salvar o principal, ou quando os governados as tomam e usam sem pedir licença; e nada produz, nem promove, partindo a iniciativa do progresso dos indivíduos, que usam da liberdade que o govêrno não pôde sufocar.

Proclamando-se, apesar de tudo indispensável, induz os indivíduos a esperarem tudo da lei, da Providência-Estado, a abandonarem a inicitiva e a associação livre.

Somos, pois, anarquistas, porque queremos uma sociedade sem govêrno, uma organização livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação, com desprêzo de barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sôbre o livre acôrdo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideas e sentimentos dos indivíduos. E' para nós essa a organização política correspondente ao socialismo: a anarquia é o vaso que pode conter e garantir a igualdade de condições económicas.

O método anarquista

I. Resposta a objecções: a direcção patronal e a direcção técnica. O que se pretende eliminar é o parasita da produção: o capitalista, o proprietário, o patrão, o accionista, o intermediário inútil, o ocioso. — II. Se o homem fôsse um anjo... O homem não é bom nem mau: é o que o fazem as condições em que se acha colocado. A Anarquia não é o paraíso. — III. A deusa Natureza. As «leis naturais» que queremos infringir. Uma preparação impossível antes da revolução, que é mais início do que fêcho duma evolução. — IV. Fala um mestre: o conceito libertário de evolução e revolução. — V. Conclusões sôbre o método anarquista

I

Não é nosso intuito expor neste trabalho, em todos os seus aspectos e pormenores, as teorias do comunismo anarquista. Limitamo-nos, no primeiro capítulo, a esboçar-lhe as linhas essenciais, para fazer compreender, nos capítulos sucessivos, as suas relações com o sindicalismo operário e a concepção que dêste pode formar um anarquista.

Não cabe, pois, aqui responder a tôdas as objecções que ao anarquismo são opostas, o que não obsta, porêm, a que rápidamente passemos algumas em revista, mais para esclarecer os princípios já delineados do que para retrucar a adversários.

Não há muitos meses, um cronista reputado, catedrático da sciência oficial, dizia estar «na convicção que urge se difunda de que todos uns dos outros carecemos, o patronato de quem trabalhe, o operário de quem dirija». E o «director» de quem o operário precisa é naturalmente, na mente dêste doutor, o... patrão! O

capitalista, o accionista anónimo, o patrão que «dirige» financeiramente a sua empresa para dela tirar o maior lucro pessoal possível, sem perceber patavina do trabalho que êle explora, o assambarcador e o proprietário, que restringem a produção e confiscam ou destroem mesmo o produto para manter ou agravar a carestia — vício orgânico insanável do regime de produção capitalista — tôda essa gente, com a caterva interminável de vorazes intermediários, exerce na verdade uma «direcção» de que o trabalho precisa absolutamente, sem a qual êle não poderia satisfazer as necessidades da sociedade, sem a qual, enfim, ninguêm se entenderia!...

Entendamo-nos: o operário precisa com efeito da direcção patronal para continuar a ser salariado, instrumento de enriquecimento alheio... Isso, sim. E nesse sentido, é tambêm preciso o Estado — o gendarme, o juiz e a prisão — para amparar a «direcção» patronal e lhe garantir os direitos. E tambêm a caridade sob diversas formas — esmola privada, assistência pública, leis protectoras, reformismo — para evitar ou sofrear a revolta. Não há dúvida nenhuma. São tudo funções necessárias... para conservação e funcionamento do existente.

Mas a direcção patronal, ainda que por vezes se junte no mesmo indivíduo à direcção técnica, não se confunde com esta última. Esta pertence aos técnicos, e os técnicos são trabalhadores como os demais, não tendo nessa qualidade interêsse algum na limitação do produto para obtenção do lucro capitalista, não tendo como tais responsabilidade alguma na incapacidade do sistema burguês para produzir o suficiente para as necessidades reais.

Alêm disso, à medida que se divulgue a educação técnica e profissional e a sciência deixe de ser um privilégio de classe, a direcção técnica tenderá para a socialização completa.

No seu opúsculo *A Anarquia*, Eliseu Reclus refere-nos, a propósito, um interessante episódio duma das suas viagens. A bordo de um transatlântico, discutia-se a necessidade ou inutilidade duma chefia. O capitão do barco escutava atentamente. E então, o defensor das instituições burguesas, esperando encontrar nele um

apoio, invocou o seu testemunho: que seria do navio sem a sua direcção?

Mas, com grande espanto do nosso homem, o capitão, que no entanto, além de representante da empresa patronal, era um técnico, respondeu estas palavras:

— E' uma ingenuidade, a sua. Posso garantir-lhe que ordinàriamente a minha pessoa de nada serve absolutamente. O homem do timão mantém o barco na rota certa; dentro de poucos minutos outro timoneiro o renderá e nós continuaremos o caminho da mesma maneira. Lá em baixo os fogueiros e maquinistas trabalham sem necessidade da minha ajuda, sem os meus conselhos, e fazem tudo melhor do que se eu lá estivesse a guiá-los. E todos estes gageiros, os marinheiros, sabem o trabalho que lhes compete, e eu, a única coisa que posso fazer em caso de necessidade é ajuntar o meu quinhão de esfôrço ao deles, mais pesado e bem mais mal pago que o meu. Diz-se, é verdade, que sou eu quem guia o paquete. Mas não vêem os senhores que é uma pura mentira? Os mapas geográficos estão ali, no meu gabinete; mas não fui eu quem os desenhou. A bússola, que nos dirige, não a inventei nem fabriquei eu...» E o capitão continuou ainda por alguns momentos neste tom.

Se assim é hoje, ¿que diríamos numa sociedade mais instruida e tècnicamente desenvolvida? ¿Que diríamos quando a obra a realizar fôsse em benefício de todos e os obreiros recebessem da colectividade, na qual vivessem como associados livres e iguais, os meios, o encargo e a responsabilidade da empresa?

A direcção técnica, isto é, a coordenação de tôdas as funções para um dado fim, é e será cada vez mais esfôrço colectivo, acôrdo voluntário resultante das necessidades sociais, apoiando-se numa justa aplicação de competências e aptidões e numa exacta distribuição de tarefas.

A sociedade não poderia subsistir sem trabalhadores, e é justo que todos trabalhem *ùtilmente* (e *integralmente*, isto é, com o braço e com o cérebro); mas o que ela pode perfeitamente dispensar é o patrão, com os seus capatazes e fiscais, mesmo aqueles que mascaram a sua incompetência prática com um diploma de habilitações teóricas.

II

Uma objecção muito freqùente, patenteando ignorância completa sôbre o método anarquista, é a que nos diz: «A anarquia é a suprema perfeição, e a sua realização exige homens perfeitos, que estão bem longe de existir.» Mas isso é o céu com os seus anjos, não a anarquia! A «perfeição suprema» é uma idea religiosa, que nada tem que ver com as realidades da terra.

Poderíamos torcer o bico ao prego, redarguindo que precisamente porque o homem não é um anjo, não é perfeito, é que é necessário instaurar o socialismo anarquista, extinguir os meios de explorar e dominar.

Se o homem fôsse um anjo, qualquer regime serviria, porque o indivíduo nunca faria o mal, fôssem quais fôssem as condições em que o colocassem. O patrão, em vez de explorar o trabalho e esfomear o trabalhador, porque monopoliza os meios de produção, seria apenas o fiel e abnegado depositário e gerente da riqueza social; e em vez de assambarcar terras e produtos, em vez de lucrar com a carestia, em vez de acumular oiro à custa da miséria, da desgraça e das guerras, em vez de produzir para ganhar, faria produzir tendo em vista as necessidades reais de todos. O governante, em vez de defender o forte contra o fraco, o rico contra o pobre, em vez de criar partido e clientela à custa do tesoiro público, seria o activo e imparcial zelador dos interêsses gerais. Vós dizeis que o homem não é um anjo e dais-lhes os meios de explorar e dominar, de servir os seus interêsses contra os de todos! E' boa! ¿Ou serão os patrões e governantes feitos de outra massa?...

O homem não é bom nem mau. E' um animal sociável com paixões e necessidades. Colocai um ser dotado de fortes paixões em certas condições, e tereis um bandido ou um tirano; colocai-o noutro ambiente mais equilibrado e harmónico, sem meios de fazer mal, com as necessidades satisfeitas, e tereis um herói ou um inventor. Criai o antagonismo dos interêsses, fazei com que um ganhe com o mal de outro, dai a uns a possibilidade de governar e explorar os outros, obrigai os homens a lutar entre

si para viver, e êles serão maus, odientos, dominadores e exploradores; suprimi as causas de divisão, os instrumentos de exploração e domínio, e tê-los heis cada vez mais pacíficos e sociáveis, capazes de acôrdo para o bem comum.

A anarquia como suprema perfeição humana e o anarquista como tipo ideal do homem, isso é puro religiosismo, é paraíso cristão. Supor a «suprema perfeição», o estacionamento, a paragem do progresso, é supor o absurdo, e assim não é difícil combater a anarquia e o anarquismo. A anarquia é coisa mais terrena e próxima e os anarquistas são homens mais de carne e osso.

Eles querem apenas que tudo seja pôsto em comum, que a produção seja organizada e administrada, não por uma minoria de parasitas como hoje, mas pelas associações livres de produtores-consumidores as quais, tendo calcülado as reais necessidades de todos e servindo-se das terras, material, máquinas, matérias primas, meios de transporte, etc., pertencentes a todos (e não a uma minoria de proprietários), produzirão para satisfazer essas necessidades. Os homens não precisarão de ser perfeitos: bastará que tenham sido suprimidas as causas de luta e de fraude, de domínio e de exploração (a propriedade particular, o salariato, o dinheiro, as instituições goververnamentais).

Para alcançar essa organização social, (como para qualquer outro fim já realizado ou a realizar), é indispensável uma activa e grande obra de propaganda e organização. Nela estamos empenhados. Como para todos os partidos que teem um ideal a realizar, os nossos inimigos são a ignorância das massas, a sua desunião e a fôrça material da burguesia constituída em Estado (com ou sem aparência popular).

Se vemos um obstáculo e o queremos remover, devemos começar quanto antes o ataque. Quanto mais cedo andarmos e maior energia empregarmos, mais depressa acabaremos.

Os republicanos tiveram que seguir o mesmo caminho.

No tempo de Henriques Nogueira, há 60 e poucos anos apenas, a República era um ideal distante e o único republicano era êle: isso não o impediu de desbravar o caminho.

E' certo que a nossa tarefa é bem mais profunda e complexa, mas em compensação estamos em melhores condições de propaganda e organização.

Quando alguém se convence da necessidade de acabar com a actual constituïção política e económica da sociedade, o que faz certamente é trabalhar para êsse fim, procurando convencer o maior número possível de indivíduos, e não se põe a falar de impossibilidades... O número dos convencidos cresce, a organização operária desenvolve-se: porque não há de acelerar-se êste movimento? que é que o fará parar? ¿por que motivo não se hão de convencer e unir outros, graças à propaganda e acção contínuas? ¿quem pode garantir que está muito distante o momento em que essas fôrças materiais, morais e intelectuais serão suficientes para tomar conta das terras e outros meios de produção e reorganizar a vida social por obra dos próprios produtores?

Demais a grande conflagaração mundial e a revolução russa revolveram profundamente a vida e despedaçaram já em grande parte os diques que se opunham à grande corrente transformadora.

III

A objecção prossegue: «Vós quereis forçar e infringir as leis naturais. Deixai que a Natureza opere lenta mas seguramente, na sua marcha fatal».

E outros, menos puerilmente: «O ideal anarquista opõe-se às condições mentais e psicológicas de hoje. Vós não estais preparados; a sociedade não está preparada para a realizar.»

Ora não existe uma Natureza, com maiúscula, que dote os homens de perfeições. Isso é uma divindade, e a crença nela equivale à crença numa Divina Providência. Se estamos à espera que uma ou outra nos dote, estamos arranjados. A natureza não tem finalidade. sobretudo humana, e não se intromete conscientemente na nossa vida nem se importa com os nossos males.

Os homens lutam contra as fôrças cegas da natureza, descobrem as suas leis para as domar e utilizar, e o resultado dessa luta chama-se *progresso*, tanto mais rápido, geral e intenso quanto mais unidos e solidários são os

seres humanos. Eis porque pretendemos promover essa união e solidariedade, destruindo as causas de luta inter-humana para que tôdas as energias se volvam contra a natureza hostil.

Não queremos contrariar lei natural alguma. Os republicanos julgavam que a existência da rialeza era um obstáculo à liberdade, à educação do povo e à prosperidade nacional; e destruíram êsse obstáculo. Para isso, fizeram propaganda, educaram democráticamente a opinião que tem a influência política e organizaram a fôrça necessária para a emprêsa.

Por nossa vez, cremos que a causa fundamental das injustiças e desigualdades, da opressão e da miséria, das deploráveis «condições mentais e psicológicas da nossa época», está na existência da propriedade privada e do Estado, que se geram e apoiam um ao outro; e queremos remover essa causa, destruir êsse obstáculo. Para isso, fazemos propaganda, educamos socialística e libertàriamente as massas, sobretudo as produtoras, e promovemos a organização da fôrça material e moral necessária para expropriar a burguesia, tomar conta da produção e reorganizá-la em proveito de todos. Queremos assim precisamente auxiliar a evolução no sentido socialista (abolição da propriedade privada, socialização dos meios de produção) e anarquista (abolição do Estado, organização da vida social pelas associações livres), como os republicanos a auxiliaram no sentido democrático.

E se, apesar da muito maior profundidade da revolução *económica, social*, que desejamos, não podemos esperar dela o fim de muitos males e «anomalias», muitíssimo menos podiam esperar os republicanos da sua, e no entanto fizeram-na e para ela trabalharam.

O ideal anarquista opõe-se «às condições mentais e psicológicas» da actualidade? ¿E não é êsse o argumento empregado contra tôdas as ideas que ainda não triunfaram? Não foi a República noutros tempos, a desordem, o absurdo, o impossível? Não foram os republicanos, antes do triunfo, acusados de impreparação e incapacidade?

¿Mas de que preparação se fala? Se é para implantar de ponto em branco o comunismo anarquista no dia seguinte ao duma insurreição proletária vitoriosa, a impre-

paração é evidente, nem poderá ser completamente remediada sôb um regime de monopólio e privilégio.

As classes que deteem a fôrça, a riqueza e os meios de educação e propaganda podem amoldar os espíritos à conservação do seu poder e opor poderosos obstáculos à formação duma consciência nova. Demais, a *preparação*, prática, efectiva, para novas formas sociais só se faz pela experiência quando se lhes dá realização na vida.

A insurreição, que destrói os estorvos postos a essa preparação, é pois mais o início do que o fêcho duma evolução.

No entanto, é preciso *preparar* êsse movimento iniciador, sem o qual seria sempre impossível a verdadeira preparação para o comunismo libertário. E' preciso agrupar as convicções, as vontades, as fôrças materiais, as fôrças orgânicas produtoras suficientes para que o movimento, na sua altura, se efectue e triunfe, sem que a vida social sofra soluções de continuidade.

Para isso trabalhamos.

IV

Errico Malatesta, porventura o mais lúcido e completo intérprete do anarquismo, põe esta questão nos seus devidos termos:

«E' certo que o triunfo da anarquia não pode ser efeito dum milagre, nem se pode dar em contradição com a lei geral e axiomática da evolução—que nada sucede sem causa suficiente, que nada podemos fazer sem para isso termos fôrça.

«Se quiséssemos substituir um govêrno por outro, isto é, impor a nossa vontade aos outros, então bastaria reunir a fôrça material necessária para derribar os opressores actuais e pôr-nos ao seu lugar.

«Mas o que nós queremos é a *anarquia*, que é uma sociedade fundada sôbre o acôrdo livre e voluntário, na qual ninguêm possa impor a sua vontade a outrem, e todos tenham meios de viver a seu modo e voluntariamente concorram para o bem-estar geral, e que portanto não terá definitiva e universalmente triunfado senão quando todos os homens tenham deixado de querer ser mandados e mandar nos outros, quando tenham com-

preendido as vantagens da solidariedade e saibam organizar um modo de vida social do qual hajam desaparecido todos os vestígios de violência e de imposição.

«E como a consciência, a vontade, a capacidade se desenvolvem gradualmente e acham ensejo e meio de se desenvolver no gradual modificar-se do ambiente, na realização das vontades à medida que se formam e se tornam imperiosas, assim a anarquia não pode advir senão pouco a pouco, crescendo gradualmente em intensidade e em extensão.

«Não se trata, pois, de fazer a anarquia hoje, ou amanhã, ou daqui a dez séculos; mas de caminhar para a anarquia hoje, amanhã e sempre.

«A anarquia é a abolição do desfrutamento e opressão do homem por parte do homem, isto é, a abolição da propriedade individual e do govêrno; a anarquia é a destruição da miséria, das superstições, do ódio. Portanto, cada golpe vibrado nas instituições da propriedade e do govêrno, cada elevação da consciência popular, cada igualamento de condições, cada mentira desmascarada, cada porção de actividade humana subtraída à fiscalização da autoridade, cada aumento do espírito de solidariedade e de iniciativa é um passo para a anarquia.

«O problema está em saber escolher o caminho que realmente nos avizinha da realização do ideal e em não confundir os progressos verdadeiros com aquelas hipócritas reformas que, sob pretexto de melhoramentos imediatos, tendem a distrair o povo da luta contra a autoridade e contra o capitalismo, a paralisar a sua acção e a levá-lo a esperar que alguma coisa se possa obter da bondade dos patrões e dos governos. O problema está em saber empregar as fôrças que possuímos e as que vamos adquirindo, da maneira mais económica, mais útil para o nosso fim.

«Hoje há em todos os países um govêrno que, pela fôrça brutal, impõe a lei a todos, obriga todos a deixarem-se explorar, e mantêm, agradem elas ou não, as instituições existentes; e impede que as minorias possam pôr em prática as suas ideas e que a organização social em geral se possa ir modificando à medida que se modifica a opinião pública. O curso regular, pacífico da evolução é detido pela violência, sendo por isso necessário

abrir-lhe o caminho por meio da fôrça. Eis porque queremos hoje a revolução violenta e a quereremos sempre, em quanto se pretender impor violentamente a alguêm uma coisa contrária à sua vontade. Suprimida a violência governativa, já nenhuma razão de ser teria a nossa.

«Não podemos ainda derribar o poder governamental existente; talvez não possamos impedir amanhã que sôbre as ruínas do actual govêrno surja outro. Mas isso não obsta hoje nem obstará amanhã a que combatamos contra qualquer govêrno, recusando submeter-nos à lei sempre que nos seja possível e opondo a fôrça à fôrça.

«Cada enfraquecimento da autoridade, cada aumento de liberdade será um progresso para a anarquia, sempre que seja conquistado e não mendigado, sempre que sirva para nos dar maior alento na luta, sempre que consideremos o govêrno como um inimigo com o qual nunca se deve fazer a paz, sempre que tenhamos bem presente que a diminuição dos males causados pelo govêrno consiste na redução das suas atribuições e da sua fôrça, e não em elevar o número dos governantes e em os fazer escolher pelos próprios governados. E por govêrno entendemos qualquer homem ou grupo de homens que, no Estado, na província, no município ou associação, tenha o direito de fazer a lei e de a impor àqueles a quem ela não agrada.

«Não podemos ainda abolir a propriedade individual, não podemos dispor dos meios de produção necessários para trabalhar livremente; talvez o não possamos ainda no próximo movimento insurreccional. Mas isso não obsta nem obstará amanhã a que combatamos contínuamente contra o capitalismo. E cada vitória, por insignificante que seja, ganha pelos trabalhadores contra os patrões, cada diminuição de desfrutamento, cada porção de riqueza subtraída aos proprietários e posta à disposição de todos, será um progresso, será um passo no caminho da anarquia, sempre que sirva para aumentar as pretenções dos operários e tornar a luta mais aguda, sempre que seja aceita como uma vitória sôbre o inimigo e não como uma concessão que se tenha de agradecer, sempre que continuemos firmes no propósito de, logo que nos seja possível, tirar pela fôrça aos proprietários aqueles meios que êles, protegidos pela fôrça dos governos, roubaram aos trabalhadores.

«Desaparecido da sociedade humana o direito da fôrça, postos os meios de produção à disposição de quem quere produzir, o resto deve ser fruto da evolução pacífica.

«A anarquia não existiria ainda; ou não existiria senão para os que a querem e só nas coisas que êles podem fazer sem o concurso dos não-anarquistas. Mas gradualmente se iria estendendo a cada vez mais homens e mais coisas, até abraçar tôda a humanidade e tôdas as manifestações da vida.

«Derribado o govêrno e tôdas as instituições danosas por si mesmas, que só se manteem porque são defendidas pela fôrça do govêrno, conquistada para todos a liberdade inteira e o direito aos meios de trabalho, sem os quais a liberdade é uma mentira, e em quanto lutamos para chegar a êsse ponto, não pretendemos destruir senão as coisas que podemos substituir e à proporção que as pudermos substituir.

«Por exemplo: na sociedade actual funciona o serviço de aprovisionamento. Fazem-no mal, caóticamente, com grande desperdício de fôrças e de material e tendo em vista o interêsse dos capitalistas; mas, em suma, sempre vai a gente comendo, e seria absurdo querer desorganizá-lo, sem estar em condições de assegurar a alimentação do povo de uma maneira melhor e mais justa.

«Existe um serviço dos correios: temos mil críticas a fazer-lhe, mas no entanto dele nos servimos para mandar as nossas cartas, e dele nos serviremos, sofrendo-o tal como é, em quanto não pudermos corrigi-lo ou substituí-lo.

«Há escolas, infelizmente bem más: mas nós não havemos de deixar que os nossos filhos fiquem sem aprender a ler e a escrever, à espera de podermos organizar escolas-modelos suficientes para todos.

«Donde resulta que, para realizar a anarquia, não basta ter a fôrça material para fazer a revolução, mas é tambêm preciso que os trabalhadores, associados segundo os diversos ramos de produção, se ponham em condições de garantir por si próprios o funcionamento da vida social, sem precisão de capitalistas nem de governos.

«E resulta tambêm que as ideas anarquistas, longe de estar em contradição, como pretendem os socialistas «scientíficos», com as leis de evolução demonstradas pela

sciência, são uma concepção que a elas se adapta perfeitamente: são o sistema experimental levado do campo das investigações para o das realizações sociais.»

V

Nesta transcrição, ficou límpidamente fixado o método anarquista, baseado na livre iniciativa e na solidariedade não imposta.

O método de acção e de realização, o modo de preparar e apressar a evolução em determinado sentido, eis o mais importante para um partido (grupo de acção), o que verdadeiramente o distingue. Os erros de método são para êle os mais graves, desviando do fim, demorando a marcha, estorvando a prática actual, espalhando o confusionismo e a desorganização nos elementos de propaganda e de combate. E é precisamente nas questões de método que a compreensão clara e profunda é mais difícil, e que encontramos mais freqùentes confusionismos e contradições. As ideas sôbre o método são as que mais bolem com os preconceitos, os hábitos adquiridos e os interêsses criados.

No seu relatório ao Congresso da Internacional Comunista celebrado em Moscóvia, em Março de 1919, Lénine escreve:

«A supressão do poder do Estado é o fim que visam e visaram todos os socialistas com Marx à frente. Sem a realização dêste fim, a verdadeira democracia, quere dizer, a igualdade e a liberdade são irrealizáveis.»

E Marx, com efeito, no seu panfleto contra os anarquistas da Internacional — *As pretendidas scisões na Internacional*, tinha afirmado: «Todos os socialistas entendem por Anarquia isto: uma vez alcançados os f ns do movimento proletário, a abolição das classes, desaparece o poder do Estado, que serve para manter a grande maioria produtora sob o jugo duma minoria exploradora pouco numerosa, e as funções governamentais transformam-se em simples funções administrativas.»

Qualquer «socialista» moderado, ou mesmo republicano, ou mesmo simples liberal individualista, nos mostrará opinião análoga, atrás do filósofo burguês Spencer, que via o futuro da humanidade na anarquia, e do repu-

blicano Giovanni Bóvio, que exclamava: «Anarquista é o pensamento e para a Anarquia caminha a História.»

Meio mundo seria, pois, anarquista ...na finalidade remota.

Mas essa gente, como método de acção presente, apresenta-nos o parlamentarismo, a acção legal, o reformismo burguês, a delegação de poder, e tudo o que reforça e redoira as instituições governamentais e habitua as massas ao abandôno da iniciatíva e da acção, à confiança no esfôrço alheio; ou então, triunfante a insurreição, instaura ou pretende uma ditadura, chamada «proletária», que, desmentindo a natureza dos governos, longe de criar novos privilégios económicos e burocráticos e procurar eternizar-se, há-de preparar o terreno e educar o povo para a Anarquia...

Nós dizemos a essa gente que os seus métodos a conduzem a fins opostos aos do anarquismo. E nisto reside precisamente o nosso carácter distintivo.

Para caminhar hoje, amanhã e sempre para a anarquia, para a realizar pouco ou muito, o nosso método é a acção e a organização directas das massas.

Nas lutas presentes, a sua eficácia e verdade são dia a dia confirmadas.

Os «poderes públicos» cedem apenas as liberdades, que são tomadas. A lei é inútil, quando não é nociva; fica letra morta quando regista uma liberdade, se o povo não a defende nem usa. Repudiamos, pois, a acção eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado, dar prestígio às velhas instituìções autoritárias e adormecer as energias populares. O nosso método, a acção directa, ainda na conquista de pequenos melhoramentos actuais, tende, pelo contrário, a despertar a iniciativa e a coragem, leva a agir por conta própria, a unir-se, ensina a viver sem tutela.

A verdadeira fôrça motriz e geradora da liberdade, o verdadeiro meio de resistência às arbitrariedades do poder, a única fôrça criadora das revoluções está na acção popular, na acção directa das massas, na educação e organização dos indivíduos, no esfôrço e iniciativa de cada um e de todos.

Anarquismo e Sindicalismo

1. O anarquismo é sindicalista desde o berço. O pensamento de Bakunine, Varlin, Lorenzo e seus amigos sôbre o papel e o futuro das associações de resistência. — II. Evolução do anarquismo: quanto mais anarquista, mais sindicalista. A opininião de Malatesta. — III. Um recuo em França. Reata-se a tradição da Internacional. Pelloutier e o seu apêlo aos anarquistas. — IV. A função social das Câmaras do Trabalho ou Uniões locais de sindicatos operários na sociedade comunista libertária, segundo Pelloutier. — V. Os militantes anarquistas no movimento operário e a sua influência

I

Se procurarmos, não as origens filosóficas do ideal anarquista, nem a filiação do sentimento libertário nas revoltas e aspirações populares do passado, — porque isso perde-se vagamente na noite dos tempos, — mas sim o aparecimento dum movimento anarquista definido, do anarquismo operário com tôdas as características essenciais que tem hoje, vamos encontrá-lo como expressão do movimento operário, vamos encontrá-lo «sindicalista» antes do termo, no seio da Internacional e das associações internacionais de que Bakunine foi o principal inspirador, fundindo e vivificando as ideas marxistas com o pensamento de Proudhon e dos socialistas franceses. Para verificar êste assêrto, basta ler os escritos daquela época, como, por exemplo, os quatro límpidos artigos publicados por Bakunine, em meados de 1869, na *Egalité* de Genébra, e em 1914 reùnidos em folheto pela *Vie Ouvrière*, sob o seu título original: *A política da Internacional*. Ou então a brochura de James Guillaume *Ideas sôbre a organização social*, na mesma época reeditada em

italiano por Luís Fábbri e depois pelo órgão da União Sindical Italiana, — o primeiro para propaganda anarquista e o segundo para propaganda sindicalista revolucionária.

Na famosa Associação Internacional dos Trabalhadores — a Primeira Internacional—predominou essa idea que forma o nó vital do sindicalismo revolucionário: que o sindicato operário (dizia-se então «caixa» ou «sociedade de resistência») é o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura, no que ela tem de fundamental, é a organização que — expropriada revolucionáriamente a burguesia e destruído o seu órgão político, o Estado, — manterá a continuidade da vida social, assegurando a produção do indispensável.

Como conclusão do segundo dos quatros artigos acima citados, Bakunine escrevia:

«A emancipação dos trabalhadores por êles próprios «tem que ser levada a cabo», diz o preâmbulo dos nossos estatutos gerais. E tem mil vezes razão de o dizer. E' a base principal da nossa grande Associação. Mas o mundo operário é geralmente ignorante, falta-lhe ainda inteiramente a teoria. Resta-lhe, portanto, uma única saída: é a *da sua emancipação pela prática.* ¿Qual pode e deve ser essa prática? Não há mais do que uma: é a da luta solidária dos operários contra os patrões. E' *a organização e a federação das caixas de resistência.*»

E o quarto artigo concluía desta forma:

«Ela (a Internacional) estender-se há e organizar-se há fortemente através das fronteiras de todos os países, a fim que, em estalando a revolução produzida pela fôrça das coisas, se ache uma fôrça real, sabendo o que deve fazer, e por isso mesmo capaz de se apossar da revolução e de lhe dar uma direcção verdadeiramente salutar para o povo; uma organização internacional séria das associações operárias de todos os países, capaz de substituir êsse mundo político dos Estados e da burguesia que se vão.»

Os amigos de Bakunine na Internacional afirmavam as mesmas ideas. Citemos entre êles Eugénio Varlin, operário encadernador, fundador da sociedade de resistência da sua corporação e da primeira União dos Sindicatos parisienses (Câmara Federal das Sociedades Operárias de Paris), de que foi secretário; depois membro da

Comuna, assassinado pelos versalheses em 28 de Maio de 1871. Num artigo publicado em Março de 1870 em *La Marseillaise*, depois de mostrar o valor educativo das associações operárias, Varlin escrevia estas palavras:

«Mas são sobretudo as sociedades corporativas (resistência, solidariedade, sindicato) que merecem os nossos incitamentos e simpatias, pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão fàcilmente transformar-se em associações de produtores; são elas que hão de poder utilizar a ferramenta social e organizar a produção.»

Mais abaixo recordava que «o congresso da Associação internacional realizado em Basileia em Setembro último recomendou a todos os trabalhadores que se agrupem corporativamente em sociedades de resistência, a fim de garantir o presente e de preparar o futuro.»

Este e outros princípios essenciais- de organização e de tática—do que depois se chamou «sindicalismo revolucionário» eram igualmente formulados nos jornais e congressos regionais em que predominava a fracção federalista. Leia-se, no interessante livro de Anselmo Lorenzo—*El Proletariado Militante* (pág. 186-200), o «parecer da Comissão sôbre o tema *atitude da Internacional com relação à política*», aprovado pelo Congresso de Barcelona (Junho de 1870).

No mesmo livro (pág. 233-238) pode ler-se a tradução dum artigo, que percorreu tôda a imprensa operária da época e cujo original aparecera em *L'Internationale*, de Bruxelas. Ocupava-se das «actuais instituìções da Internacional consideradas com relação ao futuro» (assim dizia o título) e desenvolvia a idea que «a Associação Internacional dos Trabalhadores traz em si o germe da regeneração social». «Queremos demonstrar que a Internacional oferece já o tipo da sociedade futura, e que as suas diversas instituìções, com as modificações desejadas, constituirão a ordem social que mais tarde há de reinar».

II

A' medida que os anarquistas da Internacional vão abandonando os restos de jacobinismo ou autoritarismo, assim como o marxismo unilateral, que, por exemplo,

os levava a interpretarem demasiadamente à letra a «lei férrea dos salários», à medida que vão compreendendo melhor o mecanismo da evolução e as possibilidades da revolução, à proporção, em suma, que corrigem e aperfeiçoam o método anarquista, vão também atribuindo cada vez maior importância à organização e movimento operários. Pode mesmo dizer-se, usando-se a linguagem moderna de origem francesa, que *quanto mais anarquista, mais sindicalista.*

O melhor representante desta evolução salutar é Errico Malatesta, que pertence à Internacional desde 1871, fazendo desde então a propaganda dos seus princípios, mas que, à medida que vai formulando com maior nitidez o anarquismo, «procura no movimento operário a base da sua fôrça e a garantia de que a próxima revolução saia deveras socialista e anarquista».

Dos seus inúmeros escritos sôbre o assunto, podemos reproduzir um trecho que consubstancia perfeitamente a doutrina:

«Derribar os poderes constituídos e declarar abolido o direito de propriedade. Está bem: isso pode fazê-lo um partido... e ainda, é preciso que esse partido, além das próprias fôrças, tenha em seu favor a simpatia das massas e uma suficiente preparação da opinião pública.

«Mas depois? A vida social não admite interrupções. Durante a revolução ou insurreição, como queiram, e logo depois, é preciso comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes, etc., etc., e estas coisas não se fazem por si mesmas. Hoje mandam-nas fazer o govêrno e os capitalistas para delas tirarem proveito; expulsos o govêrno e os capitalistas devem os operários fazê-las espontâneamente em proveito de todos; do contrário, brotarão, com um nome ou outro, novos govêrnos e capitalistas.

«¿E como poderiam os operários satisfazer as necessidades urgentes, se não estivessem já habituados a reùnir-se e a discutir uns com os outros os interêsses comuns, se não estivessem de certo modo já prontos a aceitar a herança da velha sociedade?

«No dia seguinte àquele em que, numa cidade, os negociantes de cereais e os patrões padeiros perderam os seus direitos de propriedade e, portanto, o interêsse de abastecer o mercado, é necessário que se encontre nos

armazêns o pão necessário para a alimentação pública. ¿Quem pensará em tal, se os operários padeiros não estão já associados e prontos a agir sem os patrões, e se, à espera precisamente da revolução, não pensaram em calcular as necessidades da cidade e no modo como satisfazê-las?

«Não queremos com isto dizer que para fazer a revolução se tenha que esperar que todos os operários estejam organizados. Isso seria impossível, dadas as condições do proletariado; e felizmente não é necessário. Mas é preciso que ao menos haja os núcleos, em tôrno dos quais possam rápidamente agrupar-se as massas, apenas se libertem do pêso que as oprime. Que, se é utopia querer fazer a revolução quando todos estiverem de acôrdo, e prontos, maior utopia é querer fazê-la com coisa nenhuma e com ninguêm. Há uma medida em tudo. Entretanto, trabalhemos para que cresçam o mais possível as fôrças conscientes e organizadas do proletariado. O resto virá por si».

(*L'Agitazione*, 18 de Junho de 1897).

III

Por outro lado, fôrça é confessá-lo, o anarquismo sofria uma involução. Em França, que tamanha influência exerce, especialmente sôbre os países latinos, após a desastrosa guerra franco-prussiana, o esmagamento da Comuna de Paris, com a relativa hecatombe de revolucionários, veio um período de reacção burguesa e de abatimento proletário. As sociedades operárias encolheram-se, abandonando-se aos pequenos expedientes daquela espécie de reformismo que poderíamos chamar, apesar da aparente contradição dos termos, conservador.

Do seu lado os anarquistas insularam-se, enfraquecidos pela repressão e desanimados ante a enormidade da tarefa, ante o espírito dominante nas corporações. O anarquismo, apartado do movimento operário, entrou de definhar, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e de snobes. A tradição anarquista da Internacional pare-

ceu por vezes quebrada, sobretudo em França, a despeito dos esforços de muitos militantes infatigáveis para chamar os anarquistas à consciência da sua missão e para os reconduzir ao terreno fecundo onde tomara corpo a nossa idea. Lição severa para o futuro, pois as regressões, aparentes ou reais, do movimento operário tendem a desanimar muitos elementos revolucionários, que fazem acentuar ou perdurar com a sua retirada o recuo iniciado.

Por fim, tornou a encher-se a maré revolucionária. Os sindicatos, desiludidos do reformismo chato e do democratismo, adquiriam em França novo espírito; e os anarquistas, reanimados, lançavam-se de novo no movimento operário, atrás de pioneiros entre os quais é preciso citar Pelloutier. O anarquismo levava o seu espírito, teòricamente enriquecido, convêm dizê-lo, pois nem só inconvenientes lhe trouxera o insulamento; e recuperava em troca o seu carácter popular, de movimento prático de emancipação colectiva. Eis reatada a tradição da Internacional, com os enriquecimentos da prática e da teoria e com as modificações dos novos tempos. Eis revivificado o anarquismo operário, às vezes sob o nome de «sindicalismo revolucionário», que é para muitos um simples eufemismo.

Entre os anarquistas que se lançam então no movimento operário, salienta-se, dissemos, o claro espírito de Fernando Pelloutier. Quando, em Dezembro de 1899, do Congresso do Partido Socialista Francês sai a unidade partidária, Pelloutier pressente o perigo que o movimento operário corre de ser dominado pela nova agrupação unificada e pelas suas preocupações eleitorais. E' então que êle lança a famosa advertência aos anarquistas, numa carta aberta que precede o relato das suas impressões sôbre o Congresso.

«Serei breve (começa êle): o espaço é-me medido, e demais as palavras que vou dizer acham uma ilustração perfeita na pessoa de propagandistas como Malatesta, que sabem unir tam bem a uma paixão revolucionária indomável a organização metódica do proletariado.»

....

«Actualmente, a nossa situação no mundo socialista é esta: Proscritos do «Partido» porque, não menos revo-

lucionários que Vaillant e Guesde, tam resolutamente partidários da supressão da propriedade individual, somos além disso o que êles não são: revoltados de cada instante, homens verdadeiramente sem deus, nem amo, nem pátria, inimigos irreconciliáveis de todos os despotismos, morais ou materiais, individuais ou colectivos, isto é, das leis e das ditaduras (incluindo a do proletariado) e amantes apaixonados da cultura própria.

«Acolhidos, pelo contrário, em razão precisamente dêsses sentimentos, pelo «partido» corporativo, que nos viu consagrados à obra económica, puros de tôda e qualquer ambição, pródigos das nossas fôrças, prontos a arriscar o corpo em todos os campos de batalha e depois de ter sovado a polícia, apostrofado o exército, retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda».

....

«Os sindicatos teem de há alguns anos para cá uma altíssima e nobilíssima ambição. Julgam ter uma missão social a cumprir e, em vez de se considerar quer como puros instrumentos de resistência à depressão económica, quer como simples quadros do exército revolucionário, pretendem, além disso, semear na própria sociedade capitalista o germe dos grupos livres de produtores, pelos quais parece dever realizar-se a nossa concepção comunista e anarquista».

IV

Estas ideas assumem perfeita nitidez nos diversos escritos de Pelloutier. Citaremos alguns trechos dum opúsculo traduzido em português sob o título, um tanto alterado, de «A União dos Sindicatos e a Anarquia»:

«Restabelecida assim a função racional da humanidade (*pela abolição do valor de troca*), resta instituir a associação dos produtores: associação livremente consentida, sempre aberta, mesmo limitada,—se os associados o julgarem conveniente ou simplesmente o desejarem,—à execução do objectivo que a originou, em suma, tal que ninguêm nela tema as constricções morais, não menos incómodas do que os constrangimentos materiais: as violências colectivas.

«Qual deve ser a tarefa destas associações? Cada uma delas se encarrega dum ramo de produção: esta, do alojamento; aquela, da alimentação; estoutra, da arte. Umas e outras devem informar-se logo das necessidades do consumo, e depois dos recursos de que elas dispõem para as satisfazer. ¿Quanto granito é preciso extraír cada dia, quanta farinha moer, quantos espectáculos organizar para uma dada população? Conhecidas estas quantidades, ¿quanto granito e quanta farinha podem ser obtidos no lugar? ¿Quantos espectáculos organizados? ¿Quantos operários, quantos artistas são necessários? ¿Quanto material ou quantos produtores é preciso pedir às associações vizinhas? ¿Como se há de dividir o trabalho? ¿Como estabelecer os depósitos públicos? ¿Como utilizar, apenas conhecidas, as descobertas scientíficas?

«Pois bem, destas associações as Uniões de Sindicatos ou Bôlsas do Trabalho (nome infeliz: Câmaras do Trabalho seria mais digno) ¿não nos dão uma idea? ¿Estas funções não são as que devem desempenhar ou que aspiram a desempenhar as federações corporativas que dentro de dez anos unirão os trabalhadores do mundo inteiro?

«Que digo eu? A missão actual destas Câmaras do Trabalho (embora esteja apenas esboçada a sua função económica) é bem mais complexa do que teria de ser a dos grupos de produtores numa sociedade diversa desta. Teem por fim investigar, não só o número das profissões de cada região, a quantidade dos produtos colhidos, fabricados ou extraídos, a quantidade de produtos necessária à alimentação e à conservação, a soma de trabalho indispensável à manutenção do equilíbrio entre a produção e consumo, mas ainda as causas tam variadas, por vezes tam incompreensíveis, da depreciação dos salários, a solução dos perpétuos conflitos entre o Capital e Trabalho; fazer, numa palavra, muitos estudos absorventes, que, exigidos pela existência do Capital, com êste desapareceriam.

....

«Entre a organização sindical que se elabora e a sociedade comunista-anarquista, no seu período inicial, há concordância. Nós queremos que tôda a função social se reduza à satisfação das nossas necessidades; o sindicato

também o quere, é êsse o seu fim, e cada vez êle se emancipa mais da crença na necessidade dos governos. Nós queremos o livre acôrdo dos homens; o sindicato (de dia para dia melhor o compreende) só pode existir expulsando do seu seio qualquer espécie de autoridade e de coacção. Nós queremos que a emancipação do povo seja obra do mesmo povo; a organização sindical também o quere. Cada vez mais ali se sente a necessidade, ali se experimenta o desejo de administrar directamente os interêsses próprios; ali germina o gôsto da independência e a vontade da revolta; ali se pensa nas oficinas livres onde a autoridade tenha cedido o lugar ao sentimento pessoal do dever; ali se emitem, sôbre a tarefa dos trabalhadores numa sociedade harmónica, indicações de maravilhosa larguеza de vistas, fornecidas pelos próprios trabalhadores.»

V

Semeado em bom terreno, acolhido com favor pelo escol da classe operária, sobretudo dos países latinos, nas secções da Internacional do Jura suíço, da Itália, da Espanha, da França, o socialismo anarquista torna-se movimento popular, método de acção e de organização, embora, nos primeiros tempos, ainda obscurecido por bastantes incertezas e contradições. Ele traduz as aspirações mais íntimas do movimento operário, e os homens que o propagam, sistematizam e clarificam, Bakunine, Jukovsky, James Guillaume, Schwitzguébel, Spichiger, Herzig, Perron, Cafiero, Malatesta, Covelli, Eliseu Reclus, Brousse, Robin, Varlin, Anselmo Lorenzo, Farga Pellicer, Krapótkine e tantos, tantos outros, eram os elementos mais activos e ardentes da grande Associação.

Mais tarde, numa situação igualmente favorável, repetindo-se as mesmas condições de facto,—as mesmas ideas fundamentais dos anarquistas da *Internacional*: luta de classes livre de compromissos partidários, aut nomia, acção directa, livre federalismo, gerência directa da produção pelos próprios produtores, etc., ganharam em França o movimento operário organizado e influíram no de todo o mundo, graças à influência intelectual daquele país. E ainda então vimos os anarquistas em acção e os

resultados fecundos da sua obra; vimos o trabalho produtivo de Pelloutier, Tortelier, Pouget, Yvetot, Delesalle, etc., em França. Ao passo que, em terrenos menos bem predispostos e preparados, nos outros países, são quási só os anarquistas os iniciadores e propagadores do sindicalismo revolucionário entre o povo produtor. Nos acontecimentos que precederam e seguiram o histórico 1.º de Maio de 1906 em França repetiu-se o mesmo facto. «Esta vigorosa campanha—escrevia há anos Thuilier, o conhecido militante da União dos Sindicatos de Paris—teve também como efeito fazer voltar uma grande parte dos elementos libertários aos sindicatos, onde êles fizeram depois bom trabalho».

A independência sindical

I. A independência do movimento operário e a Internacional, grupo de interêsses e de ideas. A discussão, no Congresso de 1866, sôbre êste dualismo e sôbre a qualidade dos delegados aos congressos.—II. Na Internacional federalista. Os debates do Congresso de 1873. Trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais: errónea proposição do problema. Propõe-se sem resultado a formação de secções especiais para os intelectuais de origem burguesa. No Congresso de Berna (1876): o que nele diz Malatesta.—III. Os anarquistas apercebem-se do êrro da confusão de órgãos para a luta económica e para a luta política e de ideas. Bakunine. Malatesta. As causas da morte da Internacional.—IV. O que no sindicalismo é essencial. As bases de acôrdo oferecidas por êle.

I

A Internacional, fôrça é dizê-lo, não compreendeu com tôda a nitidez nem realizou integralmente a independência do movimento operário.

Nos considerandos dos seus estatutos proclamava, é certo, que é o próprio trabalhador que tem de ser o obreiro da sua emancipação, e acrescentava que, sendo a sujeição do trabalhador ao capital a origem de tôdas as servidões—política, moral e material,—a emancipação económica dos trabalhadores é o grande fim ao qual se deve subordinar qualquer movimento político («como um meio», dizia mais o original inglês, mas a frase não aparecia no texto francês adoptado pelo Congresso de Genebra de 1866).

Já aqui se deixava a porta aberta a uma acção política exorbitando dos meios e formas de acção operária, pró-

prios do agrupamento de resistência e dependentes da qualidade mesma de produtor, de salariado. E essa acção, como a tática eleitoral e parlamentar, por mais operária que a dissessem, corrompia e dividia os trabalhadores, trazendo para o movimento os homens, as ideas, a moral, os processos das classes médias, ou pelo menos os desunia e afugentava, como a tática insurreccional, que não podia ser senão meio de acção duma minoria generosa.

Mas havia mais: a Internacional era um amálgama de associações de resistência e de centros de estudos sociais, nos quais entravam com os operários de escol, não só trabalhadores intelectuais, mas qualquer burguês aceito como socialista—em certas secções com demasiada facilidade, graças aos amigos que tinham conseguido penetrar na praça...

O artigo 8.º dos estatutos estabelecia com efeito: «Quem quer que adopte e defenda os princípios da Associação pode ser recebido como membro dela; mas isso, todavia, sob a responsabilidade da secção que o aceitar.»

Esta doutrina é combatida, no Congresso de 1866, pela delegação parisiense, que tendo sido vencida, procura depois obter, na discussão do regulamento, que ao menos só operários possam ser delegados aos Congressos. «Imagine-se, diz Fribourg, que um belo dia acontece que o Congresso operário é composto na sua maioria de economistas, jornalistas, advogados, patrões, etc., coisa ridícula e que aniquilaría a Associação.»

«Por demasiado tempo, exclama o proudhoniano Tolain, se acusou a classe operária de confiar a sua salvação aos outros, de contar com o Estado, etc. Hoje ela quere escapar a essas censuras; quere salvar-se por suas mãos, sem a protecção de ninguém. Necessário se torna, pois, que os seus delegados não pertençam nem às profissões liberais nem à casta dos capitalistas.» (James Guillaume, *L'Internationale*, t. I., p. 21-22).

A emenda parisiense foi combatida pelos delegados suíços e inglêses, e é interessante notar que, tendo Cremer, de Londres, citado o caso de Carlos Marx para mostrar o absurdo e injustiça da proposta Tolain, outro delegado londrino, Carter, apoiando embora a doutrina do orador precedente, declarou entretanto que «Marx com-

preendera perfeitamente a importância daquele primeiro congresso, no qual só se deviam achar delegados operários, e por isso recusara a delegação que lhe havia sido oferecida pelo Conselho Central», do qual, entretanto, êle era membro preponderante...

Tolain aproveitou a deixa: «Como operário, agradeço ao cidadão Marx o não ter aceitado a delegação que lhe ofereciam. Procedendo assim, mostrou que os congressos operários deviam ser apenas compostos de operários manuais. Se admitirmos aqui homens pertencentes a outras classes, com certeza se dirá que o Congresso não representa as aspirações das classes operárias, que não é feito por trabalhadores, e eu entendo que convêm mostrar ao mundo que estamos bastante adiantados para andar pelo nosso pé». A emenda foi, porêm, rejeitada... (James Guillaume, *L'Internationale*, t. IV., p. 336).

II

Na Internacional federalista, a situação não foi alterada. O Congresso de Genebra de 1873, que fez a revisão dos estatutos, manteve, por unanimidade de federações e apenas com a oposição de raros delegados isolados, a doutrina do artigo 8.º, que passou para o 2.º da nova lei orgânica. O mesmo quanto aos delegados aos congressos. Única atenuação, aliás de curto alcance: não se votaria sôbre questões de princípio.

O operário Dumartheray, conhecido militante anarquista que, meia dúzia de anos depois, fundava em Genebra, com Krapótkine e Herzig, o jornal *Le Révolté*, propôs para o art. 2.º a seguinte redacção: «Não farão parte da Internacional senão os trabalhadores manuais.» A sua proposta, porêm, apenas alcançava dois votos: o do serralheiro Perrare, delegado francês, e o seu...

A questão era, aliás, mal apresentada. Hoje, a redacção proposta seria, por exemplo, a seguinte: «Não farão parte da Internacional senão os trabalhadores agrupados no terreno dos seus interêsses profissionais e de classe.»

O operariado tem tôda a razão para desconfiar das «profissões liberais», de origem burguesa e em constante comunidade de ideas, sentimentos e interêsses com a

burguesia. Seria um cúmulo acolher, suponhamos, a corporação dos advogados e legistas...

Mas há «trabalhadores intelectuais», em regra de origem popular, que se acham em condições bem diversas e até opostas, como os professores primários. A classe operária não deve hesitar em os receber no seu seio: a questão tôda está em que venham agrupados, não em tôrno dum «princípio», mas por profissão — o que, aliás, lhes dará no movimento operário uma influência e um poder deliberativo iguais aos de qualquer outra corporação.

A redacção da proposta Dumartheray tornou fácil a tarefa dos oradores da maioria, James Guillaume (relator), Verrycken, André Costa, Alerini, Viñas, Spichiger, que mostraram a impossibilidade de estabelecer o limite entre o trabalhador manual e o intelectual, sendo êste último amiúde mais pária do que o primeiro. E assim a discussão girou tôda fora da verdadeira questão.

Ainda dela se afastou mais com a proposta do delegado operário belga Manguette, que pedia o encurralamento dos aderentes de origem burguesa em secções especiais. A emenda não podia referir-se às sociedades de resistência filiadas na Internacional, que, claro está, rejeitavam não sómente os trabalhadores não manuais, mas até os operários de outras profissões. Manguette, que, além do seu, só teve o voto do seu codelegado Cornet (a delegação belga era de cinco membros), visava apenas as «secções mixtas» ou «centros de estudos sociais», que admitiam os socialistas de todas as profissões e procedências. Segundo o proponente, os aderentes não operários deviam formar à parte (não em agrupamentos profissionais, mas em grupos de ideas), — o que inda facilitava mais a entrada de aventureiros e politicantes (J. Guillaume, *L'Internationale*, t. III, p. 124-8).

No Congresso de Berna (Outubro de 1876), o assunto voltou à tela da discussão, a propósito da convocação dum grande congresso internacional, que reùnisse não só as secções da Internacional, mas tôdas as outras fracções socialistas, e que procurasse reconstituir uma Internacional mais vasta. E é interessante notar uma passagem do discurso de Malatesta, pela primeira vez delegado a um congresso geral:

«Nós, os italianos, entendemos que a Internacional não deve ser uma associação exclusivamente operária; o fim da revolução social, com efeito, não é só a emancipação da classe operária, mas a emancipação da humanidade inteira; e a Internacional, que é o exército da revolução, deve agrupar sob a sua bandeira todos os revolucionários sem distinção de classe». (Obra citada, t. IV, p. 108).

III

Bem depressa os anarquistas, amestrados pela experiência, sobretudo depois da dissolução da Internacional, se fizeram partidários da neutralidade das associações de resistência e da sua completa independência perante qualquer partido ou movimento político ou de ideas.

O próprio Bakunine, que, como se pode ver no opúsculo já citado, aceitava a dualidade híbrida da Internacional, parece que já para o fim pressentia a contradição.

Em fins de 1873, o grande agitador retira-se da actividade, velho, doente, e também desanimado perante o triunfo da reacção militarista na Europa, como o confessa numa carta ao *Journal de Genève* e numa outra a Eliseu Reclus. Despedindo-se dos «companheiros da Federação Jurassiana», no número de 12 de Outubro de 1873 do *Bulletin* federal, escreve Bakunine algumas palavras que nos fazem meditar:

«Pelo meu nascimento e pela minha posição pessoal, não sem dúvida pelas minhas simpatias e tendências, não passo dum burguês, e, como tal, não posso fazer outra coisa entre vós senão propaganda. E eu estou convencido de que já passou o tempo dos grandes discursos teóricos, impressos ou falados. Nos últimos nove anos, desenvolveram-se no seio da Internacional mais ideas do que as precisas para salvar o mundo, se as ideas o pudessem salvar por si sós, e eu desafio quem quer que seja a inventar uma nova.

«O tempo já não está para as ideas, mas para os factos e para os actos. O que importa hoje primeiro que tudo é a organização das fôrças do proletariado. Mas esta organização deve fazê-la o próprio proletariado por suas mãos. Se eu fôsse rapaz, ter-me-ia passado para um meio operário, e compartilhando a vida laboriosa dos

meus irmãos, teria igualmente tomado parte com êles no grande trabalho desta organização necessária.» (Obra citada, t. III, p. 146-7).

Mais tarde, é o orador do Congresso de Berna, é precisamente Malatesta, que por sinal seguira o conselho de Bakunine fazendo-se trabalhador manual, um dos mais activos em reclamar a independência do movimento operário, e quando, no princípio dêste século, se fala por toda a parte na reconstituição da Internacional, é Malatesta que escreve em *La Rivoluzione Sociale*, de Londres, o contrário do que dissera em Berna sôbre o mesmo assunto:

«Costuma-se atribuir a dissolução da Internacional ou às perseguições, ou às lutas pessoais surgidas no seu seio, ou ao seu modo de organização, ou a tôdas estas causas juntas.

«A minha opinião é outra.

«As perseguições teriam sido impotentes para destruir a Associação, e não raro favoreceram a sua popularidade e o seu incremento.

«Coisa secundária foram na realidade as questões pessoais, e, em quanto o movimento teve vitalidade, até serviram para estimular a actividade das várias facções e dos indivíduos mais em vista.

«O modo de organização, que se fez centralista e autoritário por obra do Conselho geral de Londres e especialmente de Carlos Marx, que do mesmo Conselho era a alma, deu realmente em resultado a scisão da Internacional em dois ramos; mas o ramo federalista e anarquista, que compreendia as federações da Espanha, Itália, Suíça francesa, Bélgica, França meridional, assim como secções insuladas de outros países, pouco tempo sobreviveu ao ramo autoritário. Dirão que no ramo anarquista subsistia também o caruncho autoritário e que mesmo nele poucos indivíduos punham e dispunham em nome da massa que passivamente os seguia; e é verdade. Mas convêm notar que neste caso o autoritarismo não era voluntário nem estava nas formas da organização e nos princípios em que ela se inspirava; era uma conseqüência natural, necessária, do facto ao qual eu atribuo principalmente a dissolução da Associação e que passo a expor.

«Na Internacional, fundada como federação de asso-

ciações de resistência para dar mais larga base à luta económica contra o capitalismo, bem depressa se manifestaram duas tendências, uma autoritária, outra libertária, que dividiram os internacionalistas em duas facções inimigas, conhecidas, ao menos nas alas extremas, por designações derivadas dos nomes de Marx e Bakunine.

«Uns queriam fazer da Associação um corpo disciplinado às ordens duma Comissão central, os outros queriam que ela fôsse uma livre federação de grupos autónomos; uns queriam submeter a massa para fazer, conforme a rançosa superstição autoritária, o bem dela à fôrça, os outros queriam sublevá-la e induzi-la a emancipar-se por si mesma; mas um traço comum caracterizava os inspiradores das duas fracções: uns e outros pressupunham à massa dos associados as suas próprias ideas, julgando que a tinham convertido quando haviam obtido a sua adesão mais ou menos inconsciente.

«Assim vemos a Internacional tornar-se rápidamente mutualista, colectivista, comunista, revolucionária, anarquista, com uma rapidez de evolução documentada nas deliberações dos congressos e na imprensa periódica, mas que não podia representar a evolução real e simultânea da grande massa dos associados.

«Como não havia distinção de órgãos para a luta económica e para a luta política e de ideas, e cada internacionalista desenvolvia no seio da Internacional tôda a sua actividade de pensamento e de luta, o resultado fatal era—ou que os mais avançados tinham que descer e manter-se ao nível da massa atrasada e lenta, ou, como sucedeu, progredir e evoluir com a ilusão de os compreender e seguir a massa.

«Os elementos mais avançados estudaram, discutiram, descobriram as necessidades do povo, formularam em programas concretos as vagas intuições da massa, afirmaram o socialismo, afirmaram a anarquia, vaticinaram e prepararam o futuro;—mas mataram a Associação: a espada tinha rompido a bainha.

«Não digo que tenha sido um mal. Se a Internacional se tivesse mantido como simples federação de resistência, e não a houvessem agitado as tempestades do pensamento e as paixões partidárias, teria durado como duram as *Trade Unions* inglêsas, inúteis e talvez nocivas à causa

da emancipação humana: mais vale ter morrido lançando ao vento sementes fecundas.

«Mas digo que hoje não se pode, nem se deve, refazer a Internacional de outros tempos. Hoje há movimentos socialistas e anarquistas bem desenvolvidos: hoje já não são possíveis a ilusão e o equívoco de que viveu a velha Internacional. As causas que por fim a mataram, isto é, a oposição entre autoritários e libertários dum lado, e do outro a distância existente entre os homens de ideas e a massa semi-consciente só pelos interêsses movida, acham-se hoje prontas para impedir o nascimento e o crescimento duma nova Internacional, que fôsse como a primeira ao mesmo tempo sociedade de resistência económica, oficina de ideas e associação revolucionária.

«A nova Internacional só pode ser uma associação destinada a reùnir todos os operários (isto é, o maior número possível) sem distinção de opiniões sociais, políticas e religiosas para a luta contra o capitalismo, e por isso não deve ser nem individualista, nem colectivista, nem comunista; não deve ser nem monárquica, nem republicana, nem anarquista; não deve ser nem religiosa nem anti-religiosa. Unica idea comum, única condição de admissão: querer combater os patrões.

«O ódio ao patronato é o princípio da salvação.

«Se depois, iluminada pela propaganda, ensinada pela luta a remontar às causas dos males e a buscar-lhes os remédios radicais, esporeada pelo exemplo dos partidos revolucionários, a massa associada irrompe em afirmações socialistas, anarquistas, anti-religiosas, tanto melhor: o progresso seria então real e não ilusório.

«Não é, naturalmente, que eu não queira que a nova Internacional dos trabalhadores seja socialista e anarquista; ao contrário, desejo que o seja a valer.

«E para que o venha a ser, forçoso é que tal se faça livremente à medida que as consciências se desenvolvam e compreendam.»

IV

O que no sindicalismo é essencial é a organização e a acção de classe do proletariado, é o *movimento sindical*. Os operários, não porque teem conscientemente êste ou aquele ideal quanto à sociedade futura, mas porque são

salariados e precisam de lutar contra os patrões, agrupam-se em sindicatos (*sociedades de resistência* era muito mais apropriado), fora de qualquer partido político, como aliás as associações económicas da própria burguesia. Da sua condição de salariados, da sua fôrça de trabalho e do facto de estarem agrupados para a defesa dos seus interêsses económicos comuns resulta naturalmente o emprêgo de certos meios de acção, que giram em tôrno da greve. Dêsses meios de *acção directa* são partidários todos os operários, sejam quais forem as suas ideas políticas, sociais ou mesmo religiosas; e portanto todos se podem e devem reùnir nos sindicatos para o exercício dessa acção, fazendo cada um, cá fora, se quiser, parte dêste ou daquele partido político ou seita.

Para aderir, por exemplo, ao *socialismo democrático*, é preciso querer a socialização dos meios de produção, realizada e mantida pela democracia, e aceitar os meios de acção democráticos, a luta eleitoral e parlamentar; para aderir ao *socialismo anarquista* é preciso ter em vista a socialização da riqueza, realizada e mantida pela livre federação económica, e adoptar a luta directa económica e política, rejeitando o parlamentarismo e a delegação de poderes (não de funções). Mas para entrar no sindicato, é necessário e suficiente ser salariado da respectiva indústria e querer resistir aos patrões. Não se pede adesão a um programa de transformação social.

De modo que o sindicalismo é essencialmente o agrupamento dos produtores, como tais, no terreno económico e da acção directa de classe.

Certamente, os anarquistas e outros socialistas esperam do sindicalismo muitas coisas: que os operários nele tomem consciência da luta de classes, do irredutível antagonismo de interêsses existente entre êles e os capitalistas; que na acção e em contacto com os seus iguais no sindicato, os trabalhadores se apercebam da insuficiência dos melhoramentos parciais e da necessidade de expropriar a burguesia e reorganizar a sociedade sem parasitismo e em proveito de todos os produtores. Viu-se no sindicato um magnífico *terreno* maravilhosamente predisposto para o lançamento e germinação da *semente* socialista e anarquista, das ideas de emancipação social por obra directa do povo. Profetizou-se, como Proudhon,

que o parasita da produção acabará por ser expulso da fábrica, que «a oficina há-de matar o govêrno.» E entre os anarquistas, desde o princípio do movimento, teve largo curso esta idea: que a fôrça organizada do proletariado será necessária para tomar conta da herança da sociedade capitalista, para continuar, sem interrupções impossíveis, a vida social; que a sociedade futura será uma vasta federação de associações profissionais (congresso de Basileia, em 1869).

Mas isso são ideas — nascidas evidentemente da vida das massas, da experiência operária, desenvolvidas e aperfeiçoadas onde e quando essa vida, essa experiência, êsse movimento se torna mais livre e intenso — são ideas de socialistas e anarquistas, que como tais as formularam e propagaram, são teorias, previsões, profecias, que, embora crismadas com o nome de «sindicalismo», não podem ser doutrina oficial do sindicato, constituir condição de entrada nesse agrupamento.

Os anarquistas conscientes não pretendem que um sindicato se declare artificialmente anarquista. Se o fizessem, ou só ficariam nele os anarquistas, passando a ser um grupo de ideas, como os outros grupos anarquistas, sem ter, portanto a utilidade particular do agrupamento de interêsses, do sindicato; ou o sindicato só seria anarquista de nome, por artifício autoritário—isto é, seria menos anarquista quando tal se declarasse. E se a doutrina adoptada fôsse um conjunto, velho ou novo, de fórmulas, teorias e previsões optimistas, bem ou mal fundadas sôbre o movimento sindical, chamasse-se embora «sindicalismo» a essa teoria, ainda se iria contra o verdadeiro sindicalismo, pois não teriam lugar no sindicato os operários que não a professassem, republicanos, sociais-democratas, anarquistas, etc. Seria um novo partido político, não a classe operária organizada.

Certos socialistas democráticos, por exemplo, virão talvez com a sua concepção da acção múltipla, «integral», do operariado e pedirão que o sindicato operário seja ao mesmo tempo sociedade de resistência, cooperativa, associação de socorros, liga beneficente, club eleitoral e dependência dum partido.

E os sindicalistas deverão responder:

«Nem precisamos discutir para o caso o valor relativo ou absoluto das diversas tácticas ou ideais!

«Vós concebeis de certo modo a *acção integral* do operariado; outros — anarquistas, republicanos, etc. — a concebem de modo diferente.

«Mas todos, dentro do sindicato, são salariados e devem agir como tais.

«Dentro do sindicato, a acção de resistência: fora dele, cada um *completará* essa acção a seu modo, segundo as suas concepções políticas ou as suas preferências eleitorais.

«Não confundamos órgãos e funções, não estorvemos uns com os outros!

«Quem é cooperativista, vá para a cooperativa. Se for, ao mesmo tempo mutualista, vá também para a associação de socorros. Se for ainda amante da beneficência, do desporto, da arte dramática, ou da patuscada, inscreva-se em quantas sociedades quiser, caritativas, dramáticas, musicais, recreativas, fúnebres, parturientes...

«Se for republicano ou socialista, vá para o partido respectivo e vote em quem lhe aprouver.

«Mas se é, além disso tudo, um salariado, sujeito à exploração capitalista, venha para o sindicato, a fim de nele defender os seus interêsses, com os meios dependentes da sua condição de produtor e próprios do grupo sindical — pois que cada agrupamento, cooperativo, mutualista, político, etc., tem os seus meios específicos, adequados ao seu fim.

«Tal a base de acôrdo que propomos.

«O resto (métodos, formas de organização, minúcias de táctica, graus de acção) deixemo-lo à experiência da vida operária, à lição dos factos e das necessidades da luta e ao embate lial e sincero dos princípios e das tendências.»

O automatismo sindical

I. A crença no revolucionarismo automático do sindicato: suas conseqüências. Bakunine e o automatismo revolucionário do movimento operário. — II. Os factos e as ideas: sua influência recíproca. Avanços e recuos. — III. Como surge a luta de classes; sua definição. As tendências da organização operária para o corporativismo e para a colaboração de classes. — IV. O papel dos anarquistas nos sindicatos. Como se devem comportar, dentro da organização sindical, as tendências doutrinais ou opiniões. — V. Conclusões: independência sindical e liberdade de propaganda.

I

O facto de a organização operária de resistência não dever assentar sôbre princípios políticos, sociais ou religiosos, e precisar de viver independente de qualquer partido político ou agrupamento doutrinal, não implica que se haja de coarctar no seu seio a livre acção das tendências e qualquer propaganda exercida por elementos organizados, desde que aceitem as bases fundamentais da acção e movimento operários.

Isto, porêm, não pareceu claro a alguns sindicalistas, que por vezes procuraram opor-lhe uma singular doutrina exclusivista, a qual ficou sendo conhecida pela designação de «automatismo sindical». Esses sindicalistas confiam inteiramente nas virtudes intrínsecas do sindicato: êste, para êles, conduz *automáticamente*, fatalmente, à revolução social e a uma sociedade de produtores livres e iguais, mesmo independentemente da acção e propaganda duma minoria consciente. Afinal, a diferença mede-se apenas em graus, pois não há anarquista que negue ao sindicato operário, agrupamento homogéneo de sala-

riados, a sua predisposição revolucionária, assim como não há sindicalista que dê crédito completo a essa nova forma de fatalismo económico (verdadeiro *pendant* e complemento do outro fatalismo marxista), conformando com êle a sua acção — ou inacção.

Mas demasiada confiança no automatismo revolucionário do sindicato pode levar a dois erros: a descurar a propaganda revolucionária, a considerar inútil e até nociva ou incómoda a acção das minorias libertárias no sindicato; e a julgar de pouca monta a questão do funcionalismo sindical retribuído e permanente.

Demais, triste é dizê-lo, a teoria serve admirávelmente os fatigados e desiludidos, que desejam assim justificar o seu cansaço físico e moral, e convêm muito particularmente aos interêsses dos burocratas fixos, que não querem fazer propaganda franca para não descontentar nem afugentar ninguêm, nem querem ser incomodados pela propaganda dos outros.

O automatismo sindical procura as suas raízes na Internacional, e não há dúvida de que lá se encontram numerosas afirmações nesse sentido. Assim Bakunine escrevia que «desde o momento que um operário põe o pé neste terreno, desde o momento que, ganhando confiança no seu direito assim como na fôrça numérica da sua classe, se empenha com os seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, será necessáriamente levado, pela própria fôrça das coisas, e pelo desenvolvimento dessa luta, a reconhecer em breve todos os princípios políticos, socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que nada mais são, com efeito, do que a justa expressão do seu ponto de partida, do seu fim», e que «teem como conseqüência necessária a abolição das classes e portanto a da burguesia, que é hoje a classe dominante; a abolição de todos os Estados territoriais, a de tôdas as pátrias políticas, e, sôbre as suas ruínas, o estabelecimento da grande federação internacional de todos os grupos produtivos, nacionais ou locais.» (*La Politique de l'Internationale*, p. 5).

Com passagens do mesmo trabalho, poderíamos mostrar que, sob a pena de Bakunine, estas afirmações são contrabalançadas por outras, que lhes tiram o seu carácter absoluto e as tornam admissíveis. Tôda a sua acção

pessoal, tôda a acção e o próprio modo de organização da Internacional, como já vimos, nos corroborariam: a propaganda e a acção dos homens eram consideradas como factores indispensáveis. Mas o que importa é analisar a doutrina no seu exclusivismo, opondo lhe... os simples truismos do bom senso.

II

Os anarquistas afirmaram sempre a necessidade da «acção incessante das massas», a importância do *facto*, negando o poder milagroso do verbo, a eficácia da pura educação e da pura evangelização teórica; mas é necessário não cair no excesso oposto, na abstracção contrária. O facto e a acção só valem em quanto produzem a idea, em quanto são raciocinados, em quanto criam um pensamento director.

Eis aqui uma greve vencida. Dos vencidos, uns tiram dêste exemplo maior incentivo, outros deixam-se invadir pelo desânimo: o facto reage diversamente sôbre cada um, conforme o temperamento, mas também conforme o estado de espírito, a educação e as ideas já formadas. De tal derrota tiram as mais contraditórias conclusões os que doutrinam sôbre greves: uns concluem que a greve é «arma de dois gumes», que a acção económica operária é insuficiente, e é preciso juntar-lhe a acção parlamentar; outros deduzem que, em face daquele exemplo, urge entrar numa política de conciliação e de paz social, firmar contratos e arbitragens, harmonizar o Capital com o Trabalho; outros ainda inferem que é indispensável acentuar o carácter revolucionário da acção; etc., etc.

Assim o movimento operário organizado toma as mais diversas orientações. Tal movimento, que teve começos activos e revolucionários, tornou-se pesado, conservador e «paz social», caíu no entesouramento e na luta a dinheiro, no centralismo e funcionalismo excessivos, na mais baixa expressão da luta eleitoral e parlamentar, sem ideal e sem critério, ou mesmo nos piores acordos e conluios com a classe patronal e os governantes. Tal outro está sob o jugo dum partido político e serve-lhe os interêsses eleitorais. E' por exemplo a história do trade-unio-

nismo inglês e norte-americano e das uniões operárias alemãs.

E não falemos nos «sindicatos» *amarelos*, católicos, cristãos, e até monárquicos.

Eis agora condições de facto especiais. Em primeiro lugar, é claro, a condição comum a todos os movimentos da classe operária, trade-unionismo, corporativismo ou sindicalismo: um certo desenvolvimento industrial e a reùnião dos trabalhadores nas oficinas, nos latifúndios e nos centros industriais. Depois, uma adiantada experiência democrática (era, nos anos 70, o caso da Suíça e um pouco o da França). E por fim, não menos importante condição, um desenvolvido espírito de revolta, fortificado por uma prática e uma tradição revolucionárias.

Ante essa situação de facto, essa experiência e êsse estado de espírito, surge, não em todos, mas em alguns pensadores, uma determinada concepção, um sistema, uma filosofia. Então o terreno está preparado para receber essa semente, mas é entretanto necessário lançá-la, fazer a propaganda, para se ir formando uma minoria consciente, cada vez mais numerosa e influente sôbre a massa, cada vez mais capaz de acção e de iniciativa.

Vimos, em França, na primeira década dêste século, oferecerem-se nos sindicatos operários circunstâncias felizes, que os anarquistas souberam aproveitar, contribuindo eficazmente para criar um movimento de repercussões mundiais. E nestes últimos anos, temos assistido a um notável recuo nesse movimento — recuo favorecido pela guerra e pela reacção nacionalista que ela provocou e operado sob a direcção dos militantes amansados e burocratizados.... até que de novo triunfe o espírito revolucionário, sob a influência das revoluções socialistas da Europa, e graças à acção da minoria revolucionária, ajudada pela crise crescente.

A história do movimento operário em todos os países mostra-nos degenerações, recuos, longos estacionamentos, a luta de classe substituída pela colaboração com a burguesia, pela luta entre as corporações operárias, pelo reformismo estatal e patronal.

III

A luta de classe não surge automáticamente, desde que se agrupam salariados para defesa dos seus interêsses imediatos, económicos e profissionais. A luta de classe é a luta pelos interêsses gerais do proletariado, ou pelos interêsses corporativos que não contrariam aqueles; e, para ser revolucionária, deve visar à abolição das classes. E, infelizmente, não é só o parlamentarismo, o pseudo-socialismo parlamentar, que conduz à colaboração de classes e à negação da luta de classe: o corporativismo, sem a acção consciente dos revolucionários, a cada passo aí vai ter.

E' que entre os trabalhadores, tomados individualmente, e entre as corporações de ofício ou categorias, há amiùdados conflitos e rivalidades de interêsse, como, por exemplo, quando uma corporação reclama a construção de couraçados ou de arsenais (caso sucedido em Itália), ou quando outra pede uma taxa aduaneira protectora, nociva para o povo em geral ou para outras categorias de operários.

A cada passo vemos corporações operárias, nas suas lutas e reclamações, ignorarem que o trabalhador é ao mesmo tempo consumidor e pôrem-se em violento conflito de interêsses com o público.

Vemo-las confundirem os legítimos interêsses do serviço com os interêsses parasitários da emprêsa, tomarem a peito a defesa dos segundos perante o público, provocarem com êste mil atritos e criarem assim uma atmosfera de antipatia e hostilidade, que a elas próprias prejudica nas suas reivindicações e fere a solidariedade entre os trabalhadores.

Em vez de procurarem impedir que o patronato recupere do público — isto é, da massa trabalhadora — a parte do seu lucro que teve de ceder, em vez de incluirem isso na lista das suas reclamações e entre as condições do regresso ao trabalho, ou de pelo menos mostrarem ao público a possibilidade que tem o patronato de ceder às reclamações do seu pessoal salariado sem novos encargos para o consumidor, vemos amiúde corporações organizadas praticarem o cúmulo de pedir ao ministé-

rio, ao parlamento, ao município uma elevação de tarifas, de passagens ou de preços de venda, para que a empresa *possa* aumentar-lhes o salário! ¿Não vimos nós até a infâmia de para êsse fim se reclamar o aumento do preço da água? — ¡da água que, pelo contrário, deveria ser distribuída gratuítamente a domicílio! ¿Não temos nós visto greves e corporações operárias manejadas pelo patronato para obter, a pretexto duma irrisória melhoria de salário, um forte desenvolvimento de proventos?

E não é das tarefas mais fáceis convencer essas corporações de que, procedendo assim, praticam actos de traição declarada à classe operária, actos de *amarelos* retintos.

Não é fácil fazer-lhes compreender o que deve ser a idea norteadora da acção de classe: que a propriedade do serviço e do seu material pertence legítimamente à comunidade. Que a empresa, o patrão é o intruso, e contra êle e o seu lucro deve reverter a acção conjunta e solidária do produtor e do consumidor. Que a própria corporação operária, devendo ser a primeira competência para a organização interna do seu trabalho e devendo tender a eliminar o accionista, o parasita, o alheio ao serviço, não é senão depositária dêsse serviço, não tem senão uma delegação de função, dada pela colectividade. Que é com os legítimos interêsses desta que se deve procurar harmonizar o interêsse legítimo de cada categoria produtora.

Sem a acção e propaganda constantes dos homens de ideas, o egoismo corporativo tende a enraizar-se e a tomar formas odiosas, altamente atentatórias da solidariedade operária, sem a qual não é possível a emancipação da classe.

Assim, vemos organizações operárias encerrarem-se num isolamento corporativo, recusando obstinadamente federar-se com as demais; rejeitarem orgulhosamente, nas suas greves, a solidariedade das outras ou negarem-lhes a sua, quando necessária; proclamarem que se bastam a si mesmas e declararem até que voltariam ao trabalho caso o restante operariado fizesse a greve geral de solidariedade, acusando estúpidamente êsse movimento de «especulação política»; criarem para si privilégios e regalias dentro das corporações, instituirem zonas priva-

tivas, limitarem o número dos aprendizes, oporem-se ao trabalho feminino, fazerem guerra ao operário estrangeiro, ao *immigrante*.

Vemos organizações operárias misturarem e abafarem a «resistência» com o mutualismo e o cooperativismo e acabarem por temer a acção. Vemo-las procurarem a sua salvação e a justificação da sua preguiça ou impotência na reivindicação das mais anódinas e ridículas reformecas, de invenção patronal ou política, e tirarem da constante inaplicação das leis operárias, como ensinamento, não a necessidade de recorrer à acção directa, mas a urgência de... fazer novas leis e aumentar a burocracia do Estado!

E' certo que, *sem a ajuda dos factos e o favor das circunstâncias*, sem as repetidas e severas lições da experiência, a minoria consciente é absolutamente incapaz, não só de promover a acção das massas, mas até de lhes ensinar as verdades mais singelas e rudimentares; mas não é menos certo que, *sem a acção dessa minoria*, as massas, embora associadas, não sabem interpretar os factos, nem aproveitar as circunstâncias, lendo, pelo contrário, as lições da experiência no sentido mais grato à sua preguiça e à sua inacção.

IV

Desta breve exposição resulta o papel dos anarquistas nos sindicatos.

Sendo a sua concepção que os trabalhadores devem, não ser dirigidos ou governados mesmo para o *bom fim*, mas dirigir-se e emancipar-se a si próprios, são êles lá dentro os melhores e os mais desinteressados guardas da independência sindical e da união de todos os trabalhadores sôbre o terreno económico, depois de as terem reclamado durante o predomínio social-democrático.

Os anarquistas são também os mais ardentes defensores da *acção directa de classe*, porque a acção directa é, em suma, a táctica dos anarquistas em todos os campos, económico, político, intelectual, etc., a que êles consideram *bastante*.

Os anarquistas, enfim, conservando-se tais, convictos e conscientes, mantendo-se o mais possível livres de com-

promissos, são nos sindicatos os propagandistas das ideas de autonomia e de federalismo livre e os adversários da centralização, do autoritarismo, do absorvente e refreador funcionalismo bem pago e inamovível, do entesouramento improdutivo.

E estão sempre dispostos a combater as tendências autoritárias que se formem dentro do movimento operário, mesmo em tôrno da palavra «sindicalismo». Porque, mesmo supondo que os sindicados abandonassem as designações de socialistas-democráticos e socialistas-libertários e se declarassem todos «sindicalistas», significando que consideravam o sindicato como agrupamento essencial sempre e como base da reorganização social, de novo voltariam a constituir-se as antigas tendências, na questão fundamental do *método*.

Uns suporiam o sindicato a administrar a produção, sob a tutela do Estado democrático, dum govêrno, representando os interêsses gerais dos consumidores; seria o sindicalismo social-democrático. Outros combateriam pelo sindicato livre e autónomo, aberto, constituindo-se e federando-se livremente, organizando directamente a produção e dispondo livremente dos meios de produzir, sem contudo ser deles proprietário exclusivo: seria o sindicalismo socialista anarquista. Outros encaminhar-se-iam—às vezes sem o sentir...—para o sindicato proprietário exclusivo dos meios de produção, fechado, autoritário, governado por uma burocracia sindical centralizada: seria — que sabemos? — um neo-corporatismo medieval, ou um neo-capitalismo autoritário com Estado e tudo. Não se trata afinal de meras suposições: são já factos, são já tendências radicadas ou incipientes.

Deu-se o mesmo com o movimento socialista: no seu início, todos se confundiam e acotovelavam em tôrno do mesmo fim socialista; e foi o método—democrático ou anarquista—que veio a separar as tendências.

Os anarquistas teem, pois, a missão de mostrar que o sindicalismo, para ser verdadeiramente *revolucionário*, tem de ser *socialista* e *anarquista* ao mesmo tempo. Mas isso não quere dizer que substituam pela sua a direcção social-democrática, que governem o movimento operário, que imponham a sua filosofia, a sua finalidade, a sua concepção sistemática, mesmo sob o nome de sindicalismo

revolucionário, como doutrina ou programa oficial. A organização por tendências seria a divisão do proletariado no único terreno em que êle pode e deve desde já estar unido: o dos seus interêsses económicos. As ideas socialistas libertárias devem constituir, no movimento operário, uma tendência livre, que livremente vá ganhando as consciências e livremente se vá traduzindo em factos, por voluntária decisão dos interessados. Nunça perder de vista que o movimento operário é movimento de classe, que a organização sindical deve agrupar, como tais, todos os salariados pobres, devendo por isso mesmo ser independente dos partidos.

Raramente os anarquistas podem ser acusados de «separatistas»; e quando de tal se tornam culpados é do campo anarquista que parte a primeira censura. Separatistas e expulsadores teem sido os políticos (não digo os operários) social-democráticos, furiosos quando lhes escapa a fôrça eleitoral e base de apoio que é a organização operária. Os anarquistas, sem interêsses partidários a salvaguardar, até calam amiúde o nome do seu ideal e são às vezes levados, por amor à união, a uma excessiva condescendência. Mas, na verdade, o que é necessário é que, em caso de divisão, tenham, livre de tabuletas supérfluas, um terreno de acôrdo sempre oferecido, com franqueza e lialdade, a todos os trabalhadores. Em quanto as houver, é útil que todas as tendências se encontrem nesse terreno, para mútuamente se fiscalizarem e contrabalançarem.

V

Resumindo. A nosso ver, para que a organização operária de resistência se eleve pela acção, pela experiência, pela discussão, à concepção superior dum interêsse geral de classe, que possa abranger o de tôda a humanidade, pela integração de tôda ela na classe única dos produtores úteis, possuidores em comum de todos os meios de produzir, a minoria consciente que actua no seu seio como fermento revolucionário deve evitar dois escolhos: o primeiro é a subordinação da organização operária a um partido político ou a adopção oficial duma doutrina, por mais revolucionária que seja; o segundo é, com o pretexto de independência, suprimir dentro do sindicato o

franco e lial embate dos métodos e ideais, agindo no terreno e com os meios que o sindicato oferece.

Desde que os operários, convencidos da inutilidade ou insuficiência da acção e meios mutualistas, cooperativos, eleitorais e parlamentares, convencidos do mal da inércia, se decidem a lutar contra a exploração capitalista, só podem constituir uma verdadeira fôrça se se unem sôbre o terreno dos seus interesses comuns, fora dos partidos e escolas doutrinais. A violação dêste princípio de organização económica traz a dispersão de fôrças ou dá-nos uma ficção, perigosa para o próprio ideal apregoado na tabuleta: as ideas duma minoria artificialmente atribuídas à maioria inconsciente.

Mas a independência ante os partidos e escolas, a auto-administração da organização operária, não implica a expulsão do seio do sindicato dos ideais e das inevitáveis reacções dêstes sôbre a acção sindical. O sindicato não toma parte oficial em manifestações partidárias, não exerce funções que lhe não são próprias, age com os seus meios e no seu campo; mas nada mais. Unir fôrças não é nivelar tendências, nem abdicar de opiniões. Pelo contrário. A alma da união está na tolerância e no respeito mútuo das opiniões, assim como a alma do movimento operário é a livre expansão das ideas—procurando conquistar, não os estatutos e as declarações oficiais, mas o espírito dos associados e das massas, para se traduzir espontâneamente em factos.

Conquistas operárias e reformas burguesas

I. Os anarquistas ante as reformas operárias. A evolução do seu pensamento a êste respeito. — II. Miséria e revolução. O privilégio conservador. A aristacracia proletária nos países anglo-saxónios. Os rotos. — III. Melhorias operárias e reformas burguesas. O melhoramento directo da oficina, do sindicato e das condições de vida. — IV. Expropriação e desenvolvimento da produção: os ensinamentos fundamentais do socialismo. — V. O consumo determina a produção. As grandes crises. — VI. Vantagens e desvantagens da intensificação e concentração das indústrias capitalistas. — VII. Colaboração e luta de classes. — VIII. Resumo e conclusões.

I

O operário anarquista aceita estas bases de acôrdo, tais como foram expostas nos dois anteriores capítulos, e entra na associação de resistência. ¿Mas qual é desde logo a sua posição, como anarquista, ante os mesquinhos objectivos imediatos da acção sindical?

Qual ela é pode deduzir-se do que ficou dito nos capítulos anteriores, mas a questão merece algum desenvolvimento particular.

Os anarquistas como já dissemos, levaram algum tempo a desembaraçar-se de alguns erros iniciais.

Como todos os marxistas, interpretando com excessivo rigor a chamada «lei dos salários», olhavam com desdêm as greves e as pequenas conquistas operárias. E um dos resultados desta tática era que os operários, vendo que afinal sempre alguma coisa ficava do seu esfôrço, acabavam por lhes voltar as costas.

Por outro lado, o jacobinismo tinha a pele dura. Sob a influência das revoluções políticas recentes, com as suas conspirações, as suas carbonárias, os seus golpes audaciosos e felizes, as suas aventuras extraordinárias dum punhado de valentes, os insurreccionalistas, numerosos na Espanha, em França e na Itália, julgavam poder dispensar o apoio da acção operária. Não se podia falar ainda, antes da militarização da Europa, da cooperação do proletário fardado.

Quando não eram os insurreccionalistas, eram os outros que prègavam quase no mesmo tom: achavam que se deviam gastar todos os esforços em preparar a greve geral expropriadora e a revolução social, desdenhando as impotentes greves parciais e as fatigantes escaramuças de cada dia! Como se fôsse possível organizar e educar as massas, atingi-las pela propaganda, preparar aquela mesma revolução, sem a acção directa e contínua dos trabalhadores pelos fins imediatos, sem as miúdas escaramuças!

De tudo o que acabamos de dizer se encontra confirmação nos debates do Congresso de Genebra de 1873 sôbre greves parciais e greve geral. (James Guillaume, *L'Internationale*, t. III, p. 116-118, 120-121).

II

Parece ser já uma verdade assente—pelo menos não a temos visto contestada nos últimos tempos—que o excesso de miséria não produz a revolução nem ideas revolucionárias. Antes pelo contrário, especialmente quando essa miséria é velha e pode exercer uma acção prolongada: abate então tôdas as energias, deprime, avilta, desmoraliza.

Daí a vantagem e a necessidade da acção operária cotidiana, não só pelos fecundos resultados educativos e organizadores dessa mesma acção, mas ainda, em segundo lugar, pelas conquistas materiais, precárias embora, pelas migalhas de bem-estar que de tal luta contínua possam advir.

E' preciso, porêm, prestar muito sentido às complexas e arrevesadas lições dos factos—para evitar os simplicismos, para não trocar um êrro, um exagêro por um extremo oposto.

Se a miséria prolongada e sem sobressaltos, sem agravamentos repentinos, é embrutecedora e debilitante, tampouco é revolucionário o bem-estar, de per si só, muito particularmente quando êsse bem-estar é devido a um privilégio, mantido à custa de sub-classes mais miseráveis e contra os esforços destas.

A história do trade-unionismo na Inglaterra e nos Estados Uuidos e do corporatismo em outros países industriais é altamente instrutiva a tal respeito.

Tendo embora começado com atitudes e tendências revolucionárias, êsses movimentos operários degeneraram na constituição duma classe privilegiada dentro do proletariado, classe e privilégio que ameaçam consolidar-se e desenvolver-se, associando-se ou substituíndo-se à classe e privilégios burgueses.

Aproveitando o desenvolvimento industrial, ganhando automáticamente com a »intensificação das indústrias«, buscando e cultivando os interêsses comuns com os patrões, colaborando com a classe patronal nas reclamações desta e obtendo dela regalias, depois ciosa e violentamente defendidas contra a concorrência dos outros trabalhadores, os operários «qualificados» formaram uma espécie de aristocracia da trabalho, porventura ainda mais inimiga do proletariado inferior do que do patronato.

Abaixo dessa aristocracia e por ela repelidos e guerreados, estão os sem trabalho e os sem ofício, os que não puderam ser iniciados na maçonaria do aprendizado e da união profissional, os trabalhadores adventícios, a imensa e desgraçada sub-classe, o proletariado dos farrapos, como dizem os alemães *(lumpenproletariat)*. Para estes são inacessíveis as fórtalezas trade-unionistas. Diante deles erguem-se as altas joias e cotas associativas, e nas oficinas a boicotagem dos associados. Faz-se guerra à mão de obra estrangeira, fomentam-se conflitos de raças, suscitam-se leis restritivas da immigração, apoiam-se as guerras de tarifas e o imperialismo.

E os revolucionários que aspiram à abolição das classes e que para êsse fim procuram organizar os trabalhadores, agindo no seio das velhas uniões ou agrupando o proletariado delas excluído, encontram na sua frente, como um dos mais fortes obstáculos, êsses semi-privile-

giados, com a sua pesada burocracia, germe possível dum futuro novo Estado de classe,—perigo enorme que os anarquistas e todos os verdadeiros revolucionários sociais, que desejam, não uma substituição, mas uma supressão das classes, devem combater com todo o vigor e paixão, onde quer que êle exista já ou tenda a mostrar-se.

III

Para alcançar o seu fim, devem os revolucionários favorecer, não só os métodos de acção (a acção directa) e as formas de organização (federalismo, autonomia) que suscitam e exigem as energias e iniciativas do maior número e que dão aplicação e livre acesso a todas as boas vontades, mas também as reformas ou melhoramentos que sejam uma vantagem verdadeira para o proletariado ou que pelo menos não contrariem e retardem o fim essencial. E devem afincadamente combater o interêsse do operariado por tôdas aquelas reformas que, embora conquistadas pela acção directa, tendam a confundir as classes sociais ou a opor entre si as diversas categorias do proletariado.

No primeiro caso, estão os melhoramentos especìficamente operários—aumento de salário, redução de horas, descanso semanal, higiene do trabalho, etc.—todos os que elevam a capacidade de consumo e a dignidade do salariado, e sobretudo os que abrangem e satisfazem um interêsse geral da classe trabalhadora.

No segundo caso estão tôdas as reformas qua giram no âmbito dos interêsses das diversas sub-classes burguesas, tôdas as que demandam a colaboração do operariado com a classe patronal—seja embora para «intensificar as indústrias», tôdas as que, além disso dividem a classe operária,—como, por exemplo o proteccionismo ou o livre-cambismo, ou, pior ainda, o sistema mixto de um e de outro.

A acção operária, de classe,—especialmente a do operariado organizado econòmicamente, profissionalmente, —perderá o seu carácter específico se abandonar o seu terreno próprio, os seus fins e as suas armas.

As leis de fomento, em cuja eficácia se confia messiànicamente e para pedir as quais se faz há tantos anos

uma inútil ladainha, as reformas tributárias e aduaneiras, os equilíbrios financeiros, etc., são coisas da alçada da burguesia e que só podem interessar os ilusos operários arrebanhados atrás dum messias político.

Não quere isto dizer que devam ser desprezados os melhoramentos *imediatos* de situação; quere dizer que o operariado não deve saír do seu terreno próprio nem correr atrás de ilusórias reformas legais, que só servem para o desorientar, para o dividir e desorganizar.

Se êle lutar directamente para o melhoramento *directo* do seu trabalho, do lugar de produção—a oficina, do seu instrumento de luta—o sindicato; se concentrar os seus esforços no aumento de salários, na redução de horas de labuta, na melhoria da vida de cada um, como produtor, consumidor e indivíduo; e se anular as repercusssões por meio duma acção múltipla e geral, a própria burguesia se incumbirá das reformas da sua alçada, distribuindo entre as suas diversas categorias (não sem brigas) os encargos provenientes das exigências proletárias; e isso sem necessidade de ser o operariado dividido e logrado em tais contendas, opondo taxas aduaneiras a taxas aduaneiras, suplicando infantilmente a «intensificação das indústrias» por meio de leis, (intensificação que, nos grandes países industriais, os patrões jamais dão por atingida quando resistem às reivindicações operárias), ou ainda pedindo ingénuamente supressões de impostos, as quais, sem produzir uma baixa de preços, são pretexto para o estabelecimento de novos tributos e do relativo encarecimento da vida...

IV

Em todos os países e em todos os estados da indústria, agita a burguesia contra as reivindicações operárias o espantalho da concorrência estrangeira, pedindo hipócritamente a patriótica colaboração do operariado no desenvolvimento da produção nacional...

Há também quem diga, supondo colocar-se num ponto de vista revolucionário, que, para expropriar, é preciso haver quê; e portanto é necessário que, em regime capitalista, se desenvolva suficientemente a riqueza, ou por

outra, a indústria, para que possa ser proveitosamente expropriada pela classe produtora. Faz-se dêste modo depender a socialização da riqueza, o comunismo, dum largo e prévio desenvolvimento da produção capitalista.

Vejamos primeiro o problema de um modo geral, embora sumáriamente.

Uma verdade já largamente demonstrada pelos socialistas de várias escolas (quando não perdem de vista a essência e o alvo do socialismo) é que a riqueza actual é já mais do que suficiente para, sendo administrada pelos próprios produtores e em proveito de todos, satisfazer tôdas as necessidades primárias e gerais. E isto considerando, não só todo o globo, mas cada país moderno, ainda o menos industrial. Hoje mesmo, a despeito das precárias condições das classes pobres, apesar do maior mal — a incerteza da vida, os salariados vão vivendo: vivem mal, é certo, mas vão-se agùentando. Melhor viveriam, pois, mesmo no período de transição, quando, tendo lançado mão de todos os meios de produzir, os houvessem pôsto logo em actividade, no seu máximo de capacidade produtiva, por conta e para vantagem de tôda a sociedade.

As guerras e revoluções actuais mostram, aliás, as possibilidades dos meios de produção existentes, assim como a grande capacidade de resistência das populações.

Por outro lado, o desenvolvimento da produção, a intensificação das indústrias, em regime capitalista, faz-se *quando isso é vantajoso para a burguesia*, detentora dos meios de produzir, que regula a produção no seu interêsse particular.

Faz-se, por exemplo, quando o industrial aperfeiçoa ou introduz máquinas para compensar o encarecimento da mão de obra, por causa da elevação de salário ou da rèdução de horas; ou quando necessita de produzir mais, por terem aumentado a capacidade e a vontade, enérgicamente impostas, de consumir.

Mas êsse desenvolvimento, essa intensificação nunca é tal que dê a fartura a todos, que altere sensível e duradoiramente a diferença de situação entre o patrão e o salariado, entre a burguesia e proletariado. Se o fôsse, o comunismo seria, por assim dizer, inútil, e os reformistas

burgueses ou pseudo-socialistas teriam razão, pois em regime capitalista viria a ser possível, pelo desenvolvimento da produção, a abundância e o bem estar para todos.

Uma das características do regime burguês — baseado na apropriação individual da riqueza comum e no salariato — é precisamente o êle viver da carestia dos produtos e da insuficiência dos salários; o seu crime fundamental é a sua impotência orgânica, a sua incapacidade insanável para satisfazer as necessidades reais de todos. Há terras, máquinas, instrumentos, materiais de construção, matérias primas, milhões de braços desocupados ou mal empregados, — em suma os meios e agentes de produção e transporte em quantidade suficiente para fornecerem a todos do necessário; as necessidades não serão, porêm, satisfeitas, em quanto tudo não fôr de todos, mas sim propriedade de alguns, em quanto se não produzir para que todos consumam segundo as suas necessidades, em vez de se produzir para que enriqueçam com a carestia, à custa da miséria dos trabalhadores, os patrões, proprietários e comerciantes.

Só o comunismo dos bens sociais, frutos do trabalho das gerações passadas e presentes, é que nos dará a abundância; e portanto o nosso fim — ao qual devemos subordinar tudo — é expropriar a burguesia para reorganizar e desenvolver a produção, e não vice-versa.

V

A questão pode ainda ser encarada ou formulada de outro modo: é o consumo que precede e determina a produção, e não o contrário.

No regime social presente, quando a produção ultrapassa, não as necessidades reais (pois essas nunca ela as excede ou atinge sequer, por impotência orgânica, como já vimos), mas apenas as exigências do mercado, quando ela sobrepuja o limitado poder de compra da grande massa, escrava do salário, dá-se uma dolorosa crise económica: as fábricas cerram-se, os operários vão para a rua, a miséria cresce, diminuem as possibilidades de consumir. O mesmo sucede quando se introduzem na indústria ou se melhoram máquinas, sobretudo se isso é

feito de repente e em larga escala, e pelo menos *se* e *em quanto* as novas máquinas não determinam novas indústrias. Neste absurdo regime capitalista, é um mal o *excesso* de produção, quando há tantas necessidades a satisfazer; e as máquinas, que, se fôssem de todos, seriam para todos um grande bem, não fazem senão causar fome e desocupação, por pertencerem a poucos.

A produção só pode aumentar com vantagem para todos, quando aumenta um pouco o poder de consumo do salariado, com o desenvolvimento da sua dignidade de homem, da sua consciência das necessidades do seu organismo, das suas noções de higiene, com o melhor conhecimento dos seus próprios direitos e dos meios de os fazer respeitar.

Quando, pelo contrário, a carência de produtos é real, quando uma catástrofe, uma grande guerra — fruto do regime que suportamos, — pela destruição de fôrças produtivas, pela desorganização das trocas e dos transportes, pela boicotagem de países produtores, produz uma verdadeira carestia, então ainda os detentores dos meios de produção e de troca especulam com a situação, enriquecendo à medida que aumenta a miséria geral. Então essa oligarquia, porque tem meios para isso e porque está organizada para o lucro, não se resigna a renunciar aos fabulosos ganhos dessa época de oiro, resiste à baixa, fomenta pelo contrário a alta e o agravamento da crise, limitando, assambarcando ou sonegando os produtos, deixando-os apodrecer sem escrúpulo, regulando e restringindo as vendas, anulando mesmo as encomendas aceitas.

E isto ao mesmo tempo que brada ao operário, para o desnortear: «Produzir! trabalhar! Trabalhar! produzir!» — o que significaria o esfalfamento de uns, a desocupação e a miséria dos outros, e uma economia de salários para o patronato, sem que a produção desse um passo em frente, e a carestia um passo atrás.

E' então precisamente, nessas crises, que o regime mostra melhor a sua incapacidade, o seu vício fundamental — e é então que mais urgente se torna a revolução social para reorganizar e aumentar a produção, custe embora a tarefa ingentes esforços e fique embora incompleta e imperfeita por muito tempo.

VI

A intensificação da indústria capitalista pode apenas acentuar as vantagens *indirectas* da industrialização das regiões onde reina a pequena oficina, a pequena propriedade: criar, agrupar, concentrar, igualar em condições o proletariado industrial, facilitar assim a difusão das ideas revolucionárias e a organização dos oprimidos.

Mas essas vantagens indirectas não constituem motivo suficiente para despendermos energias em favor da intensificação das indústrias, sobretudo em colaboração com a classe burguesa.

A guerra entre nações pode também provocar uma crise favorável à revolução social — e no entanto nós não nos pomos a fazer a apologia da guerra e do patriotismo, porque isso seria precisamente evitar ou dificultar aquela revolução. O imperialismo, a constituição de grandes Estados (por exemplo: a Ibéria, a união de Portugal e Espanha), o colonialismo, tudo isso é favoravel à grande indústria e à proletarização das massas; mas nem por isso nos fazemos imperialistas e partidários de guerras e conq istas, porque iríamos contra o nosso fim, nenhum proveito tirando, para as nossas ideas, daquela proletarização e daquele desenvolvimento industrial capitalista.

Em regime monárquico, a implantação da república é igualmente uma vantagem *indirecta* para a idea de revolução social, pelo salutar efeito das desilusões democráticas sôbre o ânimo do proletariado, que foge da política burguesa para o sindicato e para a luta de classes. Mas nem por isso, na monarquia, nos fazemos republicanos e colaboramos com a burguesia republicana, porque, se tal fizéssemos, sossobraríamos com a ilusão democrática no conceito popular e perderíamos o benefício das desilusões, sem terreno material nem ambiente moral preparados para acolher os desiludidos. A massa, se não ficasse inerte e passiva, amorfa e desorientada, nutriria novas ilusões democráticas e correria atrás de novos partidos burgueses ou semi-burgueses.

Demais, é preciso não ver sómente as vantagens da intensificação das indústrias, mas também os seus inconvenientes e perigos.

Não falemos já daquela teoria marxista da concentração do capital num número cada vez mais reduzido de mãos, facto que viria facilitar a expropriação. Pela observação e pelas estatísticas, vê-se que se concentram as indústrias, os capitais-meios de produção, mas não o capital-dinheiro. Aumenta o número de accionistas e dos demais interessados na conservação do privilégio. Os pequenos proprietários, industriais e lojistas são substituídos por uma multidão de funcionários, directores, capatazes, agentes, corretores, representantes, etc., mais garantidos e mais bem remunerados do que os primeiros.

Quanto ao aumento global da riqueza capitalista, sendo a riqueza a maior fôrça, é evidente que êsse aumento dá à burguesia maior poder—maior poder de exploração, de domínio e de corrupção moral.

Com a concentração e desenvolvimento industriais, a classe detentora fortifica a sua organização interna—organização autoritária e centralista, adaptada aos seus fins de dominação e exploração e ao ambiente actual; e com esta organização e o aumento de riqueza, as oligarquias industriais e financeiras fortalecem extraordináriamente a sua influência sôbre o Estado, tornando-o cada vez mais instrumento seu, dispõem cada vez mais da grande imprensa, dos ministros e dos parlamentares, fazendo-os eleger ou comprando-os, depois de eleitos pelo «povo soberano», com dinheiro de contado ou com empregos e favores. Ver, a êste propósito, o belo livro de Delaisi: *La Démocratie et les financiers*.

Correlativamente e como conseqüência, aperfeiçoa-se o instrumento repressivo—militar e policial, órgão essencial do Estado. Criam-se milícias anti-revolucionárias, oficiais ou particulares, como os *pinkertons* norte-americanos e como uma gendarmaria comunal, rigorosamente seleccionada, ideada em França. Desenvolvem-se os militarismos, os imperialismos, as guerras coloniais e económicas, as alianças entre governos, o nacionalismo, etc.

Por outro lado, o patronato despersonaliza-se, torna-se anónimo, irresponsável, invisível. O explorado vê mais dificilmente quem o rouba e quem o tiraniza, assim como a importância do roubo.

Da banda do proletariado, se êste, aglomerado nas fá-

bricas e centros industriais, oferece mais facilidades de propaganda e organização, é também forçoso contar, como já vimos, com a formação de sub-classes mais miseráveis, com o exército dos desocupados, com as grandes crises, como o egoismo dos operários «qualificados» e uma tendência maior para o corporativismo e para o centralismo.

Mas, pelo próprio exercício da luta de classes para conquista de verdadeiros melhoramentos de condição, tem o proletariado maneira de promover indirectamente a intensificação das indústrias, aproveitando-lhe as vantagens, sem sofrer os inconvenientes da colaboração de classes e sem perder o tempo a correr atrás de enganadoras panaceias político-burguesas.

VII

O que em geral sucede quando o proletariado é levado a colaborar com a classe patronal sob o pretexto de desenvolver a indústria nacional, de não a matar, de não a prejudicar em face da concorrência estrangeira, é que a referida indústria nacional não dá um passo para a frente. Essa colaboração de classes inimigas, tam ardentemente reclamada pela burguesia em nome da paz, é resultado e sinal de preguiça e falta de iniciativa. «E' vulgar, se não genérico,—reconheceu no parlamento, quando ministro, o sr. Brito Camacho,—encontrar da parte dos industriais uma insciência lamentável quanto aos meios de produzir melhor e mais barato; e daí a exploração do operário». E' o operário que paga sempre as custas da incapacidade burguesa; e em geral *colaboração* significa para o operário renúncia a qualquer melhoramento.

Mas ainda quando a colaboração das duas classes, a operária e a burguesa,—semelhante, como diz Malatesta, à colaboração do cavalo com o cavaleiro que o monta,—faça progredir a indústria, êsse progresso será todo em proveito do cavaleiro, não obtendo o cavalo maior ração, a não ser para fornecer maior soma de trabalho e poupar ao dono novas despesas e a compra de mais cavalos... Para o industrial nunca a indústria está suficientemente desenvolvida para atender às reivindicações operárias, sen o a concorrência estrangeira em todos os países

agitada como um espantalho; e se o trabalhador está habituado à colaboração de classes, é bem provável que dê ouvidos ao patrão, aceite o critério dêste e a situação de facto, continuando a... colaborar.

A colaboração de classes, com indústria intensa e próspera, cria e fortalece, quando muito, no seio do proletariado, categorias priveligiadas, relativamente bem retribuídas, colocadas entre a massa trabalhadora e o patronato e servindo de resguardo a êste último.

Ela leva à implantação de métodos de trabalho que, como o sistema Taylor, seriam um benefício numa sociedade em que a produção fôsse obra de todos e para todos, mas que hoje beneficiam apenas os donos e directores da produção e dão uma passageira vantagem material a alguns operários para melhor os *mecanizar* e governar e para, com êles, reduzir a uma maior escravidão e miséria a grande massa proletária.

Ela desenvolve os antagonismos de interêsses entre as categorias operárias. Fazendo-se sempre em nome dos interêsses mais imediatos e estreitos, dentro dos limites do capitalismo e para os fins dêste, a colaboração de classes é sempre por categoria. Tal categoria operária colabora com o patronato da sua indústria ou ofício, em prejuízo das outras categorias, feridas como produtores ou como consumidores. Tal corporação, em troca de um magro aumento de salário, compromete-se a impor a elevação dos preços do produto e mesmo a declarar a greve e o boicote contra os patrões que não aceitaram essa elevação (caso dos tipógrafos de Genebra e outros). Tal outra, de acôrdo com os patrões, é proteccionista, reclamando maiores direitos de entrada, em rivalidade com uma terceira, cuja profissão tem interêsse na supressão ou redução das mesmas taxas aduaneiras, ou em oposição a toda a massa produtora e consumidora. E eis os trabalhadores divididos entre si, repartidos pelos diversos interêsses das sub-classes burguesas e pelos diferentes partidos políticos da burguesia. Ei-los confiados, muito lògicamente, no parlamento e na acção eleitoral, instrumentos específicos da política burguesa e da colaboração de classes. Quem aceita esta e as reformas que a favorecem e a determinam, se o faz reflectidamente, só não

aceitará o parlamentarismo por uma questão de oportunismo ou de temperamento.

A colaboração de classes leva ainda em nome da «indústria nacional», ao nacionalismo, ao militarismo, ao imperialismo, ao colonianismo, às guerras económicas, à luta ilusória contra a mão de obra estrangeira, — isto é, à divisão do proletariado internacional e à perpetuação da escravidão operária.

Para o revolucionário social, a luta de classes deve ter como fim essencial a expropriação dos capitalistas e a abolição das classes; como essencial utilidade prática a preparação dos espíritos nesse sentido, a destruição de todos os equívocos e compromissos.

Mas além disso, essa luta, muito mais do que a colaboração, melhora a situação moral e material do operariado, assim como intensifica e desenvolve a indústria: tudo, é claro, dentro dos limites do desequilibrado e incapaz sistema capitalista, até que o destrua a revolução.

O aumento de dignidade do trabalhador, o alargamento do seu poder e vontade de consumir, a elevação de salário, a redução de horas, — tudo isso promove o aperfeiçoamento da técnica, o melhoramento dos processos de produzir, o desenvolvimento da produção e da maquinaria, o qual por sua vez provoca novas reivindicações operárias.

A propósito, convêm notar que se tem abusado da afirmação, demasiadamente genérica, de que o encarecimento da mão de obra, pela alta de salários e redução de horas, traz ensejo inevitávelmente à elevação dos preços das coisas, prejudicando dêste modo o salariado como consumidor, depois de, como produtor, o ter favorecido. Não é tanto assim. Se assim fôsse, os países de baixos salários, como era a Rússia, deviam fornecer ao mercado mundial produtos mais baratos do que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha; e era o contrário que se dava. Mais: na agricultura, os salários teem subido muito menos do que nas indústrias citadinas; ora os géneros agrícolas teem encarecido muito mais do que os outros produtos e coisas. A carestia da vida tem outros factores predominantes.

Efectivamente, nos ramos de produção de processos rotineiros, sem divisão do trabalho e sem máquinas, o

salário pode ser o factor principal ou quási único do preço do produto. Mas por isso mesmo, nesses ramos, a alta dos salários contribui para a introdução de máquinas, novos processos técnicos, modos de produzir mais barato.

Todos êsses progressos e melhoramentos, é certo, teem um limite traçado pelo capitalismo, com os seus vícios orgânicos, as suas restricções do consumo, as suas incapacidades e desperdícios na produção, as suas crises e guerras económicas, as suas catástrofes financeiras.

Por isso, para o revolucionário, a luta tem, acima de tôdas as outras vantagens, a de mostrar os irredutíveis antagonismos de classes e a de educar e preparar revolucionáriamente o proletariado.

E como luta, a tal fim distinada, deve êle entender e propagar uma verdadeira *luta de classes*, a da classe operária contra a classe burguesa, em tôrno de interêsses gerais que sejam hoje os de tôda a classe trabalhadora em vias de emancipação, e possam tornar-se depois os de tôda a sociedade livre e igualitária; em tôrno de interêsses que, sendo embora os dum indivíduo ou duma corporação, não contrariem os dos outros indivíduos ou corporações da mesma classe ou os da obra essencial de libertação comum. Guerra sem tréguas a tudo quanto — actos, métodos, ideas, equívocos, — divide o operariado, confundindo-o e entrelaçando-o com a burguesia!

Demasiadas são já as ocasiões de confusão e de engano. Demasiados são já os nefastos terrenos de acôrdo, para onde os ilusórios interêsses exclusivos empurram patrões e operários, sem que estes, vítimas duma miopia infligida, vejam a repercussão danosa dos seus actos e o grande mal que se esconde por trás dum pequeno e passageiro bem.

VIII

Em conclusão.

Quanto ao fito da actividade sindical, embora os preocupe sobretudo a necessidade duma revolução social, bem como a urgência de dar ao maior número possível a consciência dessa necessidade, os anarquistas não desconhecem o inevitável e o indispensável dos melhora-

mentos e conquistas parciais. Fazem, porêm, uma selecção, orientados pelos interêsses gerais do proletariado, considerado como classe em vias de emancipação, e pelo bem duma humanidade livre e sem classes.

Os anarquistas apoiam o que poderíamos chamar *reformas de economia operária*, referentes ao trabalho e à oficina, girando no âmbito dos interêsses directos dos trabalhadores e sujeitas à sua contínua fiscalização e acção directas, garantias únicas de realização. Também favorecem a acção directa e a pressão exterior sôbre os poderes públicos, quando se trata dos interêsses directos, morais ou materiais, do povo trabalhador.

Mas há uma classe de reformas, a cuja conquista, independentemente dos métodos de acção, o operariado não deve dedicar as suas fôrças organizadas, nem os anarquistas podem associar-se: são as *reformas de economia burguesa* (fomento, intensificação da indústria nacional, proteccionismo ou livre câmbio, reformas orçamentais, etc.), as quais conduzem à colaboração com a burguesia, dividem o proletariado em categorias rivais, dispersas pelos diferentes partidos políticos, franca ou disfarçadamente burgueses, e são para estes o melhor engôdo destinado a atrair os trabalhadores ingénuos.

Em todos os países, mesmo nos mais industriais, quando os operários pedem melhorias, respondem-lhes com o *deficit* do orçamento ou da produção, ou com a incapacidade das indústrias ou com a concorrência estrangeira, etc. O que os operários (ou os militantes por êles) devem responder é o seguinte:

—Arranjem-se lá como puderem. Vocês é que teem a administração: só vocês poderão e deverão tratar do desenvolvimento industrial e da distribuição dos encargos entre os da sua igualha, habilitando-se a satisfazer as nossas reclamações inadiáveis. Lá se avenham uns com os outros; nós queremos ter uma existência mais humana e tornar mais livre o trabalho. Já que não administramos directamente as coisas, já que são vocês os detentores e directores de tudo, assumam as respectivas responsabilidades. E, se não podem, arreiem: abandonem o pôsto...

Quando muito, à laia de argumento, para retrucar ao hipócrita «não podemos» capitalista poderão os operários indicar o que os detentores da riqueza social deve-

riam fazer, em matéria de fomento, aplicação de receitas, desenvolvimento das indústrias, aperfeiçoamentos técnicos, etc.

E para esporear os capitalistas nas medidas e trabalhos de utilidade geral, teem os operários as suas reclamações de salários, horas de trabalho, higiene e melhoramento de oficina, etc. Essas conquistas vão sendo recuperadas pelos patrões sôbre a massa produtora e consumidora. Mas as repercussões sempre encontram resistência, tendem a provocar novas exigências operárias, e os patrões e governantes tratarão de as evitar, refazendo-se de outro modo: repartindo entre si os encargos de maneira diversa, concentrando e aumentando a produção, barateando os produtos por meio de novos processos técnicos, etc. O desenvolvimento industrial de muitos países tem em boa parte essa explicação. Mais uma razão para a generalização da organização e movimento operários.

A acção operária, de classe, independente e livre de compromissos e colaborações nefastas, não é só caracterizada pelo método, a acção directa, mas ainda pela natureza das reivindicações. Saíndo dela, o sindicato contradiz a sua missão, desune, em vez de unir. Os anarquistas é que não podem aceitar *reformas capitalistas*, que empurram o operariado para a colaboração com a classe burguesa, para a criação de categorias operárias antagónicas e para a formação de sub-classes privilegiadas no seio do operariado.

O sindicato, grupo livre

I. A resistência ou acção directa, função única do sindicato. Na «associação de bases múltiplas» a resistência é sufocada. — II. A coacção exercida pelos sindicados sôbre os não-associados: um perigo e uma inutilidade. — III. O problema dos amarelos: como devem ser tratados. — IV. As burlas legais da sindicalização e arbitragem obrigatórias. — V. A propaganda e o exemplo, únicos meios de recrutamento; suas formas. A educação do sindicado. — VI. Evolução das formas corporativas. O que para os anarquistas é essencial na constituicão do grupo de acção do presente e do grupo produtor do futuro.

I

Para funcionar normalmente, tem o sindicato profissional, órgão da resistência operária, que estar livre e desembaraçado de quaisquer outras funções, nítidamente separado de qualquer outro órgão de função económica diversa. Concretizando: tem que rejeitar do seu seio as várias formas de mutualismo e de cooperativismo, tantas vezes embrulhadas com a resistência nas velhas associações operárias, aliás ainda numerosas.

Essa confusão de órgãos ou de funções redunda necessáriamente em prejuízo da resistência, porque é esta a que mais contraria a «lei do menor esfôrço», a que mais energias e iniciativa exige dos sindicados e dos militantes, a que mais responsabilidades põe em jôgo, a que mais tira dos seus cómodos o «funcionalismo» — precisamente desenvolvido pela introdução, no sindicato, daquelas funções estranhas à resistência.

Ora, mesmo para as vantagens imediatas, a mutuali-

dade e a cooperativa valem bem menos do que a resistência, a acção directa sindical.

Em quanto o operariado se limita ao mutualismo, tirando dos seus magros recursos precárias economias para as ocasiões de doença, desgraça, invalidez ou desocupação, ainda que lhe junte o cooperativismo, na esperança de aumentar o seu poder de compra e cortar nos ganhos do parasitismo intermediário, as melhorias de situação, que sob o jugo capitalista são sempre transitórias e inseguras para êle, tornam-se então inteiramente ilusórias. Deixando ao capitalista o completo arbítrio na fixação do salário, dos preços e das rendas, na regulamentação das horas de trabalho, e na organização do trabalho, o trabalhador deixa-lhe o livre manejo das armas principais. Deixa-lhe mesmo a liberdade de reduzir os recursos dos trabalhadores, à medida que estes, pela associação cooperativa e de socorros mútuos, vão aprendendo a fazer face às necessidades da vida com o minguado fruto do seu explorado trabalho. Assim, sem a resistência activa ao patronato, o mutualismo e a cooperativa até servem e facilitam a exploração capitalista, fazendo-se fautores de resignação e passividade.

Sem a acção de resistência, nada feito, portanto. A associação operária de resistência, o sindicato, é indispensável, e antes ela sem as outras do que as outras sem ela.

Muito mais do que a organização corporativa, a associação mutualista ou cooperativa tende naturalmente para a adaptação do salariado ao regime burguês, favorecendo mesmo a submissão às condições impostas pelo patronato.

Muito mais do que a organização corporativa, o cooperativismo e a mutualidade promovem a criação duma burocracia permanente parasitária — capaz quando muito, de ser aproveitada, como «obra feita», como organismo de Estado, por algum «govêrno revolucionário», desconfiado da liberdade e iniciativa populares, receoso do trabalho directo dos interessados e com pressa de pôr termo às audácias innovadoras da revolução...

Sem aliás fôrça, nem iniciativa, nem liberdade de movimentos para competir vantajosamente com o capital burguês, o cooperativismo acaba por desenvolver o espírito comercial e corromper as melhores intenções.

O sindicato, pelo contrário, e esta é a vantagem su-

prema, educa o proletariado na luta e na solidariadede contra o capitalismo—e essa luta é susceptível de desenvolvimento constante, tornando visível o antagonismo entre as classes sociais e palpável a necessidade duma completa emancipação.

Entretanto, quando não tenham outra utilidade, o mutualismo e o cooperativismo teem pelo menos a de desenvolver entre o operariado o espírito associativo e a capacidade administrativa, no caso de, bem entendido, serem exercidos directamente pelos próprios operários, e não por burocratas, patronos, filantropos, beneméritos e outros protectores. E isso embora se tenha como discutível a vantagem atribuída ao cooperativismo de manter e consolidar as conquistas do sindicalismo e de preparar os produtores para a organização da distribuição dos produtos numa sociedade comunista.

Mas se, sem a resistência, o mutualismo e cooperativismo são apenas impotentes, já passam a ser danosos e maléficos quando embaralhados e confundidos com a resistência, no sindicato. Em vez de confiar na acção, na propaganda e na experiência da luta operária, muitos militantes de vistas curtas querem precipitar o recrutamento de trabalhadores para a associação por meio do engôdo dos socorros mútuos e da cooperativa; e êste engôdo em breve vem a paralisar ou a matar a acção de resistência, absorvendo tôda a actividade associativa e fomentando o espírito conservador.

Os operários entram para a associação mixta (ou «de bases múltiplas») sem disposição para a luta e apenas com a mira no subsídio ou nas vantagens cooperativas. Lá dentro, opõem-se a qualquer acção um poucachinho enérgica, capaz de comprometer aqueles benefícios. E do seu lado os administradores,—especialmente quando são mais ou menos permanentes, quando formam capelinha ou grupos que se alternam à laia de alcatruzes de nora, —juntam à costumada preocupação burocrática de perder o lugar e o prestígio, e ao receio, mais nobre, de conduzir os administrados à derrota, o pavor terrível dos que teem finanças e largos fundos a gerir: o medo de afugentar os sócios cotizantes, de provocar o encerramento da associação e o confisco dos seus bens, de levar a empresa à falência.

O sindicalismo necessita, pois, de ser livre e independente, não só dos partidos políticos, mas ainda das outras organizações económicas de carácter e fins diversos, e a resistência deve ser a única função sindical. A própria união federativa com essas organizações, com o direito, para elas, de intervir na acção sindical, sobretudo nos movimentos e decisões de ordem geral, é um perigo para o livre desenvolvimento e manifestação dessa acção, como o reconheceu, há anos, um congresso operário italiano, aliás sob a influência de socialistas moderados (moção Cabrini). O exemplo da Bélgica era, desde longa data, bem instrutivo.

Mas há outro exemplo de singular fôrça neste momento: o da Alemanha. Assim como a social-democracia, com os seus milhões de eleitores, não passava dum amálgama de partidos, abrangendo dirigentes e dirigidos que noutros países se acham distribuídos por partidos diversos, com ou sem socialismo—vários matizes de socialismo parlamentarista e vários matizes de democracia, desde o republicanismo ao simples liberalismo radical, — assim também a organização operária unificada, com milhões de cotizantes, agrupava tendências e propósitos que em outros países se espalhavam por organizações diferentes. A lei confiara aos sindicatos a administração dos seguros contra a doença, cujas cotas são obrigatórias. De modo que a «poderosa» organização tinha um limitadíssimo espírito combativo.

E os que, antes de 1914, mais nos matavam o bicho do ouvido com o número, a riqueza, a organização, o método sábio da social-democracia e da organização operária alemã fingiam durante a guerra verberar com indignação a impotência e a disciplina passiva dêsses colossos fictícios! Tartufos!

II

Qualquer coacção exercida sôbre o operário não associado produziria o mesmo efeito que os falsos engodos mutualistas.

Nós queremos, naturalmente, que o sindicato agrupe o maior número possível de salariados da respectiva profissão ou indústria, e se puder ser a totalidade, tanto melhor.

Por isso, queremos o sindicato largamente aberto a todos êsses trabalhadores, sejam quais forem as suas possibilidades e condições. Combat mos aquelas fortalezas trade-unionistas que, depois de vedar a entrada com as jóias e cotas inacessíveis aos mais pobres, fazem guerra, na oficina, aos não-iniciados na sua maçonaria de novos privilégios. Reclamamos sindicatos de franco acesso, sem impedimentos nem taxas proib tivas, sindicatos que não rejeitem nem expulsem ninguêm por ideas, e tenham para tôdas as opiniões a maior tolerância.

Mas, assim como queremos que a associação de resistência não feche a porta a ninguêm que tenha o direito de ingresso pela sua situação prof ssional, assim também desejamos que ninguêm seja coagido a entrar ou a ficar.

A coacção, em geral sob a forma de boicotagem contra os nã -associados, quer para excluir da união de ofício e depois... privar de trabalho os excluídos, quer para arregimentar os refractários à organização, favorece os ódios e atritos e tre o proletariado e leva-o muitas vezes à divisão no único terreno em que êle pode e deve estar unido. Quando não provoca a constituição de organizações rivais, reformistas e revolucionárias, faz muito pior: proporciona fáceis recrutas aos governos e ao patronato, para as suas polícias públicas e particulares, para as suas agremiações de amarelos e fura-greves, para os seus rebanhos cristãos e católicos, sob a chefia dos clericais.

E todos êsses riscos para quê? Para encorporar no sindicato alguns números sem vontade, para obter algumas adesões formais ou mesmo hostis, pouco dispostas à acção e à solidariedade—que não se torna efectiva senão quando é consciente e voluntária.

Demais, para que os sindicados possam impor, pela boicotagem na oficina ou pela coacção directa, a encorporação dos refractários, é preciso que constituam a maioria e tenham a fôrça bastante para isso. E nesse caso, mais escusado e contrap oducente se torna o acto!

O não-associado, aliás, não é precisamente, necessàriamente, um amarelo, um fura-greves. No momento da luta, entram em acção a maior parte dos desorganizados, arrastados amiúde pela iniciativa duma minoria activa e consciente, e é então, ou depois de obtidos os frutos do

esfôrço colectivo, que êles acodem espontâneamente ao sindicato.

III

Mas há mais. A própria questão dos amarelos tem que ser tratada com extrema prudência.

Muitos dêstes seres, que tanta indignação suscitam entre o proletariado em luta para conquistar um melhoramento, são degenerados, alcoólicos, embrutecidos, tristes frutos da miséria, do excesso de trabalho.

Muitos também são apenas inconscientes dos seus verdadeiros interêsses, de quanto o operário ganha em ser solidário com os companheiros e em lutar, unido a êles, contra a exploração capitalista, mas são muitas vezes curáveis por meio da acção, da experiência, e também, a nosso ver, dispensando-lhes uma certa dose de benevolência e generosidade.

Há ainda outros que, embora conscientes do êrro que praticam, a êle são arrastados por fraqueza de espírito, por timidez, por uma circunstância fortuita, acidental, que não os fará para sempre traidores, ou por miséria e ainda por um êrro de tática dos companheiros organizados.

Muitas vezes a traição dependeu de circunstâncias acidentais, o seu autor fácilmente a reconheceria e remediaria. Mas não o deixam, fazem com que perca a vergonha: já agora continuará. Sucede-lhe como aos condenados da justiça burguesa; já que não lhe permitem reabilitar-se, reincide.

A perseguição exaspera-o, e se fica desocupado, a miséria vem ajudar a exasperação.

Certamente, na hora da luta, compreende-se que os fura-greves sejam tratados rudemente. Então é um caso de legítima defesa, e o momento não é para indecisões e fraquezas, nem às vezes para discussões. Não há tempo para convencer.

Compreende-se que não falamos aqui em nome dessa falsa «liberdade de trabalho», que os escravizadores do trabalho, os patrões e os governos, invocam por ocasião das greves. O que êles querem dizer na sua é «liberdade de trair», liberdade, para o trabalhador inconsciente, de atraiçoar a sua própria causa, os seus próprios interêsses,

em benefício da burguesia, da opressão do trabalho; ao passo que chamam «traição», nas suas guerras, ao acto de quem, não tendo pátria nem património, se recusa a arriscar a vida por interêsses alheios.

Admitimos, pois, naturalmente, que o trabalhador, na luta pelos interêsses colectivos, se defenda enérgicamente contra a traição, — embora, nas greves modernas, o grevista tenha que recorrer ao emprêgo de meios que impossibilitem a «normalização dos serviços» (estilo oficial) e tornem impotente a traição dos amarelos da classe operária, assim como o zêlo dos «voluntários» da burguesia.

Mas decorrida essa hora em que «quem não está connosco, é contra nós», achamos que a generosidade é o melhor tratamento para êsses maus irmãos, sobretudo quando ela parte de vencedores.

Fazer-lhes sentir quanto tem de repugnante, e sobretudo de nocivo, aos interêsses seus e de todos, a sua conduta, está muito bem; mas fazer cair sobre êles uma pena perpétua, uma perseguição constante, é bárbaro e perigoso.

Os patrões, os dominantes ganham imensamente com êsses ódios, essas brigas contínuas entre os explorados; nestas discórdias, repetimos, teem forte apoio as organizações de guardas, de amarelos, de «democratas cristãos», postas ao serviço do capital.

O mais largo espírito de solidariedade e *benevolência*, sem tibieza, deve dominar nas relações entre os trabalhadores.

IV

Mas se rejeitamos o recrutamento forçado por parte dos operários, ¿que havemos então de dizer àquela impagável «sindicalização obrigatória» por lei do Estado, idea peregrina de alguns políticos «amigos do povo»?

¡Imagine-se o inimigo, o Estado, a alistar soldados para o sindicalismo!

Para que isso pudesse ser, seria preciso que êste último tivesse abandonado qualquer intuito de acção directa e de luta de classes, qualquer veleidade de emancipação e de gerência directa do trabalho. Seria preciso que se encontrasse bem doente e corrompido.

O Estado, aliás, não poria a sua fôrça a serviço de entidades que não tivessem entrado no aprisco da «paz social» e da colaboração de classes, e que não oferecessem sólidas garantias de seriedade e juizo. Não trataria senão com respeitáveis «personalidades jurídicas», pesadas de bens e de responsabilidades, capazes de responder pelos seus actos perante a lei civil e criminal...

O cavalo de Tróia do serviço sindical obrigatório não viria sem farto recheio. O sindicato havia de oferecer «compensações» aos recrutas encorporados por lei: seguros contra a desocupação, a doença ou a invalidez, pensões e subsídios por isto e por aquilo, — enfim, tudo o que sufoca a acção essencial de resistência.

E depois disso, para mor cautela, a arbitragem obrigatória antes de cada greve... improvável.

A arbitragem obrigatória nos conflitos entre as duas classes antagónicas vem a ser a caricatura, a paródia grotesca dêsse modo verdadeiramente elevado de resolver conflitos entre iguais — dêsse sistema pacificador a que uma sociedade livre certamente recorrerá.

Mas a arbitragem, sob pena de contradição íntima, fundamental de termos, tem que ser voluntária, isto é, livremente aceita por cada uma das partes, *iguais em condições.*

Não pode versar sôbre questões vitais — ninguêm aceitaria, a não ser por imposição violenta, submeter à discussão dum árbitro a sua vida ou as condições dessa vida, as liberdades económicas e políticas.

O árbitro tem que ser insuspeito e imparcial, não ter interêsse nesta ou naquela solução, de contendas aliás secundárias.

Ora nada disto se dá entre a burguesia e o proletariado e com a arbitragem imposta por lei. As duas classes estão em completa desigualdade de condições. Uma, que detêm o poder económico e político, os meios de explorar e governar, nega à outra as mais elementares condições vitais, e funda precisamente a sua riqueza e prosperidade sôbre essa privação; a outra não tem outros meios de resistir a essa violência permanente e organizada senão a sua união, o valor do seu trabalho e a fôrça dos seus músculos. Quanto ao árbitro, não pode ser imparcial, tanto mais que se trata de interêsses profundos: a lei dá

ao operariado e ao patronato igual número de árbitros, mas, graças à ficção audaciosa e cínica que considera o Estado como representante neutral dos interêsses de todos os cidadãos, entrega a êste inimigo implacável da classe trabalhadora, a êste órgão político-militar da burguesia, o árbitro de desempate, o juiz definitivo

Tendo aceitado a «sindicalização obrigatória» com todos os matadores (matadores, com efeito, da resistência) e a «arbitragem obrigatória», estaria o sindicato (?) transformado numa instituição oficial, numa engrenagem do Estado, e êste não teria mesmo dúvida alguma, em caso de greve... impossível, em tornar obrigatórias as decisões «regulares» da corporação grevista. Pranchada e cavalo marinho, a caminho da esquadra, nos amarelos recalcitrantes...

Trata-se, felizmente, duma fantasia burlesca. ¡Ai da organização operária que aceitasse êsses miríficos presentes gregos! Adeus, resistência, greves, luta de classes! O sindicalismo de acção directa estaria morto e enterrado, e a burguesia dormiria sonos tranqùilos e regalados.

Assim manietado, oficializado, narcotizado, o movimento operário não teria sequer fôrça efectiva para impor alguma justiça nos laudos arbitrais, e no caso de êstes lhe serem favoráveis — hipótese inverosímil, — para garantir o seu acatamento e execução.

Na recente greve ferroviária italiana, como a comissão grevista, obtida uma larga vitória, preguntasse ao presidente do ministério qual era a garantia da palavra do govêrno, o astuto ministro, Nitti, redarguiu com hábil franqueza:

— A vossa fôrça!

Isto é, a garantia única de cumprimento duma decisão ministerial ou patronal, mesmo arrancada pela fôrça, é ainda e sempre a fôrça dos interessados, constituída pela sua solidariedade, pelo valor do seu trabalho e pela sua constante disposição para a luta.

V

Para o recrutamento dos seus aderentes e para o desenvolvimento da sua influência entre os operários, o sindicato não pode contar senão com os seus próprios

meios, e estes meios, dado o fim a atingir, não podem ser outros senão a propaganda, o exemplo da acção, o zêlo constante em defesa dos interêsses de todos e de cada um, os resultados obtidos.

Tanto melhor para o sindicato. Assim, terá que pôr em movimento o máximo das suas energias e capacidades. Terá que fazer apêlo à cooperação de todos, afim que a sua influência se faça sentir, melhor ou pior, em todos os recantos e em tôdas as direcções. Terá que chamar à actividade sindical o maior número, tratando de os preparar para a obra comum.

Nada impede, aliás, que o sindicato se faça o mais atraente possível e que a propaganda revista as mais belas formas.

Nós achamos perigoso e embaraçador o entesouramento improdutivo, mas entendemos que o sindicalismo deve pedir ao salariado o máximo da contribuição voluntária para a causa comum, para a realização de nobres e grandes empresas.

E uma das melhores aplicações dêsses sacrifícios colectivos é certamente o aperfeiçoamento dos instrumentos de propaganda, é o embelezamento dos centros de atracção operários, a cargo sobretudo das uniões de sindicatos, federações e confederações.

O operário vai à associação, ao sindicato, levado pelo interêsse e pela sedução da idea. Lá encontra um ambiente adequado ao seu estado de espírito, um convívio grato aos seus sentimentos de homem do trabalho, o calor das grandes paixões sinceras e o estímulo dos mais fecundos exemplos. E se lá encontra também o confôrto convidativo da luz, do ar e da arte, ei-lo definitivamente roubado às consolações dúbias do botequim e às ilusórias fustigações do alcool.

E é êsse nobre chamariz que os trabalhadores conscientes devem oferecer aos seus irmãos da oficina e do campo. Um socialista francês ficou assombrado ao encontrar na Itália, em cidades cinco, seis vezes menores do que Paris, Casas do Povo, verdadeiros Palácios do Trabalho, que o proletariado francês ainda não soube edificar. Elas atestam quanto pode a iniciativa arrojada, coadjuvada pela fé e tenacidade de muitos.

Vastas e luminosas Casas dos Trabalhadores, com am-

plas salas para assembleias, bibliotecas, conferências, concertos, espectáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didáctica, tôdas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento!

Nada impede tampouco que o sindicato promova a instrução geral e a educação técnica dos seus sócios, com múltiplas vantagens: desenvolver neles as aptidões para a vida associativa, para a acção militante; aumentar o seu poder de resistência, pois o operário instruído e hábil no seu ofício faz mais falta à produção e portanto tem maior pêso a sua abstenção do trabalho; habilitá-los a tomar amanhã conta da administração directa das coisas.

Trata-se, não de introduzir no sindicato funções absorventes da actividade sindical e adormecedoras da acção directa, como as funções económicas conservadoras (mutualidades, seguros, cooperativismo, etc.), mas de empregar meios de propaganda e educação, subordinados à função económica única da liga de resistência.

Essas realizações não estorvarão, mas pelo contrário favorecerão e consolidarão a nossa obra essencial. Nós temos que construir um mundo novo em tôdas as suas partes, e atrair, preparar, educar os seus obreiros.

VI

E é êsse o nosso fim supremo, aquele que deve guiar, em todos os seus actos e palavras, a minoria consciente que actua no seio da massa como fermento. E' êsse fim o único verdadeiramente digno dos seus esforços e sacrifícios.

Quando lutamos por um movimento operário independente, por um agrupamento operário francamente aberto a tôdas as opiniões e a tôdas as boas-vontades, livre e sem coacção, por uma acção desembaraçada de peias e compromissos, fazemo-lo também, é certo, invocando os interêsses imediatos dos trabalhadores, que somos obrigados a acompanhar em suas lutas de curto alcance, em quanto não os podemos levar a mais decisivos empreendimentos; mas o nosso intuito predominante é a preparação duma nova sociedade e dos seus órgãos, é a forma-

ção de elementos e fôrças que garantam uma verdadeira emancipação econômica e política, é o franqueamento, à humanidade, de novas possibilidades e novas sendas, pela destruição dos mais grossos obstáculos opostos à sua marcha.

¿Que consideramos nós essencial na constituição do grupo livre de produtores, tal como o desejamos ver funcionar, galgados pela revolução aqueles obstáculos?

Nós vemos a associação de resistência transformar-se constantemente na sua formação profissional, conforme o evolver da indústria e as necessidades da solidariedade operária na luta.

Vimos as estreitas uniões de ofício ou de serviço alargarem pouco a pouco o seu âmbito, até se constituírem por série de ofícios interdependentes ou afins, por indústria, por grande empresa ou grande serviço público.

Vimos federarem-se os sindicatos da mesma indústria, ou ramo de indústria, nacionalmente e por cima das fronteiras, e vimos os diversos sindicatos profissionais ou industriais unirem-se em cada localidade ou distrito, em cada país, entre vários países.

Vimos a interessante criação popular e revolucionária dos *Sovietes*, conselhos de fábrica, assembleas locais dos delegados de oficina e de serviço.

Os anarquistas aceitam tôdas essas formas de organização directa e espontânea dos produtores, tomando embora parte, sem dúvida, na apreciação do seu valor relativo sob o ponto de vista da solidariedade operária, da eficácia combativa, da preparação do trabalhador e do futuro. Assim, vimos Pelloutier atribuir o valor principal às Câmaras ou Bôlsas do Trabalho, uniões locais de sindicatos, as Comunas da sociedade em gestação. E o seu discípulo e sucessor, Jorge Yvetot, continua considerando e sas instituïções, hoje Uniões departamentais em França, como representantes e guardas vigilantes do espírito federalista e e descentralizador, com o cuidado dos interêsses gerais da produção, da distribuição e do consumo, ao passo que as federações de indústria tendem muito mais para a centralização e para a preocupação exclusiva dos interêsses corporativos.

Entretanto, o que acima de tudo importa ao anarquista é o método de organização.

O sindicalismo considera o sindicato profissional como agrupamento de combate hoje e como grupo produtor na sociedade futura. ¿Mas como concebe êle o funcionamento dêsse grupo? Se o pretende único e fechado, proprietário exclusivo dos meios de produção, o seu ideal é um neo-corporativismo medieval, que produzirá uma nova forma de servidão. A mesma coisa, se êle entrevê uma comissão central a superintender na produção e uma burocracia sindical permanente: o seu fito é um Estado social-democrático, com uma nova divisão em classes. Para ser anarquista, deve querer o grupo profissional livre e aberto e não pode admitir a propriedade individual ou corporativa, nem uma nova classe burocrática; o seu ideal será a livre cooperação (determinada pelas necessidades a que todos voluntáriamente se submetem) e o direito de cada um ao uso gratuito dos meios de produzir. O *método* de organização é a questão política essencial.

A idea do sindicato ou sociedade de resistência constituíndo o elo entre a sociedade presente e a futura, continuando amanhã em proveito de todos a produção hoje guiada pelo interêsse duma classe, e a concepção duma sociedade como uma «federação económica», como a livre federação dos grupos produtores, são velhas no anarquismo da Internacional e no seu continuador, como vimos.

Evidentemente, o sindicato actual não será transplantado para a sociedade comunista livre tal qual está. Hoje mesmo modifica-se contínuamente, na sua natureza profissional e no seu método de organização, sob a acção dos progressos técnicos e das ideas libertárias. Imagine-se, pois, a diferença, quando a produção, em vez de governada por uma classe em seu proveito, for directamente administrada pelos produtores em benefício de todos, quando forem suprimidos os parasitismos e serviços inúteis ou nocivos, quando a técnica, posta ao serviços de todos e dispondo das fôrças de tôda a sociedade tomar um vôo prodigioso! Hoje, o sindicato é sobretudo uma associação para a luta.

Impossivel é, pois, prever exactamente o modo de agrupamento da sociedade livre de iguais. Provávelmente, será múltiplo: o grupo profissional para a pro-

dução essencial, para os serviços públicos (alimentação, vestuário, alojamento, transportes, comunicações, saúde, instrução, iluminação, etc.); o grupo de afinidades para a satisfação das necessidades intelectuais, estéticas e morais; a livre Comuna, ou União local, para os interêsses locais, estatística, determinação do consumo, distribuição. E as multíplices federações livres, locais, regionais, mundiais, de sindicatos, de grupos por afinidades e de comunas.

Em suma: a organização livre dos produtores administrando directamente a produção e a distribuição, sem nenhuma sobreposição política ou burocrática, chame-se ela embora, com novo disfarce, «ditadura... proletária!»

O momento actual

I. As conseqüências da guerra mundial; suas destruições. Como a sociedade poderia satisfazer as reclamações operárias. — II. Incapacidade orgânica do regime capitalista. Efeitos do movimento operário sôbre o progresso industrial; sua atenuação em épocas de crise. — III. A alta dos salários como factor de encarecimento da vida, em face dos outros factores. O caso dos stocks americanos em França. — IV. O assambarcamento. A limitação da produção, vício orgânico do capitalismo. — V. Porque se acusa o operariado de ser o fautor da carestia. Os meios de que êle dispõe para fixar as suas conquistas. — VI. Os efeitos da revolução russa. O papel da pequena burguesia, instrumento da alta. O papel da imprensa. As disposições das classes dirigentes.

I

Dissemos nos capítulos anteriores o valor prático e sobretudo moral das conquistas operárias, obtidas pela acção directa e no terreno próprio do trabalho. Dissemos que, entretanto, sob o ponto de vista económico, essas conquistas são constantemente anuladas pelo próprio jôgo normal das instituições burguesas e varridas como palhas pelo vendaval das grandes crises.

Atravessamos presentemente uma dessas crises — a maior das que teem sacudido o regime do privilégio capitalista — e vemos como a vertiginosa ascenção da carestia da vida reduz a nada os esforços da classe trabalhadora, condenando-a mais do que nunca ao círculo vicioso das melhorias de salário, logo insuficientes.

A carestia da vida existiu sempre, em regime capita-

lista, para os salariados: é um mal inerente ao sistema de produção e que só com êle morrerá.

Mas veio agravá-la extraordináriamente, provocando uma das mais espantosas crises económicas da história, um outro produto da organização burguesa — a guerra, êsse fruto das rivalidades imperialistas, que teem como principal motor a necessidade de garantir no ex'erior a colocação do *excesso* de produtos e a aplicação do *excesso* de fôrças produtoras, pois êsses excedentes, que em geral o não são de facto, fariam baixar os preços e o lucro capitalista, se antes de mais nada fôssem empregados no interior para satisfazer tôdas as necessidades reais da população, isto é, para destruir a carestia.

Durante cêrca de cinco anos, a guerra tudo sacrificou à vitória de um dos imperialismos em luta, à vitória que ao vencedor permitisse dispor livremente do mundo. Vidas juvenis, fôrças produtivas, meios de transporte, produtos, tudo foi tragado às montanhas por êsse abismo sem fundo. Por todo aquele tempo, foi preciso alimentar, vestir, calçar, alojar, armar, municiar—e tudo mais largamente do que na vida civil—muitas dezenas de milhões de homens em pleno vigor da idade, que nada produziam. Todos os meios de produção e de transporte foram por assim dizer aplicados a essa tarefa absorve.te. A burocracia civil e militar, com a sua proverbial incúria, o seu criminoso desprêzo pelo fruto do trabalho e pelo interêsse público, aumentou ainda o enorme desperdício.

Ante a situação pavorosa criada pela guerra entre imperialismos rivais, o sistema estatal-capitalista revela tôda a sua impotência, tanto mais que os novos ricos, os especuladores, os assambarcadores, todos os que prosperaram com o adubo da sangueira, teem agora muito pouca pressa de sair dum estado de coisas em que tantas riquezas se pescam.

Se o operário fôsse considerado como um ser humano, um irmão, e não como uma simples máquina bruta a explorar, ninguêm pensaria em lhe regatear os meios de subsistir e o necessário repoiso. A sociedade procuraria refazer-se das naturais exigências dêle nos outros elementos do custo do produto. Suprimiria os intermediários inúteis, a especulação e o assambarcamento. Redu-

ziria o lucro patronal e as despesas gerais, pela concentração industrial e comercial. Aumentaria e aperfeiçoaria a maquinaria, melhoraria os processos produtivos. Empregaria todos os braços desocupados e mal aplicados.

São aliás, os conselhos dados em parte à burguesia por algumas associações de técnicos, como a União Sindical dos Técnicos da Indústria, Comércio e Agricultura de França, e por alguns industriais inteligentes — no próprio interêsse da sua classe.

II

Mas o regime capitalista é orgânicamente incapaz de aumentar a produção em proporções suficientes. Não tem empenho nem interêsse nisso, porque vive da carestia. Quanto maior fôr a carestia, mais êle prospera. A rotina, a avidez do lucro imediato, a impotência do capital individual veem ainda aumentar essa incapacidade, essa natural má vontade, levando o patrão a explorar até ao último extremo o labor do salariado, antes que renovar o seu material, modernizar a sua técnica, introduzir métodos novos. Se os introduz, aliás, não é para suavizar a faina e condições de vida dos seus salariados, mas para lhe dispensar os serviços, deixando na mesma situação precária os que conserva sob o seu domínio.

O movimento operário, as greves, as conquistas de melhor paga e menos horas de fadiga, lutam indirectamente contra essa rotina, tornando difícil a vida do pequeno patrão, impelindo o patronato à concentração industrial e ao desenvolvimento da maquinaria, para contrabalançar o que tem de abandonar, em tempo e em dinheiro, ao trabalhador. Ao mesmo tempo, à medida que o salariado consegue elevar a sua dignidade de homem e a sua capacidade de compra, êsse aumento de consumo contribui também para a intensificação da produção. São mesmo estes os únicos modos que êle tem para promover a intensificação da indústria, evitando simultâneamente a colaboração corruptora com a classe adversária.

Em suma, se por um lado a sua dupla qualidade de produtor salariado e de consumidor desprovido de reservas leva o operário a repor nos cofres patronais, com

a alta do custo da vida, o que porventura tenha alcançado em aumento de salário—e mesmo mais do que isso, porque o dono das coisas aproveita sempre a oportunidade dum encarecimento da mão de obra para justificar as suas extorsões e arrancar ao público muito mais que o que cedeu ao trabalhador; por outro lado há a resistência dos operários, quer como consumidores, quer como produtores, resistência sempre fecunda, mesmo quando aparentemente vencida, porque os patrões e governantes cedem *depois*, «espontâneamente», como generosos vencedores... *pro forma*, todas ou quási todas as reclamações feitas.

E há além disso, como acima dissemos, o próprio jôgo da alta dos salários e da redução de horas de trabalho, que vem depois a traduzir-se também em elevação de salários, pela diminuição da concorrência de braços no mercado do trabalho.

A alta dos salários, repetimos, produz de per si uma aceleração e intensificação da indústria, porque o patronato, do que foi obrigado a abandonar ao salariado, em dinheiro ou horas de trabalho, tende a refazer-se concentrando e simplificando a produção, aperfeiçoando os processos técnicos e desenvolvendo a maquinaria e o material produtivo. E essa intensificação é favorecida ainda pelo melhoramento de condições do salariado, isto é, pela intensificação do consumo.

Isso não impede que o proletariado se veja mais tarde obrigado a renovar a sua reivindicação de mais paga e menos horas de faina. Nunca, porêm, com a freqùência dos períodos de crise como o presente, em que as greves se sucedem, repetem e multiplicam com rapidez vertiginosa. Então, a própria generalização dos movimentos operários, que em tempos de normalidade capitalista leva a burguesia a renovar os seus processos técnicos e a repartir entre si os seus encargos diversamente, a fim de poder melhorar deveras a situação do trabalhador, já não alcança tam fácilmente o mesmo efeito, ao passo que faz sentir mais prontamente as repercussões dos salários no encarecimento da vida.

Em épocas de crise profunda como a actual, quando, pela extrema escassez de produtos e de concorrência entre capitalistas, o consumidor se vê inteiramente à mercê

do traficante e do assambarcador, quando o apetrechamento e renovação da indústria encontram, na falta de combustível, de matérias primas e de instrumentos, obstáculos consideráveis, que o patronato tem, aliás, interêsse em proclamar invencíveis, para o efeito de prolongar uma situação de miséria em que se pescam fortunas rápidas e escandalosas, então os aumentos de salário, que seguem sempre de longe a elevação do custo da vida, para pouco mais servem do que para proporcionar ao patrão o pretexto e o ensejo de arrancar, multiplicado, ao público consumidor o pouco que dera ao operário, descarregando ainda por cima sôbre êste último o odioso do encarecimento constante de tudo!

III

Basta lançar os olhos a uma enumeração dos factores do encarnecimento da vida para ver quanto vale essa insinuação de velhacos para uso de simplórios:

Na produção: — Alta do lucro patronal, sob as suas diversas formas — Alta dos salários.

Nos capitais: — Elevação da taxa de juro — Aumento da circulação fiduciária.

No comércio: — Multiplicação dos intermediários e retalhistas — Aumento das suas pretenções — Paralisia dos transportes — Especulação e assambarcamento.

Importação: — Exageração dos preços dos produtos importados — Direitos aduaneiros.

Estado: — Aumento dos impostos — Má administração, desperdício, lentidões burocráticas.

O factor «alta dos salários» perde-se modestamente no meio de tantos e tam consideráveis colegas.

Pensemos na prosperidade assombrosa das grandes emprêsas durante esta fecunda carestia, nos inúmeros «novos ricos», nos pingues dividendos repartidos. Pensemos na aluvião de papel-moeda que tudo invadiu. Pensemos nos intermediários que, nesta venturosa época, pulularam como cogumelos em tempo chuvoso. Pensemos nas façanhas bem conhecidas dos especuladores e assambarcadores, sonegando ou deixando deteriorar-se massas enormes de produtos, a fim de forçar a alta. Pensemos, quanto aos produtos importados, nas riquezas

acumuladas nos países que especularam com a guerra, como os Estados Unidos, onde cresceu de modo rápido e extraordinário o número dos arquimilionários. Pensemos enfim, quanto ao desperdício burocrático, nos monumentais escândalos dos *stocks* norte-americanos, em França, e do ministério dos abastecimentos, em Portugal, dois exemplos entre muitos.

¿Que pesa no meio de tudo isso a elevação do preço da mão de obra? Quando muito, é, não um motivo, mas um pretexto para novo encarecimento da vida.

O caso dos *stocks* americanos é típico e merece menção especial por ser altamente instrutivo. Ouçamos o senador Debierre, que assim o refere em *La Vérité*, de Paris, número de 16 de Agosto de 1919:

«Compraram-se 15.000 viaturas, camionetas, 10.000; 35.000 auto-camiões aos americanos e grande quantidade de géneros (no valor de dois biliões e meio). O sr. Paulo Morel, o gram ministro dos *stocks*, está já de posse de dez biliões em mercadorias. Tudo isso sem dúvida se destina a ajudar o público francês. Pois não parece. Quando o interrogam, o sr. Paulo Morel responde: «Eu não posso largar isso imediatamente, porque faria baixar os preços».

«O govêrno joga na alta. E toda a gente espera: os comerciantes das nossas regiões libertadas que desejam adquirir automóveis, os industriais que querem máquinas e os famintos que estão mortos por comer.»

Mas há mais e melhor, narrado pelo burguesíssimo e conservador *Corriere della Sera*, de Milão, que o reproduz do *Matin*:

«O grande campo americano de Prussier transformou-se últimamente (meados de Junho) numa vasta fogueira, com acre fumo de petróleo e de borracha queimada. Uma imensa charneca perto de Romorantin recebe na extensão de uns quinze quilómetros milhares e milhares de automóveis «reformados» de todas as aplicações e de todos os tamanhos, inúmeras motocicletas, *side-cars* e bicicletas, alguns quási novos e ainda encaixotados. Mesmo deteriorados, seriam de fácil consêrto, mas preferem destruí-los.

«Turmas de pretos americanos empurram êsses veículos, em grupos de três ou quatro, até pequena distância, re-

gam-nos de petróleo e chegam-lhes o fogo com uma longa vara.

«Porquê? O govêrno norte-americano, não podendo tornar a levar para além-mar todo aquele material, desejaria vendê-lo em boas condições a pequenos industriais e comerciantes. Mas o govêrno da República, ao mesmo tempo que por um lado proíbe a sua venda, do outro não o quere adquirir por sua conta. E assim se vão em fumo milhões de francos!»

Também se destruíram conservas e outros géneros alimentícios, tendo-se salvado apenas, além das mercadorias adquiridas e retidas pelo govêrno francês, o que muitas das autoridades militares norte-americanas, indignadas com o desperdício, deixavam *roubar* pelos pobres e o que foi vendido a particulares por preços irrisórios, para ser revendido com lucros fabulosos...

Quando não se destroem os produtos, deixam-se deteriorar ou apodrecer, quer por incúria burocrática, quer por ganância e especulação, para «jogar na alta». Tôda a gente conhece centenas dêstes casos, que de vez em quando provocam grandiosos escândalos.

IV

O assambarcamento, efeito inevitável do regime burguês, floresce principalmente em tempo de crise e carestia. Entre os inúmeros casos- tantos quantos os comerciantes, ou várias vezes o número deles—citemos o dos cento e dez proprietários de minas de carvão que, nos Estados Unidos, se tinham recentemente associado para restringir a extracção do «pão negro da indústria» e regular-lhe as saídas, a fim de lhe manter e agravar os altos preços.

A notícia dêste feito, um dos raros que veem a público e fazem escândalo... logo abafado, acrescentava que o govêrno estava procedendo enérgicamente contra o conluio. ¿Quem é que, por mais ingénuo que seja, se não sorri ante estes ferozes propósitos? A «energia» é tôda reservada para se aplicar aos grevistas, que são evidentemente os culpados da carestia e de todos os males do sistema capitalista.

Chegam a fazer-se leis de excepção para os assambar-

cadores. Essas leis apanham na rede algum peixe miúdo, mas nem sequer fazem cócegas aos pingues e poderosos cetáceos, que navegam soberanamente nas águas turvas da carestia e da especulação. Aos que caem na rede é-lhes aplicada às vezes uma multa, a qual vai à conta de perdas e danos. O público trabalhador e consumidor, e consumido ainda mais, paga o prémio de seguro dêsse novo risco.

Ainda que fôsse sincera, a lei seria inteiramente impotente e ineficaz. O assambarcamento é mal inerente ao regime. Se sonegar produtos é crime, ¿que diremos então do que é condição de vida e prosperidade do capitalismo —a limitação da produção, a insuficiência dos produtos ante as necessidades reais da população, insuficiência sem a qual não existiria o lucro do monopolizador?

¿Que diremos do proprietário que deixa incultas as suas terras, ou nelas cultiva o que mais lhe rende,—a vinha, por exemplo, em vez do trigo que a sociedade necessita urgentemente? ¿Que diremos da destruição diária no mercado de Londres (e em muitos outros), de toneladas de peixe que não pôde ser vendido ao preço desejado? ¿Que diremos da fruta que, em anos de relativa abundância, o proprietário deixa apodrecer no pé, para lhe não «aviltar» o preço?

Destruições, assambarcamentos, restricções, quando há tantas necessidades a satisfazer, mesmo em períodos normais! E' revoltante! Mas é próprio do sistema capitalista, é essencial ao regime.

Numa sociedade bem organizada, possuindo colectivamente os meios de produção e de transporte e produzindo para benefício de todos e satisfação das necessidades de cada um, aquele precioso material de condução seria logo todo aproveitado para facilitar o aprovisionamento e a distribuição dos produtos, aqueles géneros postos à disposição do consumo.

Mas em regime de propriedade privada e de salariato, de produção guiada pelo interêsse particular e pelo lucro de uma oligarquia, a abundância... é um mal, sobretudo em ocasião de carestia.

Numa sociedade em que a produção fôsse guiada pelo interêsse geral, as árvores frutíferas, por exemplo, susceptíveis de se multiplicar indefinidamente, seriam plan-

tadas por tôda a parte, orlariam as estradas, ruas, praças e jardins, ofereceriam a todos largamente os seus frutos como a sua sombra. Mas na absurda sociedade em que vivemos, é preciso limitar-lhes o número, fechá-las ciosamente em recintos cercados, destruir-lhes mesmo os frutos se o preço de venda não é «remunerador», não «compensa». ¿Porquê? Porque a fruta é um «artigo de comércio»; porque é produzida para se vender; porque essa produção tem por fim dar lucro a um pequeno número de pessoas e não satisfazer as necessidades de todos. Generalizar as boas e generosas árvores seria destruir um «comércio», um interêsse particular.

V

Examinando as causas da carestia da vida,—causas fundamentais, inerentes à constituição da sociedade capitalista, e causas derivadas, dependentes da crise colossal que a humanidade acaba de atravessar,—vimos que o custo da mão de obra, aumentado pela elevação dos salários e pela redução das horas de trabalho, além de ser primeiro efeito do que causa, é um factor mínino na alta enorme dos produtos.

Mas há mais.

Os salários estão longe de ter acompanhado, na mesma proporção, a carestia, e só muito tarde é que o operariado, em geral, se decidiu a reclamar apenas uma parte do necessário para que a sua paga fôsse proporcionalmente o que era antes da guerra. Se lhe propusessem os antigos salários com o antigo custo da vida, de antes da guerra, alegremente aceitaria. Mas a diferença recebida a menos pelo salariado foi parar às algibeiras dos novos e velhos ricos, foi engrossar dividendos, e o explorador do suor humano não abandona fácilmente a sua nova presa, os seus lucros de guerra e de miséria.

Por isso, se a mão de obra aumenta dez por cento no seu preço, o explorador aproveita o ensejo para aumentar a mesma percentagem, mas no total do preço de venda, ainda que os outros elementos dêste não tenham sofrido alta. E os outros intermediários contam a sua percentagem sôbre o preço assim elevado. Todos êles teem interêsses nos altos preços, todos aproveitam a

menor oportunidade para explorar bem a abençoada carestia e meter dinheiro ao bôlso. Depois, invertendo a ordem dos factores, acusam ainda por cima as greves de nos tornarem a vida insuportável!

O preço de venda é baseado no custo e quantidade da matéria prima empregada; no custo e tempo relativo da mão de obra; nas despesas gerais, compreendendo os impostos; nos lucros. No preço de revenda, acha-se mais a pesadíssima taxa cobrada pelos intermediários e especuladores, a qual às vezes chega a duplicar e até a triplicar o custo do produto.

Compreende-se, porêm, perfeitamente o móbil que leva os assambarcadores e os governantes a acusarem o movimento operário de fautor da vida cara e de estôrvo a uma reconstituição... impossível. Pretendem encobrir e desculpar os seus próprios crimes, imprevidências e incapacidades e afastar o amargo cálice do ajuste de contas. Visam açular contra o proletariado as classes médias e a desacreditar agitações, que podem desenvolver-se e tomar carácter revolucionário.

E entretanto, o trabalhador debate-se numa situação incerta e precária, cujo pioramento constante lhe absorve hoje as magras melhorias que ainda ontem conquistara.

Os meios que o operariado tem de contrariar êste estado de coisas, que anula os benefícios dos movimentos de salário e lança a divisão, a desconfiança e o desânimo no seio do povo trabalhador, são na verdade escassos e precários. A acção cooperativa tem um âmbito restricto e é de curto alcance. Os movimentos de massa, as agitações da praça e de opinião, a greve geral, os assaltos, alêm de não se poderem manter indefinidamente, obteem efeitos pouco duradoiros.

Quanto à acção legal, parlamentar, nem falemos disso. A lei que sanciona uma reivindicação operária só é aplicada onde e quando o proletariado quere decidamente que a reforma seja um facto e tem a fôrça e organização suficientes para impor directamente—em geral só nos grandes centros, e aí mesmo só para as corporações bem organizadas e bem firmes de vontade. De modo que a «lei operária» só serve para iludir as massas inconscientes, dando um falso prestígio aos governos e instituições

parlamentares e tendendo a desviar o povo da organização e acção directas.

Resta a acção da própria categoria operária que reclama o aumento de salário ou a redução de horas. Tanto quanto em suas fôrças caiba e dela dependa, cada corporação em luta deve procurar impedir que o patrão recupere do público — isto é, da massa trabalhadora — a parte do seu lucro que teve de ceder. Isso devia mesmo constituir uma reclamação essencial de cada greve, absolutamente inseparável da melhoria exigida. E em todo caso, à corporação grevista cumpre, com a maior retumbância e publicidade, documentar ante o público a possibilidade que tem o patronato de ceder às justas reclamações do seu pessoal salariado sem novos encargos para o consumidor, e empenhar-se em afugentar de si a suspeita infamante de que é um instrumento, consciente ou inconsciente, da ganância patronal.

Infelizmente, o operariado não está habituado a essa tática, que aliás não faria maravilhas—a não ser sob o ponto de vista moral, o da solidariedade com o público e o da criação dum ambiente favorável para as greves— e que em muitos casos seria impraticável.

Demais, o senhor das coisas e árbitro da produção tem cem maneiras de sofismar, contrariar, anular essa conquista. Bastar-lhe-ia deixar de produzir ou de importar, sonegar os produtos, fatigar o público e dispô-lo a aceitar o aumento para ao menos ser servido ou achar que comprar. Como tem feito a Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, para que se consinta enfim na elevação das tarifas. Como tem feito todo o comércio contra a tabelagem dos géneros, contra as ridículas medidas governamentais, que só servem para mostrar a impotência do regime político burguês e a incapacidade dos seus homens.

E se, *neste período*, às simples greves de salários é oposta uma resistência desproporcionada, uma greve que impusesse ao mesmo tempo a limitação do lucro patronal teria que afrontar uma bem mais terrível violência. Para preparar e vencer tal greve seria, por assim dizer, necessário empregar tamanho esfôrço como para levar a cabo a revolução social.

VI

E' que, além da guerra, há um facto que domina os acontecimentos: a revolução russa. A burguesia sonha com ela, vê a sua influência em tudo, fantasia os tramas mais descabelados, tudo lhe cheira a bolxevismo, nome com que crismou tôdas as ideas sociais. Modestos movimentos grevistas fazem baquear sucessivos ministérios, e ministros, subjugados êsses movimentos com enorme dispêndio de fôrças, apresentam-se no parlamento como salvadores da ordem e da pátria, como tendo evitado uma terrível deflagração!

Em virtude dêsse estado de espírito, a classe dominante, temendo, não as pobres reclamações dos grevistas, mas o alastramento do espírito de revolta e o alargamento rápido e indefinido das reivindicações, trata de lhes opor desde logo a mais feroz resistência, ainda que nisso tenha de gastar mais do que o valor das exigências operárias. Num momento de crise, a oligarquia governante e exploradora opõe a qualquer greve a mesma intransigência que a uma insurreição.

Esta tarefa antioperária é grandemente facilitada pelo espírito dominante na pequena burguesia, que se vê entalada entre a grande indústria e as reivindicações proletárias.

À medida que o proletariado se solidariza e reclama condições de vida melhores e uniformes, êsse movimento tende a eliminar o pequeno industrial e o pequeno comerciante, tornando-lhes pelo menos a vida precária e dura. Sem meios para, com os aperfeiçoamentos técnicos e o desenvolvimento da emprêsa, se refazer do que lhes é pedido pelo operário, a alta dos salários e a redução de horas de trabalho são para êles, na verdade, um ôsso duro de tragar. Podiam associar-se, ou entrar a serviço da grande burguesia como altos empregados, ou enfileirar corajosamente na classe trabalhadora, mas a rotina, a falsa concepção duma ilusória independência, a incapacidade e a ignorância atam-lhes os movimentos. Defendem a sua posição instintivamente, cegamente; e sem ir ao fundo das coisas, com a vista obscurecida pelos prejuízos de classe e por uma propaganda interessada, só vêem

na sua frente um inimigo — o trabalhador, o grevista. E não descortinam outro remédio senão reclamar contra êle, com furor, tôdas as violências e repressões.

Depois, há ainda várias espécies intermédias — funcionários públicos, profissões liberais, trabalhadores intelectuais, empregados de bancos e companhias, etc., etc. — que sofrem com a carestia e, em vez de se organizar e de imitar os operários (o que lhes é amiúde bem difícil, reconheçamo-lo), preferem em grande parte atribuir raivosamente a êstes a causa dos seus males e as suas próprias culpas.

A alta burguesia trata de manejar tôdas essas fôrças contra a classe inimiga e contra a temida revolução, que lhe ameaça os privilégios e monopólios.

Deixa que a pequena burguesia, traduzindo os seus próprios embaraços, exponha perante o público, por tôda a «indústria nacional», a impossibilidade de satisfazer as reclamações «exageradas» dos trabalhadores, êsses «novos ricos»...

Deixa que a pequena burguesia, com tôda a sua influência política, eleitoral, exija e aplauda os «governos enérgicos», que semeiam o terror e a provocação e reprimem com despropositada violência simples greves de salários, afrontando a consciência do operariado com o mais solene desprêzo pela vida dos proletários.

E a grande imprensa — êsse quarto poder do Estado, a serviço dos potentados — depois de ter durante a guerra envenenado o povo com as piores mentiras, depois de ter procurado sufocar a revolução russa sob uma montanha de calúnias e invenções, prossegue agora na sua tarefa deturpadora contra o movimento operário.

Ás greves e seus objectivos, opõe ela os chavões da sofística economia burguesa: «Produzir! trabalhar! economizar!» — dirigindo êsses conselhos, não aos proprietários de terras e de fábricas, aos especuladores e assambarcadores, aos novos e velhos ricos, mas aos operários, muitos dos quais buscam trabalho em vão, tendo a desocupação atingido, em certos países, como a Itália, proporções desusadas.

Clara ou hipòcritamente, essa imprensa, que se desvanece com os louvores logo dispensados a tal propósito pelas associações patronais, reclama uma implacável re-

pressão contra quem ousa dizer que a «ordem» burguesa é o caos, a incapacidade e a impotência.

Depois de lançado aos povos o monstruoso d safio da guerra, a burguesia persiste em semear ventos. Os assambarcadores, os governantes e a imprensa mercantil multiplicam os desmandos, prepotências e provocações. Parecem apostados em suscitar movimentos prematuros, actos inconsiderados de jovens inexperientes (que mais ferem, física e moralmente, a sua classe do que a inimiga), para ter um pretexto de repressão e de medidas excepcionais.

Tudo isto ilumina com luz meridiana as preocupações, intuitos e disposições das classes dirigentes — e com êste estado de coisas tem o proletariado que contar, para por êle regular a sua atitude.

A revolução social

I. Necessidade duma pronta e radical remodelação da sociedade. Meio único: a revolução. — II. A origem principal das dificuldades da revolução. Quando vem o momento revolucionário. A lição das revoluções do Oriente e Centro europeus. — III. A superabundância dos produtos, êrro do anarquismo harmonista. O problema malthusiano. Conseqüências do êrro: concepção optimista da greve geral, facilidade do triunfo e da reorganização libertária, supressão da contra-revolução e do período transitório. — IV. A nova concepção da greve geral expropriadora. O que se não deve parar nem destruir. A alimentação do povo em revolução. A lição da «semana vermelha» de 1914. — V. A insurreição armada. Duas épocas: duas concepções. A preparação possível e necessária.

I

Vimos como da carnificina, do cataclismo preparado e provocado pelos imperialismos rivais, resultou o caos mais horrível, uma pavorosa miséria, absurda diante dos progressos técnicos e scientíficos da nossa era, uma especulação desenfreada e mil vezes criminosa, a inquietação, o desassossêgo, a revolta constante.

Vimos como é patente a incapacidade do regime para se reconstituir, o ridículo lamentável das medidas financeiras e económicas, dos pequenos expedientes governamentais, a miserável falência dos grandes homens, das altas competências e dos sábios especialistas da burguesia.

Vimos como a grande imprensa, com obsceno cinismo, procura obter o esquecimento daquele crime e desta incapacidade, dêste ridículo, desta quebra frandulenta, atirando com as culpas de tudo — da demora em sair do ato-

leiro, da insuficiência da produção, da vida cada vez mais cara—para cima dos ombros do proletariado, manietado e amordaçado.

Vimos como são mesquinhos e irrisórios, no meio da tormenta, os pequenos expedientes económicos e os pequeníssimos expedientes legais, que o reformismo pseudo-socialista desejaria impingir à classe operária como entretenimento e narcótico.

Vimos, não certamente a inutilidade prática e moral, mas a efémera fugacidade dos resultados das greves, nesta crise tremenda, em que um mundo se liquida—greves aliás inevitáveis e que seria vão e perigoso desaconselhar.

E assim tudo leva a concluir pela necessidade inadiável duma transformação radical. Abolição do salariato e do patronato. Supressão de todos os parasitismos na produção e nas trocas, intermediários, burocracias, accionistas, patrões (não confundir com os técnicos, os engenheiros, etc., trabalhadores como os outros). Desenvolvimento da maquinaria, largamente aplicada a todos os ramos da produção. Simplificação dos processos técnicos e do mecanismo das trocas e distribuição. Aplicação de tôdas as energias ao trabalho socialmente útil.

As terras e os instrumentos de trabalho, propriedade indivisível da comunidade. A produção, emancipada do seu actual princípio directivo: o lucro da minoria monopolizadora, e administrada pelos próprios produtores, no intuito de satisfazer as necessidades de todos. O consumo e a distribuição, sob a fiscalização directa dos consumidores.

Só assim se poderá garantir a todos o direito ao pão, ao vestuário, ao abrigo, à instrução, ao repoiso, ao bem-estar, em troca do dever iniludível do trabalho útil—são, harmónico e equilibrado.

¿Mas como alcançar essa meta, como atingir a realização iniciadora—o desaparecimento do monopólio económico e político?

¿Esperaremos o abandono voluntário, a renúncia heróica das classes privilegiadas, como o sonhou a fantasia poética do romancista do *Travail?* ¿Aguardaremos que a burguesia compreenda e reconheça a incapacidade do regime e a sua própria, e de boa mente se retire?

Ai de nós! o privilégio morre impenitente, e o 4 de

Agôsto vem sempre depois do facto consumado e não vai além dele. A oligarquia dominante prepara-se resolutamente para a luta, multiplicando e adestrando os seus mercenários bem pagos e antecipando mesmo, com a temeridade do tsarismo, o momento ainda imaturo...

¿Confiaremos na conquista do poder pelo parlamento, preconizada por certos socialistas fósseis, e por certos aventureiros que acabam por se deixar complacentemente conquistar pelo poder?

Hoje, os próprios socialistas eleccionistas, em grande parte, não ousam invocar essa utopia pueril: procuram fazer-se eleger com programas antiparlamentares e pretextos de agitação revolucionária... o que torna a ilusão parlamentar ainda mais perigosa e entorpecedora.

O parlamento é obra e instrumento das oligarquias políticas e financeiras — e tudo o que êle toca fica corrompido e impotente. E o que nele parece permanecer intacto e incorrupto, não faz senão manter o nefasto prestígio duma ficção.

Resta, pois, a Revolução, robusta filha das circunstâncias e da vontade dos homens, a revolução que marca o parto doloroso, mas necessário e bem-vindo, de tôdas as sociedades.

Caminho áspero e penoso, mas único. Trabalhos, dores, duras batalhas até ao facto inicial, a destruição dos privilégios político-económicos da burguesia; penosos esforços e àrdua labuta depois, na laboriosa edificação dum mundo novo e na luta constante contra os germes duma possível degeneração.

Embora! A obra impõe-se. Urge começá-la. E' preciso que nos preparemos, moral e materialmente, para as suas asperezas. Procuremos desde já estar à altura dos tempos e da missão que nos compete.

Tomemos, com mão firme e alma impávida, a dura tarefa que a história implacável distribui à nossa geração dolorida. Esforcemo-nos por levantar um mundo melhor para nós próprios, mas não afroixe o nosso ardor, se os frutos mais saborosos da árvore de liberdade e bem-estar que plantarmos hão de apenas deliciar o paladar dos que nos seguirem na senda. Os defensores da propriedade privada e da herança, apresentam-nos o amor da prole como incentivo fecundo do humano labor. Pois

bem; deixemos aos nossos filhos, aos nossos descendentes, a herança grandiosa duma sociedade mais justa, que a todos garanta em cada hora o pão do estômago e o pão do espírito. Tiremos da nossa tarefa, da grandeza do seu fim e da beleza das suas formas, a nossa própria compensação.

II

A maior parte das dificuldades da revolução e da reorganização social resultam do facto de, em regime capitalista, ser a produção sempre inferior às necessidades reais do consumo.

Como dissemos num capítulo anterior, os meios para produzir são virtualmente suficientes, e uma revolução que destruísse o monopólio burguês e com êle a possibilidade que tem o monopolizador de restringir a produção para seu interêsse privado, para manter ou aumentar o seu lucro; uma revolução que, tornando propriedade comum as terras e os instrumentos de trabalho, desse à produção como motor o interêsse social, que é produzir o bastante para todos, — essa revolução deixaria o campo livre ao rápido desenvolvimento daqueles meios e à utilização integral da sua capacidade produtiva.

O regime burguês, por vício orgânico, por necessidade vital, impede ou limita o desenvolvimento dos meios de produção e o aproveitamento das fôrças produtivas, pois que visa a satisfazer as possibilidades do mercado, não as necessidades do consumo, e tem interêsse na rarefacção dos produtos. Assim a produção é sempre insuficiente, mesmo em período normal, mesmo quando há crise de *sobre-produção*, que não passa afinal de *subconsumo*.

E se as coisas se passam dêste modo durante a «normalidade» e até durante a pseudo-abundância capitalista, ¿que será então durante a horrível crise de miséria que atravessamos?

¡Pois é agora precisamente que se produzem ininterruptamente as situações revolucionárias, é agora precisamente que com mais urgência e instância a revolução é chamada a remediar a manifesta, evidentíssima incapacidade do sistema capitalista, impotente para, tendo pre-

parado e desencadeado a catástrofe, lhe sanar os efeitos e pôr côbro à cupidez dos abutres!

Numerosos marxistas (da espécie dos «menxeviques» russos) punham a revolução e o socialismo como coroamento dum período de prosperidade capitalista.

Sem querer por isso retardar a revolução, sem de modo algum preferir por êsse motivo que se deixe fugir o primeiro ensejo favorável, também nós desejaríamos que essa boa oportunidade coincidisse com uma era de desenvolvimento industrial e de abundância — a máxima abundância possível em regime de restricção.

Mas o que é acima de tudo necessário é aproveitar a primeira oportunidade, venha ela quando vier. Quanto mais fácil a revolução, mais difícil a reconstrução, a edificação dum mundo novo. Seja! Mas deixar que a burguesia desenvolva a sua riqueza é permitir que ela aumente em proporção o seu poder, os seus meios de defesa e de ataque, é levantar no caminho da revolução obstáculos terríveis, porventura insuperáveis, é obrigá-la a gastar-se em repetidos e sangrentos esforços—para afinal encontrar sempre enormes dificuldades de reorganização.

Tudo bem pesado, a revolução «prematura», como diriam aqueles marxistas, é sempre economia de fôrças, de tempo e de vidas. Ela reorganizará depois a vida social melhor e mais depressa que o capitalismo, quaisquer que sejam as suas imperfeições, demoras e estorvos. Ela será sempre uma aceleração evolutiva, um franqueamento de horizontes novos, uma preparação e uma estrada aberta para uma vida melhor e mais livre.

O facto é que o momento revolucionário por excelência surgiu durante e após a universal tempestade de chacina e devastação, e que a revolução social foi precisamente iniciada na Rússia, país atrasado sob muitos pontos de vista.

Como disse Lénine, foi justamente êsse atraso que deu a vitória ao socialismo. País agrícola, industrialmente virgem, a Rússia tinha saltado por cima das fases intermédias da indústria capitalista, e o seu industrialismo começava a desenvolver-se com um ritmo mais apressado do que nos outros países, aproximando-se do tipo norte-americano.

Mas a revolução—que para êle foi realmente prematura—veio surpreendê-lo ainda tenro e débil. Não tivera tempo de se consolidar, de criar em seu tôrno uma legião média de cointeressados, de recrutar no seio do proletariado um reformismo gomperista, colaboracionista, tam útil à burguesia. Não se formara ainda uma «burguesia liberal» suficientemente forte e numerosa, capaz de atrair massas operárias e de se servir delas para deter a revolução e firmar o regime.

Apoiando-se sôbre a classe aristocrático-burocrática e o militarismo, o tsarismo caiu miseramente, abandonado de todos, quando a burocracia patenteou a sua impotência e corrupção e o exército se revolucionou e desfez com os horrores da guerra e com a desorganização da máquina burocrática.

A burguesia tentou segurar a herança tsarista, mas as suas fôrças minguaram-lhe, mesmo depois de ter afivelado a máscara do «socialismo» à Kerenski. Dentro de oito meses, estava a revolução nas mãos do proletariado, já numeroso e cheio de ardor, trabalhado pela mais activa e exemplar das propagandas socialistas e revolucionárias, cujo incremento se tornou assombroso durante aqueles oito meses de agitações fecundas e de lutas apaixonadas.

E agora, para confronto, lancemos os olhos para a industrializada Alemanha, onde o comunismo revolucionário abre caminho a custo num proletariado corrompido pela burocracia pseudo-socialista e pseudo-operária, onde os espartaquistas sofrem sucessivas derrotas, que, se não são desmoralizadoras e definitivas, nem inúteis, prolongam uma luta dolorosa e sangrenta contra os vários inimigos da emancipação social, cada qual mais feroz e perigoso: dum lado uma forte burguesia e um forte militarismo, correlativo do industrialismo; do outro, o falso socialismo «maioritário» ou conservador e o burocratismo sindical reformista e colaboracionista, os melhores anteparos do regime capitalista abalado.

III

Um êrro aparentado com o dos marxistas foi o da escola «harmonista» do anarquismo, que encontrou superior expressão no aliás belo livro *A Conquista do Pão*.

Convêm entretanto notar que, como sempre sucede, os discípulos ainda exageraram as erróneas conclusões do mestre. Krapótkine, na verdade, considerados sobretudo os seus trabalhos posteriores ao desenvolvimento do sindicalismo revolucionário francês, não tem culpa de certas fantasias harmonistas sôbre a revolução e o seu «dia seguinte».

O caso é, porêm, que o êrro inicial—a superabundância real dos produtos em regime capitalista—se acha insistentemente repetido nos escritos da escola, o que é notável da parte de alguns dos seus teóricos, argutos observadores dos factos sociais e críticos perspicazes dos vícios orgânicos da sociedade burguesa.

Para melhor servir a propaganda e dar à risonha afirmação um aspecto de matemática certeza, chegaram os propagandistas a elaborar penosas estatísticas — mais ou menos de fantasia, como não poderia deixar de ser num regime de fraudes, concorrência e assambarcamento, de interêsses antagónicos e desleixo burocrático.

Teve uma enorme difusão, por exemplo, um folheto — *Os produtos da terra e os produtos da indústria,* que em algumas edições aparece com o nome de Eliseu Reclus, mas cuja autoria, segundo se afirma, não pertence ao grande geógrafo. Nesse opúsculo, alêm das falhas e cifras de fantasia, cometiam-se lapsos grosseiros, como o de não deduzir da alimentação humana as não desdenháveis quantidades de cereais e de legumes (milho, batata, fava, etc.) consumidas pelos animais domésticos de tôdas as espécies.

Uma das preocupações dos defensores desta idea era combater as doutrinas de Malthus. A verdade é que, com efeito, se apresenta formidável o problema da limitação consciente e voluntária da população, — que, porêm, só poderá ser resolvido por uma humanidade livre e esclarecida, senhora da terra e dos meios de produzir. Hoje, a própria luta directa antipatronal não consegue modificar, senão de modo instável e apoucado, as relações entre o salariado, dono apenas dos seus braços, e o detentor dos meios de produção, que limita os produtos ao poder de compra dos consumidores, quaisquer que sejam as suas necessidades e o seu número.

Mas o fito principal desta propaganda optimista, con-

traditória com a natureza e funcionamento da organização burguesa, era mostrar a facilidade duma revolução social e duma pronta e completa remodelação da sociedade em bases novas. Tais eram, pelo menos, as suas conseqüências.

Com efeito, essa crença na abundância favoreceu certas concepções simplistas, que levavam o proletariado de encontro a perigosos desenganos.

Assim, quanto à idea da greve geral revolucionária, como meio de expropriar a burguesia. A classe trabalhadora, segundo muitos grevegeneralistas, esperaria tranqüilamente, de braços cruzados, que o capitalismo se rendesse pela fome, depois de reduzido o Estado à impotência pela disseminação das suas fôrças e pela paralisação dos seus movimentos. Para ajudar a capitulação, exercer-se-ia a sabotagem em larga escala, destruir-se-iam produtos (havia disso aos pontapés), pontes e meios de transporte — o que se pode comentar com o dito popular : sôbre queda, coice.

E' certo que esta concepção optimista da greve geral vinha de longe. Vinha da Internacional. No Congresso de Genebra de 1873, Jukovski afirmava «bastar suspender todo o trabalho durante dez dias apenas para desabar inteiramente a ordem social» — o que fará sorrir os militantes mais ingénuos dos nossos dias.

Entretanto, o optimismo subsistia quási intacto em França, quando em 1900 floresceu o sindicalismo revolucionário, e então já se apoiava confiadamente na abundância de produtos. Fez-se, porêm, larga propaganda entre os operários fardados, o que já era uma importante correcção.

Há mais, porêm, como conseqüências nefastas do êrro sôbre o quantitativo da produção.

Afrontava-se a revolução com a persuasão de haver muito tempo para reorganizar a produção, para o fazer com todo o vagar e método, com os últimos aperfeiçoamentos e vantagens desde logo.

Como os benefícios da revolução eram imediatos e gerais e o povo nadava desde princípio na fartura, não ficariam vestígios de reacção nem riscos de contra-revolução. Tudo se converteria, como por encanto, ao comunismo libertário; como por encanto, surgiriam de todos

os lados os grupos de homens de boa-vontade, de anarquistas, para distribuir as riquezas e reconstruir a sociedade.

Suprimia-se simplesmente, não só a tormenta revolucionária, que pode ser longa e dolorosa, mas ainda o penoso e demorado período de transição, durante o qual se elaborarão as novas formas sociais através das lutas de tendências, afirmando-se estas na medida da sua iniciativa e da sua audácia, conforme as suas fôrças ideais e numéricas.

Certamente, alguma coisa—e muito—tem a revolução social que dar ao povo. Pelo menos a consciência de que é livre e dono enfim dos seus destinos. Mas também terá que lhe pedir pesados sacrifícios—porque é preciso reconstruir um mundo e tudo são escombros e misérias.

Do que êle é capaz mostram-nos as revoluções recentes, e sobretudo a revolução russa. Aqueles que recusavam ontem bater-se pelo tsarismo e pela burguesia imperialista, por interêsses alheios, batem-se hoje com ardor em defesa da sua revolução. Aqueles que ontem exigiam do seu explorador menos horas de trabalho, fazem, se preciso for, dupla jornada, na convicção de que é para seu próprio bem e salvação.

E a tarefa dos anarquistas é lutarem, na revolução, para que isso seja uma realidade positiva e insofismável, para que o povo veja desde logo que é dono a valer dos meios a produzir, não através de qualquer ficção democrática, mas directamente, como comunidade de iguais e por meio de cada um dos seus membros.

IV

Ao anarquismo harmonista opôs-se enérgicamente o anarquismo orgânico de Malatesta, e convêm expor aqui, pela sua própria pena, a sua concepção de greve geral expropriadora. Num dos seus artigos, publicado nos princípios de 1914 no jornal *Volontà*, de Ancona, escrevia êle:

«Desejo chamar a atenção dos revolucionários para um problema, para mim essencialíssimo, que me parece ser muito desdenhado: o da alimentação pública, especial-

mente nas grandes cidades, em tempo de revolução e imediatamente depois.

«Por muito tempo teve curso entre os subversivos, principalmente entre os anarquistas, êste preconceito: que existiam superabundantemente os produtos tanto agrícolas como industriais e que bastaria dividi-los equitativamente para que todos os tivessem em quantidade muito superior às suas necessidades.

«O faminto que vê os armazêns regorgitando de géneros alimentícios é naturalmente levado a supor que lá dentro há coisas em excesso, e não se lembra da quantidade de esfomeados e mal nutridos pelos quais deveriam repartir-se essas coisas,—e o agitador entende certamente que é um meio eficaz de propaganda pôr em contraste a miséria com a abundância, as barrigas vazias e as costas nuas com os depósitos abarrotados de mercadorias não utilizadas.

«Recordo-me de ter lido que, feita a revolução, poderia a gente estar anos sem trabalhar antes de consumir os produtos acumulados!!!

«Ora é claro, que fazendo a revolução com semelhantes ideas, os revolucionários adiariam para mais tarde a reorganização da produção, consumiriam e desperdiçariam sem medida... e iriam ao encontro duma catástrofe certa.

«Porque a verdade é que a produção actual é regulada pelo poder de compra dos consumidores; e portanto os produtos que hoje parecem abundantes, quando a grande maioria mal consegue satisfazer as mais imperiosas necessidades mostrar-se-iam insuficientes desde que todos tivessem igual direito à satisfação das suas precisões. As reservas são escassas, visto que os proprietários só deixam produzir aquilo que êles esperam vender a preço remunerador, mostrando assim que o pior mal do capitalismo não é tanto o obrigar os trabalhadores a sustentarem uma classe de parasitas como o criar uma penúria artificial, limitando a produção ao ponto em que os capitalistas calculam poder obter o maior lucro. Basta, com efeito, um ano ou dois de má colheita para haver perigo grave de morrer de fome, por insuficiência real de subsistên ias, uma parte da população em alguma porção do globo.

«Se a greve geral expropriadora, isto é, a revolução social, não há de continuar sendo um *mito*, se deveras a queremos fazer e desejamos que ela dê os resultados que esperamos, temos que tratar, ao fazer a revolução, de utilizar com a maior economia possível os produtos herdados da burguesia e de organizar logo o trabalho para levar a produção à altura das novas necessidades.

«Eu compreendo que alguns trabalhadores possam, numa luta contra um patrão ou uma liga de patrões, arrancar as vinhas, ou matar o gado, ou incendiar as searas maduras numa nesga de terra; mas seria certamente imperdoável loucura num movimento geral aconselhar a destruição em grande escala da colheita e a matança do gado.

«E' preciso que os trabalhadores em greve e em insurreição se lembrem de que, no dia seguinte ao da vitória, tudo será deles e de que hão de prover a tudo. Deverão pois destruir apenas o que for necessário destruir para garantir a vitória, mas guardar zelosamente o que, durante e após a revolução, for preciso para garantir a vida de todos.

«Assim, seria absurda, tratando-se de revolução e não já de reclamar melhoramentos a certos patrões, uma greve geral rural que comportasse a recusa de semear a terra, ou de recolher os produtos, ou de tratar dos animais; porque, não se fazendo a colheita ou deixando-se morrer de fome o gado, não se poderia viver. Por conseguinte, a «greve rural» deveria ser, não uma verdadeira greve, mas a recusa de deixar que os patrões levem os frutos e a sequestração dos produtos que êles já tiverem assambarcado.

«Será bom paralisar o serviço ferroviário para impedir que o govêrno transporte as tropas e que os burgueses façam o seu arranjo; mas seria imprudente, salvo casos de absoluta necessidade, fazer saltar as pontes ou causar outros estragos graves, que poderiam depois impedir o abastecimento das grandes cidades.

«E seria sobretudo perigoso, mortal, destruir ou malbaratar as substâncias alimentares».

Em Junho de 1914, estalou a greve geral nas Marcas, na Romanha e na Toscana, assumindo rápidamente carácter revolucionário. E as ideas de Malatesta, que no mo-

vimento tomou parte activa e saliente, começaram então a ser aplicadas.

Aprovando o procedimento dos anarquistas italianos, escrevia um camarada do *Réveil*, de Genebra: «Deixai circular os alimentos, dizia-se aos insurrectos, não obsteis a que os aldeãos e trabalhadores da alimentação tragam e distribuam leite, pão, carne, legumes, aves, cereais. Abasteçamos os hospitais e hospícios. Façamos a greve geral e desçamos à rua em tôdas as profissões, mas tenha cada um garantida a sua ração. Protejamos mesmo, favoreçamos tudo o que se refere a subsistências. Assim, conservaremos intactas as simpatias dos pobres que não sofrerão com uma paragem do trabalho. Pelo contrário, exijamos que os armazêns de comestíveis, de géneros alimentícios, as mercearias, etc., permaneçam abertos. Vigiemos os preços para que não haja alta. Atentemos em tôda essa questão de pão; e até se um leiteiro ou padeiro, fechar o seu estabelecimento, reabramos-lho à fôrça. Alguêm pagará. O que é preciso impedir não são os meios de existência do povo — é o tráfico da burguesia: o serviço dos bancos, as transacções comerciais, os hóteis de luxo, em suma tudo o que constitui a vida dos privilegiados».

E' preciso reter nomeadamente esta lição: produzindo-se a greve geral expropriadora, urge que os trabalhadores retomem a produção por sua conta e para si, mantendo a greve apenas contra os burgueses e seus defensores. Será como que o alargamento das «cozinhas comunistas» das greves parciais.

Actualmente, na Itália, as greves são amiúde acompanhadas de expropriações de fábricas e terras, onde os grevistas se instalam, expulsando os patrões e seus representantes e pondo-se imediatamente a trabalhar por sua conta. Acabam por ceder, porque o movimento ainda não se generalizou com simultaneidade; mas os factos são já numerosos e indicam as disposições dos trabalhadores italianos.

V

Não basta, porêm, a greve geral económica pura e simples, mesmo com a sua nova feição de greve exclusivamente dirigida contra a burguesia e tendendo à imediata

expropriação. Essa acção não é suficiente para desorganizar e domar as fôrças do Estado, que, largamente apetrechado e monopolizando os instrumentos de guerra, de comunicação e de propaganda, pode prontamente refazer-se e suprir as falhas ocasionadas pela classe inimiga.

A' greve geral tem que se juntar sem perda de tempo a insurreição armada, que não pode ser obra da organização operária, nem mesmo dos partidos revolucionários, mas resulta da cooperação duma parte do exército e dos grupos civis autónomos. E' a lição das revoluções da nossa época, como já tinha sido a da «semana vermelha» de Junho de 1914 na Itália: greve geral, acção dos grupos revolucionários, adesão do proletariado fardado e armado, do exército recrutado à fôrça pelas classes dominantes.

Mas recorramos mais uma vez à experiência teórica e prática de Malatesta, o insurrecto de 1874 e 1878 e de 1914, duas épocas e dois métodos tam diversos, que êle próprio põe em confronto.

«Vistas as fôrças materiais de que dispõe o govêrno, — escrevia êle recentemente no excelente diário anarquista *Umanità Nova*, de Milão,—hoje para vencer é necessário um movimento geral, ou que, iniciado num ponto, rápidamente se propague por tôda a Itália. Necessitam-se armas, necessita-se a cumplicidade ou a passividade de parte do exército, são precisos entendimentos para que os serviços públicos sejam paralisados de modo a ficar privado deles o govêrno e a aproveitar-se deles a revolução. E' preciso pôr na impossibilidade de fazer mal as autoridades e as pessoas tidas como mais capazes de organizar e guiar a defesa da ordem burguesa. E' necessário interessar logo o povo pela revolução, mostrando-lhe com factos que desde então é êle o dono de tudo, que a riqueza é de todos e que a todos cumpre guardá-la e servir-se dela com tino. São necessárias muitas outras coisas que os revolucionários sabem ou devem aprender e sôbre as quais se devem entender.

«¿Mas como pô-las em prática?

«Os que querem ou dizem querer uma revolução «disciplinada» concebem a coisa como a conceberia um Chefe de Estado-Maior, como a concebiam os velhos conspiradores mazzinianos, e—¿porque o não havemos

de dizer? — um pouco como a concebíamos nós, na velha Internacional, quando organizávamos os levantamentos de 1874 e 1878 e tantos outros que o público desconhece, porque nem sequer se lhes pôde dar comêço de execução. Uma comissão central que nomeia sub-comissões, etc., que reúne os fundos, procura e distribui os meios, traça o plano, estabelece o dia, expede as ordens. . . e geralmente fracassa.

«A' última hora houve quem traísse, alguns tiveram medo, muitos foram presos: as ordens não chegaram ou foram mal interpretadas, surgiram mil dificuldades imprevistas, e um plano completo, penosamente elaborado, terminou num fiasco — ás vezes heróico, mas fiasco em todo caso.

«E se o antigo método conspiratório raramente dava resultado, na sua época, ainda mais difícilmente o daria hoje. Agora o govêrno tem melhores meios para desmanchar qualquer trama: prende os chefes, interrompe as comunicações, mobiliza a imprensa vendida, põe em circulação telegramas falsos, etc., etc.

«Por outro lado, além dos possíveis espiões e dos que são tomados de medo, há ainda os indisciplinados por temperamento, que são amiúde dos mais audazes. Estes insubordinam-se contra qualquer ordem que porventura se lhes dê, mas portam-se com ímpeto, energia e verdadeira disciplina, se lhes dizem: fazei como vos aprouver.

«Hoje já ninguêm quere obedecer. Para nós é um bem, para outros será um mal, mas bem ou mal é um facto com o qual forçoso é contar.

«Portanto, para fazer actualmente a revolução, se deveras a querem fazer, é necessário empregar outro método.

«E' preciso ter entendimentos sôbre o que se há de fazer e em que circunstâncias se há de fazer; e quando se apresentarem as circunstâncias previstas, agir imediatamente sem esperar ordens de ninguêm e sem fazer caso das que sejam contrárias à acção convencionada.

«Isto, se for o partido que começar. Se pelo contrário começar a multidão, tanto melhor: devemos então acompanhá-la e impeli-la para a realização dos nossos fins.»

A revolução social não é, em suma, coisa que possa sair duma simples conspiração e ser marcada para uma

determinada data. Não é como um mero golpe de mão político, enscenado por uma carbonária: é produto duma crise profunda e tem que ser obra do povo inteiro, que quere emancipar-se dum jugo esmagador e duma situação intolerável.

Mas os revolucionários, se não podem decretar a revolução, podem deixar escapar a oportunidade, permitindo que o movimento popular se consuma em convulsões desnorteadas e acabe por ser domado ou desfibrado e iludido.

Por isso, é necessária uma dupla preparação: preparação material, que não é tarefa oficial nem oficiosa dos partidos nem das organizações operárias; preparação moral para as lutas e trabalhos do período revolucionário e do de reconstrução.

E além disso há, da parte das organizações de produtores, uma preparação para a sua missão futura. E esta não é a menos instante, especialmente onde, dada a dependência e pequenez do país, uma revolução trazida pela fôrça de acontecimentos internos correria mortal perigo, no caso de anteceder o favor das circunstâncias externas, e por isso, se pudesse subsistir, teria que recorrer ao máximo da sua íntima energia e capacidade organizadora; e onde, por outro lado, os acontecimentos externos correm o risco de surpreender um proletariado inerte e impotente, por insuficiência de organização e de preparação.

De tôdas estas preparações, a dos grupos produtores para a gestão futura é a que melhor entra no quadro dêste trabalho. Dela nos ocuparemos a seguir.

O sindicato na revolução

I. Apêlo aos técnicos. Os «trabalhadores intelectuais» no sistema burguês. — II. Administração técnica e autoridade patronal. O esoterismo político da burguesia. A capacidade do proletariado. — III. A importância da organização sindical. O primeiro trabalho de preparação. — IV. O segundo grau de preparação. Como se deve habilitar a organização operária para a tarefa de reorganização. Programas libertários e programas autoritários. — V. O papel do sindicato na revolução social. ¿Sindicato ou grupo anarquista? — VI. O que a revolução pode fazer e o que ela não pode d r. A missão e as possibilidades da minoria anarquista no período de transição. A acção directa do povo organizado. — VII. A competência dos grupos revolucionários. A questão do alojamento na revolução. — VIII. ¿Grupos revolucionários ou organização directa dos próprios interessados? ¿Critério técnico ou critério de seita? A acção propulsora do anarquismo.

I

Prefaciando um livro de Deslinières sôbre a aplicação do sistema colectivista, escrevia Jaurès:

«O partido socialista pode ser surpreendido pelos acontecimentos, se não se habituar a preguntar a si próprio incessantemente: ¿Que faria o proletariado, se àmanhã ficasse senhor da situação? Não há coisa que mais esperança e vigor dê ao proletariado acabrunhado do que essa visão nítida da realidade socialista. E' sinal de vitórias próximas o procurar a idea em que organismo preciso se há de realizar.»

Para as massas, os programas concretos, claros, precisos, são com efeito da maior utilidade. E é também per-

feitamente exacto que o pressentimento, a previsão de não distantes acontecimentos decisivos multiplica os produtos dessa literatura revolucionária.

E' o que está precisamente sucedendo nesta hora de vigília e de expectativa febril, mesmo entre nós. E a propósito, devemos dizer que o melhor trabalho no género, a nosso ver, nos vem do Brasil, com o «Esbôço do programa comunista» dos camaradas Hélio Negro e Edgard Leuenroth, de S. Paulo.

Prosseguindo, Jaurès acrescenta:

«E' desde já necessário que todos os homens de sciência, todos os técnicos que aceitam a idea socialista, os engenheiros, os agrónomos, os químicos entrem nesse caminho. E' necessário que, pelo estudo orgânico das fôrças económicas, estejam prontos para dirigir, segundo a sciência e sob a fiscalização dos trabalhadores emancipados, a grande produção moderna, que será ampliada pelo colectivismo. Desta forma, os técnicos, os ex-alunos da Escola Central das Artes e Manufacturas *(engenharia civil)*, das escolas de Artes e Ofícios, das escolas industriais, os quais não achavam ocupação directa no movimento socialista, a êle ficarão estreitamente ligados. E sentirão profundamente que grande e belo papel lhes está reservado numa sociedade cujas duas únicas leis essenciais serão a sciência e a justiça.

«E' preciso dar o sinal dum agrupamento dos homens de sciência, dos especialistas, dos técnicos, tendo por fim a preparação orgânica da sociedade nova».

Este apêlo foi lançado inúmeras vezes por diversas formas, sempre com resultados insignificantes, mesmo nos países populosos e de grande indústria, onde os técnicos são, além de mais numerosos, um tanto mais práticos e um pouco mais próximos da massa trabalhadora.

E' que as profissões liberais estão quási exclusivamente ao alcance da gente de origem e educação burguesas. Nelas, a competência técnica, aliás únicamente teórica quási sempre, alia-se em geral às funções patronais e autoritárias, ou pelo menos a tendências, a aspirações dirigidas nesse sentido.

Mesmo no melhor dos casos, o género e o método do trabalho das profissões liberais teem o cunho profundo do sistema burguês: a divisão mais radical entre o tra-

balho intelectual e o trabalho manual. Regra geral, o médico limita-se a receitar, o arquitecto a traçar plantas, o engenheiro a fazer desenhos e orçamentos, e a cada passo se revela a sua incompetência prática, sobretudo por ocasião das greves operárias. No fundo, todo o trabalho é, não só feito, mas corrigido, adaptado à realidade pelos operários, ou pelos técnicos intermédios que saem da classe operária ou com ela se encontram em contacto mais directo.

A história dos inventos, dos aperfeiçoamentos técnicos, que não é uma crónica de milagres, como muita gente supõe, é a demonstração dêsse facto.

Os pedagogistas esfalfam-se a clamar, em todos os países, que o ensino deve ser mais prático, menos livresco, e o técnico mais operário; mas os seus clamores obteem pequeno resultado, pois o vício vem da origem —o sistema de produção capitalista. Nos próprios países industriais, de cujos métodos de ensino prático se cantam maravilhas e onde se diz que os estudantes parecem aprendizes operários, tudo isso é bem exagerado, e depois, na vida prática, as profissões liberais retomam, pela fôrça das coisas, a sua feição privilegiada e aburguesada.

II

Certamente, numa sociedade que possua em comum o capital produtivo e organize a produção em benefício de todos, sob a gerência dos próprios trabalhadores, aquelas profissões sofrerão uma radical transformação, tendendo a fundir-se com os ofícios manuais, pela elevação intelectual e educação técnica do operário e pela adjunção do trabalho muscular ao trabalho intelectual, necessária sob todos os pontos de vista—económico-social, higiénico, scientífico. O que certamente não impedirá nem a especialização de competências, nem a revelação e cultura de aptidões excepcionais, muito pelo contrário, favorecendo extremamente, além disso, o génio inventivo.

Hoje, porém, os chamados «técnicos», aliás só teóricos em regra—como se a técnica não fôsse o trabalho, isto é, a aplicação prática da sciência!—sentem-se melhor ao lado do patronato, em cujas fileiras ingressaram ou pretendem ingressar.

E disso se servem os defensores da burguesia para embrulhar a questão, quer englobando os técnicos e «trabalhadores intelectuais» na classe dominante e monopolizadora e confundindo administração técnica com parasitismo patronal e autoritário, quer contando naquela categoria de competências e especialistas tôda a sua vã e balofa caterva de bacharéis e diplomados incompetentes, quer raciocinando como se a revolução social tivesse em mira reconstituir a sua caranguejola estatal arrevesada.

A burguesia, tendo de manter na sujeição moral e material as massas produtoras; tendo de organizar a exploração do trabalho dessas massas e guardar, repartir ou disputar entre si os seus proventos; tendo de dividir o globo em propriedades nacionais, conservá-las contra os rivais, procurar vantagens e hegemonias; tendo de governar do alto, de cima para baixo, a sua pesada máquina centralizada, empirismo precário e insusceptível de sistematização, a burguesia fez da «administração pública», da «política interna e externa», da «diplomacia» e outras malas-artes um esoterismo complicado e misterioso.

O proletariado, porêm, tem no seu seio os elementos e capacidades indispensáveis para, com singeleza, sem excrescências, de baixo para cima, da oficina até à união local ou regional e até à federação e confederação industriais, organizar o seu trabalho, a produção, as trocas e a distribuìção dos produtos, assim como a educação dos membros da sociedade e a defesa social, obra directa de todos, que o desaparecimento dos antagonismos de interêsses irá tornando cada vez mais fácil.

A imprensa burguesa exultou, — exagerando e deturpando aliás os factos na forma do costume, — porque na Rússia os bolxeviques apelaram para os técnicos de origem burguesa, oferecendo-lhes condições especiais. Mas o proletariado russo estava em grande atraso com relação ao da Europa centro-ocidental e a revolução moscovita achou-se a braços com extraordinárias dificuldades, herdadas do tsarismo ou causadas pela burguesia internacional, que lhe tem movido uma feroz guerra de morte, impedindo-a de se desenvolver plenamente e de dar tôda a medida das suas possibilidades e capacidades intrínsecas.

Sem dúvida, mesmo nos países industrialmente mais adiantados, a educação técnica do operariado deixa muito a desejar e só poderá fazer-se sériamente numa livre sociedade de iguais; e por isso, agora e no período revolucionário e reconstrutivo, será preciosa e bem acolhida a cooperação dos verdadeiros técnicos, desde que seja oferecida num espírito fraternal e igualitário, sem intuitos de dominação, sem tendência a confundir a competência técnica com a autoridade, o trabalhador especialista com o chefe.

E estamos certos de que os melhores técnicos, os que o são a valer, os que sinceramente amam o trabalho e teem estado em contacto com o trabalhador, virão a nós na boa ocasião, em pé de igualdade, dilacerados os véus que hoje lhes obscurecem a visão, despedaçados os laços de interêsse que hoje lhes prendem os movimentos.

Alguns já se aproximaram despreocupadamente do proletariado. E esses convêm por certo que trabalhem desde já no estudo das novas formas de vida e que com os trabalhalhadores, seus irmãos, estreitem relações.

III

Se pusermos de lado os individualistas e exceptuarmos até certo ponto, os que teem caído no êrro *harmonista*, tudo deixando à inspiração do momento, à virtude improvisadora das revoluções, à espontânea harmonização das massas,—os anarquistas, fieis às ideas da Internacional bakuninista, sempre trabalharam, não só na criação de uma vontade revolucionária, de um desejo activo de mudança e na formação da consciência dos males a destruir e do fim a atingir, mas ainda na reùnião de elementos orgânicos e de materiais de reconstrução, que não poderiam limitar-se às fôrças da minoria revolucionária de iniciativa e de combate.

Eis porque fomos sempre sindicalistas, mesmo antes do termo. Eis porque sempre repetimos em todos os tons que a vida social não pode sofrer interrupções e que o partido ou classe que, na devida oportunidade, não disponha jà de elementos que assegurem a continuidade e a reorganização dessa vida, arrisca-se a ter de abandonar à tareja ao inimigo ou a um compadre dêste, sem tirar pro-

veito da situação; ou ainda a deixar tudo como está, utilizando a máquina já montada e seguindo a rotina já traçada; ou finalmente, e é a melhor das hipóteses, a ter uma crise mais demorada e dolorosa.

Certamente, as ocasiões é preciso aproveitá-las quando aparecem; as revoluções não são trabalhos de gabinete ou de laboratório, levados a cabo com todos os elementos e com todos os rigores do método, a preparação nunca é, nunca pode chegar a ser suficiente e muito menos completa e há uma certa puerilidade ociosa na cega-rega lamentosa dos doutores, que levam o tempo a ralhar porque lhes não dão ouvidos, e a queixar-se da «falta de preparação» — falta que existe sempre mais ou menos e que é absoluta aos olhos dos adversários e dos sem-fé.

Mas em todos os tempos e sobretudo agora, quando a levada revolucionária já rompeu os diques e vem por aí abaixo, é de primeira urgência a tarefa de preparação, para bem de todos, incluindo os privilegiados a expropriar.

E o trabalho básico, essencial, primeiro, é sem dúvida, hoje mais do que nunca, o desenvolvimento, a multiplicação, o aperfeiçoamento dos núcleos reorganizadores da produção, dos herdeiros directos da burguesia assambarcadora, das células produtoras e administrativas da sociedade em reconstrução: os sindicatos operários, as uniões locais de sindicatos, as federações de indústria.

Tal é a tarefa orgânica primária, da qual dependerá o encurtamento e suavização da crise revolucionária, maior certeza de vitória, maior eficácia de transformações sociais, a redução da necessidade e do perigo de uma ditadura, com a sua natural tendência para se perpetuar, sob uma forma ou outra, e para se apoiar numa espécie qualquer de burocracia e de militarismo.

IV

O segundo grau de preparação consiste na habilitação, tanto quanto possível, dos organismos sindicais para assumir o encargo que lhes está destinado, e na reùnião e compilação dos elementos de um plano geral de reconstrução.

Por volta de 1901, procedeu-se em França, entre as organizações operárias, a um inquérito, cujos termos pre-

cisos nos não ocorrem, mas que visava precisamente a dar àquelas organizações a consciência e a preocupação do papel a desempenhar.

Seria uma coisa a fazer agora entre nós, desse o resultado que desse. «¿Que faría no seu ramo de actividade e dentro da sua esfera de acção, êsse sindicato, essa união, essa federação, durante o período de reorganização social? Que elementos de produção tem ou poderia ter prontamente ao seu dispor? ¿Que necessidades tem que satisfazer? ¿Que lacunas lhe é necessário preencher? Etc.»

Não basta mesmo determinar, prever as formas que revestirá ámanhã a administração directa da riqueza social posta em comum. E' preciso estudar tambêm as fôrças económicas e as necessidades de consumo. ¿Que seria preciso produzir ou adquirir? ¿Quanto? Que matérias primas e instrumentos de trabalho existem e quantos seria necessário obter? ¿Que é que se poderia produzir em demasia? São alguns dos problemas a estudar desde já.

¿Tarefa árdua? Sem dúvida. Mas urge começar, embora toscamente. E' uma das missões das uniões locais de sindicatos e das federações de indústria, livres por certo de recorrer para cada caso especial às informações e conselhos de pessoas bem informadas, sejam ou não simpatizantes da causa proletária.

Sem êsse trabalho preliminar, bem difícil é elaborar um plano de conjunto. Podem apenas arquitectar-se fantasias de gabinete, que as realidades do momento desfarão como fumo ou tornarão letra morta. Uma sociedade em revolução é já de si extraordináriamente móvel e as próprias soluções achadas diante de cada necessidade prática caducam em vertiginosa sucessão. Os planos gerais minuciosos, os projectos de decretos com fôrça de lei prontos a vestir, quando muito, só terão a vantagem de oferecer às massas um programa, um alvo concreto, ou de nos revelar os intuitos dos seus autores. Mil elementos desconhecidos surgirão, de fora ou de dentro virão mil factos novos, a cada passo mudará o aspecto das coisas, os meios de realização, o ambiente da acção.

Não há, sem dúvida, partido que possa subsistir com um programa puramente destrutivo e negador. Se pre-

tende remodelar a sociedade, tem que estabelecer as bases dessa remodelação, delinear-lhe os contornos o mais nítidamente possível, conceber claramente os novos órgãos sociais, dar ao esfôrço transformador um farol bem visível e achar para a meta o caminho único ou melhor.

Mas há diferença fundamental entre as duas espécies de programas—libertários e autoritários.

Nos primeiros, a fôrça não figura senão como meio revolucionário e não se emprega senão contra a violência—do capitalismo, do Estado ou da contra-revolução,—contra a violência que procura manter ou restaurar a escravização das massas e impor-lhes criminosamente a vontade dûma minoria exploradora. No mais, um programa libertário não exprime senão o que um partido pretende lançar, pela fôrça do exemplo e da propaganda, no cadinho efervescente onde se elaboram as formas sociais. E' a acção livre duma tendência, é uma contribuição, não uma imposição.

Ao contrário disto, um programa ou plano autoritário é uma camisa de fôrças que uma facção pretende vestir à revolução ou à sociedade, seja embora com a convicção ou o pretexto de a salvar, em geral, porêm, com o resultado de a deter e de conservar sob novo disfarce a estrutura antiga.

Esta nefasta concepção jacobina da história e da evolução mostra ainda melhor a sua falsidade quando se exprime, sob pretexto de ideas práticas e concretas, em forma de decretos antecipados, como no opúsculo típico do sr. Carlos Rates—*A Ditadura do Proletariado* que, apesar de editado pela biblioteca do órgão da C. G. T. portuguesa, a título sem dúvida de imparcial estudo, esperemos não traduza de modo algum as aspirações dos trabalhadores organizados.

O trabalho do sr. Rates é bem a utopia autoritária e reformista em decretos de algibebe, quando os decretos nem feitos por medida e na ocasião se podem vestir à vida social—e à revolução muito menos—servindo apenas para dar as aparências duma obra nova e sistemática ao empirismo e à rotina dûma burocracia que procura instalar-se, dum partido que trata de governar ou travar os acontecimentos.

V

Tínhamos visto, no capítulo anterior, que a tarefa insurreccional não cabe de modo algum ao organismo sindical. Nem êsse órgão está talhado para tal função, que exige um instrumento pronto, flexível, desembaraçado. A própria greve geral, em situações revolucionárias, quando se pressente a hora, não definitiva, mas decisiva, quando a atmosfera social está carregada de electricidade e as vontades se afirmam no sentido duma transformação radical, a própria greve geral surge, estende-se, propaga-se por assim dizer espontâneamente, forçando a mão aos burocratas sindicais reformistas, arrastando os militantes tímidos ou hesitantes, impelindo os próprios revolucionários.

O sindicato entra em acção em se tratando de tomar conta da fábrica e de reorganizar a produção e a vida social. E quando dizemos o sindicato, não excluímos nenhuma das modalidades que possa tomar a organização dos produtores, para se adaptar à sua função expropriadora e reorganizadora. Não excluímos, por exemplo, os conselhos de fábrica e de camponeses, desde que conservem o seu carácter técnico, operário, económico, e coordenem a sua acção no sindicato e na união local. Constituídos no próprio lugar de produção, conhecedores do terreno e íntimamente ligados às pessoas e às coisas que nele operam, os conselhos podem tornar-se preciosos instrumentos técnicos, dando à acção sindical ao mesmo tempo maior amplitude e intensidade, maior elasticidade também. Mas dêstes conselhos nos ocuparemos adiante em capítulo especial.

Se a revolução tomar desde a primeira hora carácter expropriador, se a ocupação das fábricas e terras preceder a luta armada, armando-se mesmo os ocupantes para defender o seu direito, tanto melhor. A ocupação das fábricas não exclui a insurreição, mas dá a esta uma firme base económica e imensas facilidades de acção. Além disso, as massas pesadas e desarmadas não obstruem as ruas, nem são expostas inùtilmente à sanha canibalesca dos mercenários bem armados.

Nos momentos de luta, as multidões inermes só ser-

vem, as mais das vezes, para arrastar consigo os homens de acção, na onda desvairada do pânico. Na fábrica, trabalham para a revolução, generalizam o movimento, dispersam as fôrças inimigas; na rua, são mais um estôrvo do que um auxílio aos combatentes, insurrectos civis e militares, que tratam de ajustar contas com os janízaros e a guarda branca da burguesia e de impedir o restabelecimento da infame exploração capitalista.

De um modo geral: a massa dos produtores, no lugar de produção, trabalhando por conta de todos; os beligerantes, na rua, decidindo pelas armas a sorte da revolução; os incapazes de trabalhar ou de combater, em casa.

Mas assente que a organização sindical, na revolução, só é chamada na hora da ocupação da fábrica e do campo (hora que pode, aliás, ser a primeira), ¿é a ela e só a ela que pode ser confiada a reorganização da produção?

A pregunta não é supérflua, pois que, mesmo pondo de parte o conceito autoritário de reorganização social, confiada a um novo Estado, a uma nova burocracia centralizada e permanente, restam ainda alguns anarquistas que, sob a influência das doutrinas harmonistas, negam ao sindicato profissional a capacidade reorganizadora, reivindicando-a para os grupos anarquistas.

Esta teoria é aliás formulada dum modo tam impreciso, que não há verdadeiramente por onde se lhe pegue... Tendo a reorganização que ser feita com critérios técnicos, não se percebe a natureza daqueles grupos ao assumir esta missão, pois parece que de todos os modos deveriam ter carácter técnico, profissional.

Mas os harmonistas invertem precisamente o raciocínio. Líamos recentemente, numa transcrição dum periódico libertário madrileno feita por uma das nossas folhas de propaganda, que, sendo o sindicato uma arma de combate contra a burguesia, suprimido o poder desta, desaparece a razão de ser daquele. O sindicato ou morre, ou se transforma «sensívelmente» em grupo anarquista!... Ao autor do silogismo não ocorre que o sindicato é também um grupo profissional, e que hoje só por isso mesmo é que é arma de combate antipatronal. Quaisquer que sejam as suas transformações, o seu carácter essencial permanece.

Já vimos, porêm, qual é o pecado original desta doutrina—um falso conceito da revolução. Da revolução surge a Anarquia pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter. Suprime-se singelamente o período de transição, o período de verdadeira preparação anarquista.

VI

A revolução social destrói o privilégio político-económico da burguesia, isto é, os maiores obstáculos materiais que se opõem à preparação anarquista, à livre evolução para o comunismo libertário, e neste sentido pode dizer-se que a revolução, se for verdadeiramente social, é anarquista.

Mas é-o apenas virtualmente. No que ela tem de consciente e voluntário a revolução é obra, não exclusivamente da minoria anarquista, absolutamente insuficiente para a grandiosa tarefa, mas ainda dos socialistas revolucionários, dos revolucionários vagamente sociais e das massas semi-conscientes, para as quais o jugo capitalista se tornou insuportável. Restam ainda, e bem numerosas, as massas indiferentes, que aceitam os factos consumados e são incapazes de organizar uma contra-revolução, que aderirão mesmo passivamente e trabalharão com igual ou melhor vontade, mas serão evidentemente incapazes de colaborar activa e conscientemente na organização libertária da sociedade.

A minoria anarquista permanecerá, pois, minoria por muito tempo, seja qual for a rapidez dos progressos alcançados em melhores condições; e uma minoria não pode organizar a vida social senão pelo processo autoritário, ditatorial ou burocrático, sob formas declaradas ou hipócritas. Procedendo assim, os anarquistas deixariam de o ser, fôssem quais fôssem as suas boas intenções e a profundidade das suas convicções libertárias...

Não podendo os anarquistas por definição, impor as suas concepções, não querendo emancipar e organizar o povo, mas pretendendo que o povo se emancipe e organize directamente, restam-lhes duas formas de actividade, dois modos de influir no arranjo e funcionamento da convivência social.

Usando do direito de livre disposição dos meios de produção, de livre experimentação social, poderiam constituir vida àparte, procurando influir pelo exemplo na restante sociedade.

Sem excluir a necessidade de invocar êsse direito e de apelar para êsse recurso, onde e quando as tendências da maioria se tornassem inadmissíveis e intoleráveis, êsse sistema ofereceria, em geral, os maiores inconvenientes e perigos. O exemplo dado pelos anarquistas seria prejudicado, no seu alcance e eficácia, pelas dificiências e dificuldades do período reconstrutivo. Levaria tempo a produzir efeito, em quanto as massas ficariam abandonadas às influências deletérias das correntes autoritárias, que no próprio íntimo daquelas massas operariam sem freio nem empecilho, pondo em risco a liberdade dos anarquistas e de todos.

A outra atitude consistiria no prosseguimento, com fôrças e meios cada vez mais poderosos sem dúvida, da acção hoje exercida no seio da organização operária e da sociedade em geral. E é êste o processo mais natural, mais consentâneo com a evolução normal das sociedades humanas.

Dados os factores que interveem na revolução, mais início do que complemento da evolução para a anarquia; dadas as dificuldades do período reconstrutivo, devidas à péssima herança moral e material deixada pelo sistema capitalista; dada a necessidade de não interromper a vida social, sob pena de provocar a reacção popular—é manifesto que um partido, qualquer partido, é impotente por si só para reorganizar a sociedade, a não ser ditatorialmente, isto é, de modo apenas aparente e ilusório, abrindo caminho à contra-revolução.

E' pois, necessário apelar para a obra directa do povo, sejam quais forem as suas imperfeições, é preciso chamar os trabalhadores como trabalhadores, como faz hoje o sindicalismo para a luta antipatronal. E' preciso, em suma, reorganizar a produção com critérios técnicos. No fundo, afinal, vem a ser êste o processo mais libertário.

«... Não podemos, escreve Malatesta, considerar os sindicatos operários, feitos hoje para a luta contra os patrões nas condições impostas pela forma actual de pro-

dução e de comércio, como células da sociedade futura. *Mas isso não impede que êles possam ser de grande utilidade no período de transição* e especialmente durante a tormenta insurreccional. Pode-se dum golpe derribar e destruir o govêrno, podem-se expropriar os detentores da riqueza, mas não se pode de um dia para o outro reorganizar sôbre bases completamente novas a produção e a troca. Entretanto, a vida económica nas suas funções fundamentais não admite interrupção. E' preciso comer todos os dias, depois é preciso prover ao abastecimento das cidades, ao fabrico do pão, etc. E a satisfação destas necessidades, sem a qual a insurreição seria logo sufocada pela reacção do povo faminto, pode ser enormemente facilitada pelos sindicatos já organizados e prontos a continuar em vantagem de tôda a população o trabalho que êles já executavam por conta dos capitalistas».

E' muito provável que os sindicatos comecem desde logo a sofrer transformações, adaptando-se às necessidades do momento, quer quanto ao seu funcionamento, quer com relação aos objectivos dos seus esforços.

Naturalmente, será preciso abandonar nos primeiros tempos, alêm das indústrias e serviços inúteis e nocivos do capitalismo, os que não forem de primeira necessidade, concentrando-se todos os esforços e os meios de produção (combustível, máquinas, matéria prima, sementes, etc.) nos trabalhos urgentes, sobretudo na alimentação. Os campos e a agricultura devem ser a maior preocupação.

Mas a agrupação sindical subsistirá, mais vasta e poderosa, pelo alargamento das suas funções e dos seus efectivos. Compete aos anarquistas exercerem no seio dela tôda a sua actividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido afim de pesar com todo o seu pêso e obter em tôdas as soluções o máximo de anarquismo.

VII

Quando ouvimos falar em vida social organizada, durante o período revolucionário, por «grupos anarquistas», não podemos reprimir, confessamos, uma certa in-

quietação. Esses grupos, porventura mais de rebeldes do que de anarquistas, operando num meio ainda menos consciente, em parte expectante, se não desconfiado ou hostil, perante os embaraços em que se debate a revolução, fazem-nos irresistìvelmente pensar nos famigerados «revolucionários civis», nos «defensores da República», para não dizer na «formiga branca», e no correlativo descrédito da revolução e da coisa «defendida».

A luta embriaga, os ódios acumulados pela tirania cegam e desvairam. Entre a fôrça revolucionária como suprema necessidade de libertação — direito eterno do oprimido e do explorado — e a fôrça que de revolucionária se tornou por sua vez vexame, arbítrio, prepotência, certamente menos profunda que a anterior violência organizada, mas prepotência em todo caso, existe um limite que os revoltados insuficientemente iluminados por uma clara visão de liberdade podem transpor, entre os fumos inebriantes da pugna. A nobre paixão da luta pela emancipação colectiva pode então degenerar num espírito sectário, sincero mas estreito.

E', pois, necessário, definir desde já com a precisão possível a missão dos grupos de acção e das minorias propulsoras, que não querem «emancipar» o povo à fôrça e arrogar-se o direito de agir em nome dele, mas pretendem levá-lo a libertar-se e a gerir directamente as riquezas arrancadas à usurpação.

Concretizemos num exemplo: a questão do alojamento, ainda recentemente levantada na Itália por Xavier Merlino.

A revolução social suprime os direitos do senhorio e garante a cada trabalhador a posse tranqùila da habitação que necessita.

As dificuldades práticas surgem com o facto de estarem hoje péssimamente alojados quási todos os pobres, sem falar nos que de abrigo carecem inteiramente. E infelizmente, contràriamente ao cálculo optimista de Krapótkine, as casas desocupadas, embora incluindo os palácios sumptuosos, estão bem longe de bastar para instalar convenientemente a população das baiúcas insalubres, mesmo nas cidades mais consideráveis.

Portanto, em quanto os construtores civis não edificam habitações higiénicas e independentes em número

suficiente e não deitam abaixo os obscuros bairros mal-sãos, é preciso, para ir remediando, acomodar do melhor modo os habitantes nos prédios já existentes, devolutos ou não, procedendo-se aos arranjos e saneamentos urgentes e a uma redistribuição, tam equitativa quanto possível, das moradias habitáveis, com a menor quantidade que puder ser de mudanças e perturbações.

¿Mas como se há-de organizar tudo isso?

VIII

Se a revolução caísse no êrro ou na fraqueza de permitir a constituìção dum «govêrno provisório» ou «ditadura proletária», constituir-se-iam comissões de estudo e de estatística, juntas, comités e sub-comités, e alêm do tempo precioso (preciosíssimo em tempo de revolução) que se perderia em relatórios intermináveis, estudos de gabinete, estatísticas de secretaria e discussões ociosas, alêm das injustiças, favoritismos e descontentamentos que pululariam, teríamos o pêso e o perigo duma burocracia e duma centralização.

São, pois, os próprios interessados que devem tomar a coisa directamente em mãos. E' o que diz Krapótkine quando, na *Conquista do Pão*, atribui ao povo, reùnido por grupo de casas, ruas, bairros, o encargo de acomodar melhor os mal alojados. Mas contraditòriamente, ou pelo menos de modo ambíguo, prevê também, sem aliás pretender preconizar esta ou aquela forma de organização, que desde a primeira hora hão-de surgir «grupos de homens de boa vontade» para fazer o inventário das habitações vagas, higiénicas ou insalubres, demasiadamente vastas ou acanhadas para o número de ocupantes, e para distribuir os alojamentos disponíveis pelos moradores dos casebres inabitáveis.

¿Mas quem são êsses «voluntários»? ¿Quem lhes dá êsse direito? ¿Com que critério desempenharão a sua tarefa? Com que espírito? ¿O espírito de seita, acessível às suspeições, ou o espírito de justiça, que só vê homens e trabalhadores?

¿Quem nos garante contra as suas possíveis arbitrariedades ou faltas de tacto, incompetências ou violações, num assunto tam delicado como é a intimidade do lar?

¿Quem nos assegura que êles, julgando por aparências, impondo coabitações, ferindo sentimentos de família, não provoquem inúmeras revoltas íntimas, não fomentem o espírito de contra-revolução?

Não. A tarefa deve ser entregue aos próprios inquilinos, que, impelidos a agir directa e prontamente pelas minorias de iniciativa, agrupados por bairro, quarteirão ou rua, escolherão pessoas da sua confiança, provávelmente técnicos—construtores civis, arquitectos, engenheiros, higienistas, médicos, etc.—delegando neles as funções que não podem ser executadas por todos ao mesmo tempo.

Essas comissões, bem acolhidas naturalmente pelos inquilinos, organizarão a estatística das disponibilidades em aposentos livres, independentes e habitáveis, ou susceptíveis de fácil transformação nesse sentido. Farão listas das casas que é indispensável refazer ou destruir e dos indivíduos que é mais urgente instalar melhor. Relacionar-se hão entre si para um trabalho de conjunto. Elaborarão normas, uniformes na medida do possível, sujeitas à sanção e fiscalização dos inquilinos, e amplamente divulgadas.

Resolvida assim com critérios técnicos, sob a responsabilidade directa dos próprios inquilinos, a questão urgente do alojamento, é de prever que sejam reduzidos ao mínimo os descontentamentos, injustiças e susceptibilidades.

O mesmo se pode dizer de todos os demais serviços de produção, transporte e distribuição. Todos devem ser confiados aos próprios trabalhadores de cada ramo, que olharão sobretudo à económica organização do trabalho e não verão em cada um dos seus companheiros o homem de ideas, mas sim o produtor. Para êles, o trabalho é a senha que dá todos os direitos. Quem não trabalha, não come; mas quem trabalha, tem direito à vida, pense como pensar. Critério, aliás, profundamente libertário.

E não só pela vitória da tolerância para com as opiniões, idea essencial ao anarquismo. A revolução é destruidora; a técnica é construtiva e *innovadora*. A sua função, a sua tendência natural é facilitar e dignificar o trabalho, obter o maior resultado com o menor dispêndio de energia, aproveitar no seu máximo as fôrças brutas para reduzir ao mínimo o esfôrço do homem—cuja

liberdade se vê assim aumentada em tempo livre, necessidades satisfeitas, possibilidades de acção. Se, portanto, a revolução lhe desobstrui o caminho de obstáculos, livrando-a das peias da autoridade e do interêsse patronal, a técnica envereda espontâneamente pela senda da Anarquia, tanto mais segura e rápidamente, sem dúvida, quanto mais lhe iluminar o caminho uma minoria consciente.

O papel do anarquismo continuará sendo o que é hoje: tendência livre no seio do povo e das organizações, actuando sem coacção. Fermento da massa. Fôrça propulsora de todos os movimentos conscientes a caminho da liberdade. Motor da acção e organização directas populares. Fautor de iniciativas que não esperam ordens. Sentinela vigilante contra qualquer tentativa de restaurar a tirania abatida ou de a restabelecer sob o disfarce enganador de novas vestes.

A socialização

I. Socialização e nacionalização. Capitalismo de Estado: sobrecarga burocrática, trabalhadores duplamente escravizados, público mal servido. — II. A nacionalização como reivindicação operária. Os porquês da resistência patronal. Os projectos e ensaios em França, na Alemanha, na Áustria, na Inglaterra e nos Estados Unidos. — III Socialização e partilha. A pequena propriedade, preventivo anti-socialista. Na Roménia. Na Rússia tsarista e bolxevista. Comunismo forçado ou voluntário? — IV. Individualização da propriedade. A partilha é retrógrada e impossível. O sistema do «imposto único». O regime mixto de Merlino. Conclusões.

I

O fim da revolução social é a *socialização* da terra e dos instrumentos de trabalho, da agricultura e da indústria, assim como do poder político.

¿Mas que é a socialização?

Um dos meios de combater uma idea é adoptar-lhe a linguagem com a significação deturpada. E' a tática mais vulgar da burguesia e da sua máscara, o reformismo, contra os princípios mais fundamentais do socialismo ou comunismo.

Assim, hoje chama-se correntemente socialização à nacionalização ou estatização, ou em outros termos, à burocratização estatal ou municipal de qualquer indústria ou serviço. Coisas essencialmente diversas e diametralmente opostas.

Nacionalizar ou municipalizar não é garantir a todos o livre acesso aos meios de produção e de transporte, ao trabalho compensador e às utilidades produzidas pelo trabalho comum: é tirar a propriedade e a direcção da

produção das mãos dos capitalistas — isolados ou associados — para as entregar ao Estado (nacional ou municipal, digamos assim), que não é uma abstracção, mas é, muito real e verdadeiramente, muito concretamente, um pesado corpo burocrático, rotineiro, sugador, autoritário, que explora e vexa o «pessoal menor» e que se considera e se torna dono do «público», rindo-se com desplante dos interêsses destas duas desdenháveis entidades inferiores — em quanto elas se não revoltam com ímpeto e arreganho. Não se trata, pois, de socialismo nem de socialização: trata-se de capitalismo de Estado.

A êm do pêso da nova burocracia, há os encargos do resgate que é preciso pagar aos capitalistas «expropriados»... a fingir, os quais poderão empregar o preço recebido em novas explorações, para de novo outra «expropriação» lhes encher as algibeiras, e assim sucessivamente até à consumação dos séculos, em quanto o trabalhador-consumidor se sente cada vez mais sobrecarregado e mal servido, e os tubarões da finança especulam com as rendosas «expropriações»...

Um exemplo. «Tirai os caminhos de ferro à indústria privada — escreve Xavier Merlino (*Collettivismo, Lotta di Classe e... Ministero*) — e transferi-os para o Govêrno, quer seja o de hoje quer outro qualquer. Não tereis feito mais do que dar um novo patrão aos ferroviários e criar uma burocracia mais. Os actuais Directores de Sociedade anónima tornar-se hão Chefes de Secretaria, Chefes de Repartição. E' verdade que desaparecerão os accionistas: mas serão substituídos por portadores dos títulos de Dívida Pública emitidos para fazer face ao resgate. E o público será servido como agora ou pior. O que significa que as vias férreas terão sido colectivizadas *quanto à forma de administração*, mas socializadas é que não. Para que sejam *socializadas, não é preciso que sejam administradas colectivamente, mas é necessário que a indústria seja organizada com relação ao interêsse geral do público e dos ferroviários, e que o lucro que ela possa render em confronto com as outras se aplique, na medida do possível, em benefício da sociedade tôda.*

«O monopólio governamental das ferrovias nada resolve: não garante os ferroviários contra os maus tratos, e portanto não suprime a necessidade da organização dos

ferroviários para regular o contrato do trabalho; não oferece critérios para a equitativa fixação das tarifas e das outras condições dos transportes, de forma a impedir que os caminhos de ferro carreguem como um monopólio sôbre as outras indústrias.

«A *socialização* das vias férreas existirá quando esta indústria, subtraída ao monopólio privado ou governativo, for cooperativísticamente exercida, regulando-se os direitos dos trabalhadores e as relações entre êste e os outros ramos da produção, e quando, se de tais relações resultar uma vantagem, e por conseguinte um rendimento maior da indústria ferroviária sôbre as outras, esta vantagem redundar em favor da sociedade inteira.»

Aparte certas fórmulas exprimindo modalidades particulares do seu sistema ecléctico, Merlino estabelece aqui bem claramente a diferença fundamental entre os dois conceitos contrários.

Com a nacionalização, o poder do Estado fica enormemente acrescido; infla-se de embaraçadora hipertrofia a burocracia parasitária; o trabalhador torna-se dobradamente servo do Estado — como súbdito e como salariado. A indústria transforma-se numa caserna. E nem o trabalhador nem o público teem nisso a menor vantagem económica.

II

¿Mas porque é então que, em certos países, o operariado organizado reclama enérgicamente a nacionalização de certas indústrias—minas e transportes muito especialmente,—esperando dela o remédio à crise actual? ¿E por que razão se opõem os governos e os capitalistas a essas reivindicações?

A burocracía tradunionista e sindical, na Inglaterra e na França, oferece às massas impacientes êsse objectivo rebombante, mas oco, e fabrica miríficos planos de efectiva fiscalização por parte dos trabalhadores, de «participação» dêstes na gerência das indústrias...

E o patronato, naturalmente, resiste com espalhafato, quer directamente, quer indirectamente, por meio dos políticos e do Estado.

A intervenção, embora apenas teórica e ilusória, na administração das indústrias, repugna por certo, mesmo em princípio, à autoridade patronal, ciosa das suas prerogativas e encabritando-se instintivamente ante qualquer atentado contra o seu privilégio.

Mas há outras razões mais práticas e de circunstância.

Mesmo as corporações patronais que anseiam por uma nacionalização ou municipalização, com o mais pingue resgate que possa ser, é evidente que tratam de vender caro o seu peixe. São regras rudimentares da mais vulgar táctica mercantil. Resistem com denodo e santa indignação, elevando aos justos céus os mais veementes clamores contra o monstruoso esbulho, e assim esperam obter mais gordas compensações. E' da praxe.

Depois, pode muito bem suceder que uma dessas operações prejudique ou incomode realmente uma categoria, consórcio ou oligarquia, que tenha interêsses ligados com a indústria a nacionalizar. A burguesia, aliás unida contra o proletariado mal êste esboça uma oposição verdadeiramente revolucionária e de classe ou tendente a tornar-se tal, encontra-se também subdividida em grupos e camadas, com interêsses diversos. Se uma parte da burguesia se sente ou supõe lesada com uma reforma e tem suficiente influência sôbre o govêrno, é claro que impõe a êste a resistência.

Mas o facto de uma categoria burguesa ser favorecida ou desfavorecida em prejuízo ou em vantagem de outra, não significa que o proletariado lucre com o resultado da mudança. Sucede o mesmo com qualquer reforma eleitoral, financeira, alfandegária, com qualquer revezamento de partidos ou facções no queijo do poder: no seio da burguesia há luta vivaz, porventura sangrenta. O povo trabalhador entra amiúde nessas contendas, como comparsa inconsciente, berrando atrás dos trampolineiros da política. Não compreende a questão burguesa que se debate, mas fia-se nas interpretações que mais lhe alimentam a sua sêde de pronta melhoria. No fim, vence uma das fracções burguesas, mas para o proletário—noves fora nada.

Primando tôdas as outras, há enfim a grande razão do momento: o medo à revolução. Já o dissemos: neste instante, a burguesia opõe à mais simples e inofensiva

greve a mais implacável intransigência. Sabe-se como elas começam: como elas acabam é que ninguém adivinha. Em França, em tôrno da nacionalização dos caminhos de ferro como ponto de partida, estabeleceu-se uma grande agitação popular pela acção directa. Foi esta que levou as classes dirigentes à luta com furor. Temeram que os elementos mais activos e de iniciativa tomassem a direcção do movimento e visassem muito mais alto.

Entretanto, os governos não desprezam as negociações e as contemporizações. Fabricam projectos de nacionalização, respeitando «todos os interêsses», isto é, indemnizando fartamente os «direitos adquiridos».

Em França, o govêrno do ex-socialista barão von Millerand prepara qualquer coisa nesse gôsto. Na Alemanha, governada pelos inefáveis «socialistas» maioritários do Kaiser e de Noske, há já—no papel, pelo menos—uma lei de «socialização» (ler «estatização») da indústria do carvão, a qual é administrada por um Conselho Nacional, composto de representantes de patrões (!), dos altos funcionários das minas, dos negociantes, dos consumidores, dos peritos—e por fim dos operários mineiros! Um pau por um ôlho.

Na Austria oficial, entende-se por «socializar» a exploração por parte do Estado de grandes empresas em concorrência com os capitalistas da mesma indústria! (*Consigli d'azienda* e *Socializzazioni*, Ufficio del Lavoro e della Statistica del Comune di Milano).

Na Inglaterra, o govêrno nomeou, para estudar a questão do salário e horas de trabalho nas minas de hulha, uma comissão mixta, da qual saíu o «relatório Sankey». Nele concluem os delegados patronais e operários pela nacionalização da indústria—com resgate, é claro. Quanto à participação dos ferroviários na administração da sua indústria, há uma proposta tradunionista e uma contra-proposta governamental (*Obra citada*, páginas 106-115).

Nos Estados-Unidos, temos o projecto Plumb, aceito pelos ferroviários. O govêrno resgataria tôdas as redes existentes mediante obrigações com juro fixo e criaria uma Corporação, dirigida por um Conselho, cujos membros seriam eleitos: um têrço pelo Presidente da República, após voto conforme do Senado; um têrço pelos

agentes executivos e directores; o outro têrço enfim pelo pessoal subordinado. A essa corporação entregaria o govêrno a administração das linhas resgatadas, dividindo com ela os lucros. *(Obra citada*, pág. 115).

E se o povo se deixou fascinar por estes projectos, é porque teima em ser ludibriado.

III

Outras vezes, pelo contrário, confunde-se «socialização» com a idea de «partilha». E' aliás o velho êrro popular, segundo o qual o escopo dos socialistas e seus precursores teria sido sempre repartir entre os pobres os bens dos ricos e os bens da terra.

As classes dirigentes alimentam, evidentemente, êsse confusionismo. E nos últimos tempos, preocupadas com o contágio russo e com a situação revolucionária da Europa, tratam de distribuir ou de prometer distribuir terras pelos camponeses pobres, o que, sendo uma medida de conservação, tende a passar por uma concessão ao socialismo. Para completar a ilusão, às vezes faz-se entrar em scena a cooperativa, que é, em regime burguês, uma sociedade comercial como out a.

Assim, na Roménia, o medo da revolução russa levou os senhores, os boiardos, a pôrem à disposição dos rurais—mediante pecúnia, já se vê—dois milhões de hectares de terras de lavoira, tiradas dos latifúndios com mais de 100 hectares cultiváveis, e ainda 300.000 hectares da coroa e dos entes morais. O proprietário «expropriado» será pago em títulos do Estado de 5 °/o de juro, e o Estado adiantará no acto da expropriação 35 °/o do preço estabelecido, para ajudar o comprador. «A próxima ossatura social da Roménia—comenta um correspondente do *Temps*, o órgão máximo da burguesia francesa—lembrará de certo modo a que, no ocidente da Europa, faz a fôrça da França. Uma nação de pequenos proprietários é necessáriamente um baluarte da ordem europeia.»

Medidas análogas e com os mesmos intuitos são adoptadas ou prometidas em outros países, e até em Portugal há já duas «propostas de lei» para expropriar os baldios, formando com êles os «Casais Agrícolas dos Soldados

da Grande Guerra» ou entregando-os a cooperativas agrícolas.

A tentativa de opor ao socialismo uma barreira com a multiplicação da pequena propriedade rural já fôra levada a cabo na Hungria, antes da revolução comunista, e muito antes na Rússia, por duas vezes: em 1861, com a famosa burla da emancipação dos servos e da distribuïção de terras entre êles, por meio do *Mir* e mediante pesado resgate; e em 1906, com uma nova partilha de terras entre os camponeses, desta vez sem intervenção da comunidade de aldeia. Nenhuma destas reformas, aliás, deteve a proletarização das massas rurais.

Triunfantes em 7 de N vembro de 1917, os bolxevistas trataram logo de proclamar a abolição dos direitos dos proprietários, sem nenhuma espécie de resgate, ficando o solo, as alfaias, o gado e os edifícios à disposição da massa trabalhadora. O direito intransferível de uso efectivo da terra pertence aos que a cultivem directamente, sem auxílio do trabalho salariado, podendo ser concedido nessas condições às comunidades agrárias, às associações agrícolas, às organizações de aldeia, e por fim, aos indivíduos e famílias.

Embora encarregando «os órgãos agrários dos Sovietes locais e centrais» de desenvolver as empresas agrícolas colectivas, de preferencia aos casais de cultivo individual, por sêr aquele o sistema mais vantajoso para poupar trabalho e material, *para depois passar para o Socialismo*, os bolxevistas tiveram que fazer uma concessão ao espírito da pequena propriedade rural, na forma de direito de usufruto ou de posse individual ou familiar.

Fizeram-no sem dúvida por simples táctica, no intuito oportunístico, pois que miram a uma agricultura centralizada, como grande administração do Estado.

Os anarquistas fa-lo-iam sobretudo como aplicação do seu método de liberdade, que julgam o único eficaz. Se o fim da revolução é essencialmente abolir o monopólio da riqueza e do poder e tornar impossível a exploração do labor albeio, garantindo a cada um o livre uso dos meios de produzir, nenhuma coacção poderiamos exercer sôbre quem reivindicasse o direito ao usufruto duma nesga da terra, desde que a amanhasse por suas próprias

mãos. Do contrário, provocaríamos uma reacção mortal, apoiada nos próprios princípios da revolução.

Temos que confiar tudo à influência do exemplo e às coacções naturais da vida. A vida precária e trabalhosa do usufrutuário individual, diante das vantagens e produtividade do esfôrço colectivo e do comunismo, em breve o convenceriam de que a maior soma de liberdades está na solidariedade.

IV

Receosa das tiranias colectivas, uma escola individualista, aliás sem influência alguma no movimento operário, entende que o único meio de assegurar a cada um a liberdade, a completa independência material, é dar-lhe a posse exclusiva dos meios de produção indispensável à sua própria subsistência. A solução do problema social estaria, pois, em tornar todos proprietários.

Se isso fôsse praticável, teríamos que abandonar as vantagens da grande produção intensiva e regressar ao trabalho isolado e à indústria doméstica, de produtividade infinitamente inferior. O indivíduo seria porventura independente da colectividade, mas seria escravo do seu absorvente labor material e das suas necessidades insatisfeitas — e assim a liberdade almejada ficaria comprometida *pelo lado economico*.

Mas uma partilha equitativa é impossível. As terras e os outros meios de produção variam imenso quanto à fertilidade e à capacidade produtiva, quanto às facilidades de laboração, quanto à situação topográfica, em relação às vias de comunicação e aos centros populosos, etc. Desde logo começaria a luta em tôrno dos melhores bocados; os vencedores, os favorecidos tratariam de manter e consolidar a sua posição, de se armar contra os vencidos—e a liberdade sossobraria *pelo lado politico*.

Podemos conceber, é certo, um progresso tal da técnica, uma tal universalização da fôrça motriz, tal adiantamento da química agrícola e dos meios de transporte, que o trabalho isolado se torne tam produtivo como o colectivo, que as terras se igualem em fertilidade e boa posição e o indivíduo se baste a si mesmo.

Mas isso supõe precisamente um enorme esfôrço colec-

tivo anterior, um grande desenvolvimento da cultura social e da preparação técnica, um largo espirito de solidariedade—o que significa pôr de parte a solução individualista imediata, que nos levaria à meta oposta.

Agora, não podemos edificar sôbre hipôteses e esperanças. Temos que construir com os materiais existentes e com as possibilidades próximas.

Para igualar as posições e os pontos de partida, propõe-se ainda outro meio, que não pode, porém agradar a individualistas ciosos da liberdade e inimigos do Estado, como não agrada a nós. E' o sistema de Henry George, que ainda hoje conta alguns adeptos.

Por meio dum "imposto único" ou taxa de arrendamento, proporcional ao valor produtivo dos terrenos, a colectividade avocaria a si a chamada *renda económica*, ou seja o que uma terra, para um trabalho e uma extensão iguais, produz acima do que rende o terreno pior.

Há uns vinte anos, Merlino propunha a extensão dêste sistema a tôdas as indústrias, com excepção de algumas, poucas, que a colectividade, proprietária do solo e dos grandes meios de produção, transporte e distribuição, organizaria por sua conta.

Para atenuar o arbítrio governativo na fixação das rendas, os meios de produção não nacionalizados seriam postos em concurso, isto é, concedidos a quem melhores condições e garantias oferecesse, sendo preferidas a associações em igualdade de circunstâncias.

Mas, apesar de tôdas as precauções democráticas, não se vê como se evitaria o mal burocrático, o favoritismo, os concluios, as negociatas, a formação de privilégios e especulações e de facções para os defender—e não se vê como seria garantido a cada um o acesso aos meios de produção.

Em conclusão, o modo prático de realizar a socialização não é nacionalizar nem partilhar. E' juntar, pôr em comum, deixar indiviso—e confiar a produção ao trabalho colectivo e organizado.

A questão está em encontrar e levar a cabo um modo de funcionamento, uma forma de organização, capaz de garantir ao produtor a liberdade de escolher a ocupação ou associação, ao consumidor a escolha do produto, a todos a satisfação das suas necessidades, a cada um o uso gratuito dos meios de produzir e as liberdades essenciais.

A organização comunista

I. A quem devem ser entregues os serviços públicos comunistas. As garantias do público contra os egoismos corporativos.—II. As garantias individuais contra as compressões ou incúrias colectivas. Os direitos fundamentais do indivíduo, como consumidor e como produtor, numa sociedade comunista.—III. Objecções autoritárias. A liberdade, suprema educadora e correctora.—IV. Objeções concretas As normas, por livre acôrdo. Conflitos irredutiveis de opiniões em realizações práticas. A «lei das maiorias». As ocupações que ninguém procuraria.—V. Comunismo e colectivismo. Um pouco de história destas palavras.—VI. As dues fôrmulas, a colectivista e a comunista; sua critica.—VII. O que se poderá obter, em matéria de distribuição de produtos, da sociedade em revolução.

I

A revolução deve desde logo socializar e transformar em *serviços públicos* todos os ramos da produção, transportes e distribuição indispensáveis ao funcionamento duma sociedade moderna. E como órgãos ao mesmo tempo gerentes e executores dêsses serviços, não vemos senão as respectivas associacões de trabalhadores—agrupamentos locais, união local dêsses grupos para as indústrias que operam, ou em quanto operam, na localidade (produção, armazenagem e entrega de subsistências e artigos de vestuário; construção civil; viação, iluminação e limpeza urbanas; serviços de saúde e de ensino, etc.); federações de indústria, de secções locais e de uniões de sindicatos para os serviços federais, como os caminhos de ferro, a navegação marítima, a aviação, os serviços telegráfico-postais, etc.

Esses grupos produtores poderão revestir novas e variadas formas, porventura inteiramente imprevistas, adequadas às necessidades da revolução e seguindo as transformações da fábrica, os grandes deslocamentos das fôrças do trabalho; mas, se quiserem tornar efectiva a socialização, conservar de facto a gerência directa da produção e fazê-la aproveitar igualmente a todos, não permitirão que se lhes sobreponha uma superfetação política qualquer por mais proletária que se intitule.

Os órgãos económicos serão simultâneamente órgãos políticos ou administrativos: a primeira entidade económica será a unidade política, como se dizia na velha Internacional federalista. Haverá certamente que dar delegações de trabalho; mas a ninguêm se deverá abaddonar o poder de fazer leis e de as impor. Disto, porêm, nos ocuparemos mais largamente noutro tomo.

— Mas, objecta-se, ¿quem garante o público contra o monopólio de facto exercido por cada uma das associações? ¿Quem impede que a associação produtora cuide primeiro das suas comodidades e interêsses corporativos e descure as necessidades e preferências do consumidor, impondo-lhe produtos inferiores e insuficientes?

Quem? O próprio público, que é ao mesmo tempo trabalhador e que compõe todas as associações produtoras. O próprio público, que é o senhor dos meios de produzir e de quem cada grupo produtor recebe apenas uma delegação de serviço. ¿Ou quererieis que fôsse um govêrno, o qual ao impor ao trabalho dos outros as suas normas, trataria sobretudo de si próprio e dos seus apaniguados e serventuários?

O verdadeiro monopólio (quando empregamos esta palavra, não o fazemos, em geral, no sentido legal de exclusivo de fábrico e de venda, garantido por lei) é o monopólio de facto, exercido por um pequeno grupo de detentores efectivos dos meios de produção, contra um público na sua maioria proletário, privado de quaisquer instrumentos de trabalho e de eficazes meios de defesa. Por outro lado, os saláriados que nesse monopólio trabalham, como simples instrumentos, não teem nele a menor ingerência, nem dele tiram o menor proveito.

Na sociedade comunista, são os próprios gerentes-tra-

balhodores das associações que constituem todo o público, cujas unidades se encontram em pé de igualdade.

Assim, cada sócio da associação que porventura desatendesse o interêsse do público, em breve se aperceberia, como consumidor, das danosas repercussões dêsse egoísmo de vista curta.

Demais, se êle, como consumidor, depende das demais corporações, de tôdas elas depende igualmente para a produção, na extrema complexidade do trabalho moderno, aquela que é membro. Esta não poderia trabalhar sem o concurso e a boa vontade dos que extraem a matéria bruta da sua indústria, dos que a submetem a variadas transformações antes da laboração definitiva, dos qne a transportam, dos que lhe constroem as instalações, dos que a fornecem de máquinas e combustivel, etc.

Se desta interdependência e solidariedade se esquecesse, o produtor-consumidor bem depressa oprenderia à sua custo as vantagens individuais e sociais do bom acôrdo e a necessidade de bem servir o público—que é precisamente o conjunto dos trabalhadores associados.

Na maioria dos casos, aliás, bastaria a pressão da opinião pública, bem mais homogénea do que hoje, feita por homens em igualdade de circunstâncias, constantemente estimulada e esclarecida pelos espiritos mais livres e empreendedores. Hoje mesmo, apesar da multiplicidade de interêsses antagónicos, produzindo mil correntes que se contrariam e anulam, apesar da fraqueza do povo, desarmado em todos os sentidos, ¡quantas vezes os movimentos de opinião não alcançam, sem violência, esplendidos triunfos!

II

A garantia última e decisiva é o direito que, numa sociedade comunista, todos teem de entrar em cada uma das associações produtoras e de se servir dos instrumentos de trabalho que ela maneja. Se êste direito não existisse em definitiva por trás de todos os meios de defesa de que dispõe o público, êsses meios acabariam certatamente por perder a sua eficácia,—como a perdem hoje os protestos e movimentos populares, desde que a opressão esteja convencida da impossibilidade material da insurreição armada.

Sob pena de não estarem socializados os meios de produção, nem abolida a autoridade, o sindicato, o grupo profissional do futuro tem de ser *aberto* e de não possuir exclusivamente os meios de produção. Cada um, *se quizer*, deve *poder* mudar de profissão ou até pôr-se a produzir individualmente. Quando, por exemplo, a união local tiver ultrapassado o ponto *optimum*, deixando a grandeza da associação de ser útil para embaraçar pela complexidade, fugindo à apreciação individual, os que assim o entenderem devem *poder* construir ao lado outra federação ou comuna.

Essa liberdade não significa... obrigação de variação e instabilidade, como a liberdade no amor não quere dizer instabilidade nas uniões, obrigação de mudar de amores. Pelo contrário, para bem da prole, para bem da humanidade, convém que a união sexual seja duradoura, e é justamente nesse interêsse e para êsse resultado que é necessário que a provoque uma necessidade económica ou qualquer coacção ou motivo alheio a uma atracção sincera; e que a não mantenha e prolongue outro laço senão o amor recíproco e o amor da prole, a comunidade de íntimos sentimentos e a consciência profunda do fim educativo do lar.

A voluntariedade é a melhor e a mais sólida garantia da união e do afecto.

Na vida social, é também o único método de determinar o valor e a medida das associações, o único modo de satisfazer as aptidões, a forma única de administração directa das coisas pelos produtores.

Para defesa do público, bastarão por certo os meios que tinhamos apontado: a fôrça da opinião pública numa sociedade igualitária e a interdependencia das associações e dos indivíduos, quer como produtores, quer como consumidores. E bastarão com tanto maior segurança, quanto mais certo e efectivo fôr o direito, para todos e para cada um, ao livre uso dos meios de produzir e o franco acesso às associações produtoras.

Esses direitos são a base duma sociedade comunista, que sem êles degeneraria em monopólio e constituïção antoritária.

A sua presença, a sua possibilidade sempre iminente seria em geral suficiente para chamar os indivíduos e as

associações à consciencia do respeito devido ao interêsse público, como na actual sociedade de violência a simples ameaça realizável de revolta bastaria para refrear os furores da tirania.

Mas não se trata apenas de garantir os direitos do consumidor, inclusivè o de se fazer compreender pelo exemplo prático e de obter o produto que não sabem fabricar-lhe.

É a livre escolha de profissão, é a liberdade e iniciativa do trabalhador que é preciso assegurar por meio daqueles direitos basilares, ou se preferem, constitucionais — não codificados, mas de facto.

Entretanto, a necessidade de variar os trabalhos, de mudar de profissão, para fugir à monotonia da ocupação constante, ao pêso da labuta excessiva, ou para corrigir um êrro de vocação, é grandemente contrabalançada pela fôrça dos hábitos profissionais adquiridos, pela perícia que aligeira a faina e diminui o esfôrço, e nos afeiçoa aos gestos costumados.

A variedade, sem dúvida, é o melhor dos descansos. A imobilidade, a não ser no sono, é em geral sinal de doença ou de excessiva fadiga (intoxicação); a variedade repousa, porque equilibra pelo uso alternado dos órgãos.

Mas nós teremos, no período reconstrutivo, que é o que hoje mais nos interessa, os trabalhadores legados pela sociedade actual, infelizmente pouco aptos para variar. Mais tarde, com uma justa divisão do trabalho com o auxílio generalizado e poderoso das máquinas, com a extinção da parasitismo e dos trabalhos inúteis, a produção do necessário tomará a cada um cada vez menos tempo, deixando-lhe largas horas livres. O progresso caminha paralelamente ao número destas horas. Durante elas, satisfará cada um as suas necessidades intelectuais, morais, recreativas, artísticas, etc., ou mesmo económicas secundárias. Assim poderá variar as ocupações, empregar de mil modos a sua actividade, aliar o trabalho intelectual ao trabalho manual. É então aqui o cada vez mais vasto domínio das associações instáveis, flexíveis, ligadas por afinidades de tôdas as espécies.

Já hoje vemos essa divisão natural. Ao lado dos sindicatos, que não representam tudo, mas representam os interêsses fundamentais da vida, há os grupos de ideas,

as inúmeras associações mais maleáveis, que se ocupam da vasta vida moral, intelectual, estética, afectiva da sociedade.

No futuro, supomos que se manterá a mesma divisão: para os sindicatos, abertos em todo caso, os *serviços públicos;* para os outros grupos o resto, bem importante, da vida social.

III

Os mesmos que, esquecidos do verdadeiro monopólio exercido pela burguesia e garantido pelo Estado, se fingem preocupados com o exclusivo que, em prejuízo do interêsse público e das liberdades individuais poderiam vir a firmar sôbre os meios de produção as associações trabalhadoras, autónomas mas interdependentes, êsses mesmos lançam em seguida gritos de pavor, quando se lhes diz que tais associações seriam livres e abertas e que cada indivíduo pertenceria o direito de se servir dos anstrumentos de trabalho—base essencial duma sociedade ique a si própria se administra.

—¡Seria a balbúrdia, o caos, o trabalho estorvado, a desorganização, o amontoamento, a asfixia!

¡Como se a autoridade, o govêrno fôsse realmente o árbitro e regulador imparcial de conflitos e desarmonias, o organizador da justiça e da ordem, e não pelo contrário o esteio e criador de privilégios e de confusão, o supremo estorvador! ¡Como se êle, por sua natureza e posição, não tendesse a alhear-se cada vez mais da produção e do trabalho, a tornar-se cada vez mais incompetente para estabelecer normas aplicáveis!

Mas há criaturas que na liberdade de facto apenas distinguem perigos e inconvenientes e na autoridade sòmente enxergam vantagens e seguranças. Essas almas tímidas receiam *dar* a todos a liberdade, mas não hesitam em a confiar a poucos, bem armados de poderes e sanções!

O que não obsta a que essas boas almas se esfalfem depois em permanentes protestos contra o que elas càndidamente supõem abusos de poder, improbidade de políticos, erros de ofício, miúdo defeito na máquina, e improfìcuamente se consumam na troca de homens ou instituïções governamentais, na substituïção de tabuletas e de emblemas.

¿Tem os seus inconvenientes a liberdade? Certamente. Infinitamente menos do que a autoridade, mas tem-nos. Esses inconvenientes, porém, encontram o seu único freio e correctivo na própria liberdade.

Os erros dos homens livres são de sua própria conta e risco. Servem-lhes de lição, como ao experimentador os mil ensaios infelizes que procederam a invenção.

Mas a autoridade erra muito mais, sobretudo em prejuízo dos interêsses dos seus administrados, e erra sempre, às cegas, irremediávelmente, por fatalidade congénita. E o que, na liberdade e para a liberdade, é lição, preciosamente recolhida e aplicada, na autoridade e para a autoridade, é obstinação e capricho. O prestígio, de que necessita para se manter, veda-lhe a confissão e a emenda, A Razão de Estado ordena-lhe que se entrincheire na infalibilidade e na inflexibilidade.

Sob pena de suícidio.

IV

O facto de existir, como fundamento basilar duma sociedade livre (livre práticamente, e não apenas na letra dos códigos), o direito individeal ao uso gratuito dos meios de produzir, assim como não impede a associação, não obsta tampouco ao estabelecimento, por meio de pactos voluntários, de normas que tornam viável e sem atritos o exercício dêsse direito, harmonizando-o com o interêsse público, de que êle é precisamente a suprema garantia.

E o indivíduo de bom grado se conforma com essas regras, livremente aceitas e sempre modificáveis de acôrdo com os seus ensinamentos da prática, porque, desde que o seu direito lhe está positivamente garantido, e não só teóricamente afirmado, desde que o pode exercer de facto, o seu maior empenho é o funcionamento normal do trabalho e da sociedade, dada a interdependência de interêsses que já examinámos.

—¿E se não se tratar de simples normas de organização, mas duma obra concreta, que não comporte duas soluções simultâneas? Havendo duas opiniões irredutiveis, que vontade deve ser sacrificada? A da minoria? Ou fica a obra por fazer?...

—Provávelmente, por necessidade de acôrdo, a maioria, desprovida de quaisquer meios de coacção, fará tôdas as concessões e oferecerá tôdas as garantias para obter a adesão e concurso da minoria, e esta. não por obrigação mas por aquela mesma necessidade, acabará por ceder à satisfação do maior número, tanto mais que, entre uma obra realizada. embora não inteiramente a nosso gôsto, e coisa nenhuma, sempre é de mais vantagem a primeira...

—¿E se o projecto da maioria fôsse, na convicção dos adversários, uma verdadeira calamidade, um mal absoluto?

—Para dizer a verdade, desatinos pcr incompetência e calamidades públicas... para beneficio particular, isso costumam hoje praticá-lo os governos, com obstinação e freqüência, contra todos os avisos e discussões—a não ser que haja resistência séria da banda dos governados.

Esperemos que os homens livres e iguais, administradores directos dos seus próprios interêsses, sejam mais razoáveis e previdentes, e que entre técnicos e interessados directos que discutem obras concretas, não surjam divergências tam diametralmente opostas.

Entretanto, é claro que a minoria teria sempre o direito de negar o seu concurso, e no caso de esta recusa não impedir a consumação do mal, restar-lhe-ia a consolação de esperar do tempo a sua justa desforra, e a correcção do êrro, se fôsse remediável. Hoje, nem isso: em tôrno de cada *êrro* consolidam-se tantos interêsses privados e oligárquicos, que se torna impossível mudar de rumo...

—Mas, afinal, os anarquistas sempre obedecem na prática à lei das maiorias...

—Perdão! Não se trata duma lei imposta, mas dum expediente racional, voluntáriamente aceito. Demais, o que nas democracias se chama «lei da maioria» vem a ser de facto a lei duma pequena minoria. Desde que haja delegação de poderes, por mais genuíno, sincero e cercado de garantias que seja o sufrágio, o resultado, coado através dos partidos, regionalismos e interêsses contraditórios, das mil subdivisões eleitorais e parlamentares, é sempre, fatalmente, a lei imposta por uma minoria.

—Falais da livre escolha da profissão. ¿Mas se as vo-

cações e desejos individuais não correspondem às necessidades sociais da produção? ¿Se alguns serviços carecerem de braços, que sobejam pelo contrário noutros mesteres? Como não há o engôdo do maior salário, nem a autoridade patronal para fazer cortes...

—Estudar-se hão os motivos da falta de concorrência de braços, melhorar-se hão, sob o ponto de vista técnico e higiénico, as ocupações menos procuradas, ou reduzir-se hão as horas de trabalho. Depois, os progressos da mecânica, da higiene e da organização do trabalho tenderão constantemente a suprimir as diferenças de dificuldade, pêso e salubridade entre as profissões.

E em quanto, apesar de tudo, um serviço indispensável e insubstituível continuar deserto, há sempre o recurso da cooperação, por turnos, de todos os interessados.

O que ninguém quizer fazer, não terá remédio senão ser feito por tôda a gente válida, se se trata duma verdadeira necessidade comum.

V

A palavra «comunismo» tem atravessado várias vicissitudes. Quando, em 1848, os comunistas se reúnem em Londres e encarregam Marx de elaborar o célebre «Manifesto do Partido Comunista», com essa designação procuram êles distinguir-se dos vários «socialismos» suspeitos, que então floresciam entre a pequena burguesia e nos meios conservadores, e até nos salões aristocráticos. Mas êste comunismo tem a significação genérica de socialismo, não se referindo ao problema da distribuïção dos produtos, e os seus métodos de realização são os autoritários, a conquista dos poderes públicos.

Setenta anos depois, reatavam os bolxeviques a tradição marxista, tratando de se separar nítidamente da chamada II Internacional e do desacreditado reformismo social-patriótico. O exemplo foi seguido pela extrema esquerda do socialismo democrático internacional, e neste momento há em todos os países «Partidos Comunistas».

Coisa análoga tinham feito, pouco antes da grande guerra, os anarquistas italianos, que abandonaram a designação de «socialistas», pelo temor de desastrosas con-

fusões com o socialismo corrompido até à medula pelo parlamentarismo. Mas, passando a dizer-se «comunistas», deram a esta palavra a mesma acepção lata em que tinham empregado aquela que deixaram.

Hoje, acentua-se mais ràpidamente a tendência para dar ao termo a significação genérica de sociedade em que os meios de produção estão socializados ou comunizados, independentemente da forma como são distribuídos os produtos em relação com o trabalho.

Na primeira Internacional, porém, dando-se o nome de colectivismo ao sistema que propugnava a formula «a cada um o produto do seu trabalho», veio a distinguir-se com a designação de comunismo o sistema cujo síntese doutrinária era: «de cada um segundo as suas fôrças; a cada um conforme as suas necessidades».

A princípio, eram os anarquistas todos colectivistas; mas os militantes italianos, Cafiero, Malatesta, Covelli, Costa, acharam que o problema distributivo tinha uma solução mais equitativa e fraternal, ao mesmo tempo mais adaptável ao funcionamento duma sociedade anarquista: era a fórmula comunista. No Congresso de Florença era ela adoptada pela Federação italiana, e os dois delegados (Malatesta e Cafiero) ao Congresso Internacional de Berna (1876), faziam no *Boletim da Federação Jurassiana*, a propósito de certas omissões no relato das sessões, uma declaração de princípios, que concluía dêste modo:

«3.º A Federação italiana considera a propriedade colectiva *dos produtos do trabalho* como complemento necessário do programa colectivista, sendo o *concurso de todos para satisfação das necessidades de cada um* a única regra de produção e de consumo que corresponde ao princípio de solidariedade.»

A nova doutrina triunfava ràpidamente. Depois, Krapótkine, que viera fixar-se na Europa Ocidental em 1878, fundando em Genebra *Le Révolté* no ano seguinte, deu-lhe amplo desenvolvimento, divulgando-a pela França e por intermédio da França, sob o nome de comunismo.

O entusiasmo pela formula comunista de distribuïção levou os anarquistas amiúde a considerá-la como a característica principal do socialismo anarquista, embora os colectivistas continuassem sendo numerosos no anarquismo, sobretudo na Espanha. As discussões entre anarquis-

tas e socialistas democráticos (colectivistas quási todos, mas não todos) versavam geralmente sôbre esta questão, e as palavras «comunismo» e «colectivismo», que deviam empregar-se apenas no sentido económico, acabaram por se aplicar respectivamente ao «anarquismo» e ao «Estado socialista».

Os comunistas chegaram, em geral, a repelir a união com os próprios colectivistas anarquistas.

Os introdutores da fórmula comunista na Itália e na Internacional compreenderam melhor a essência do anarquismo. Em 1889, tentaram promover uma Internacional libertária, que intitulavam Socialista Anarquista Revolucionária, sobretudo para dar entrada aos colectivistas antiautoritários. Continuavam crendo que «o regime colectivista não poderia corresponder ao conceito de justiça e de solidariedade que nos anima não só a nós, mas aos próprios colectivistas; que êle não poderia funcionar sem um complicado mecanismo que, sob outra forma, reproduziria o Estado; que êlle estaria condenado a transformar-se mais ou menos rápidamente em comunismo ou a recair no burguesismo. Mas como o regresso ao privilégio e ao salariado seria impossível moralmente por causa da revolução moral que necessáriamente havia de acompanhar a revolução económica, e materialmente pela anarquia, isto é, pela ausência de govêrno, que está fora de discussão tanto para uns como para outros, assim parece, que não ha nada que temer duma experiência, que aliás não poderíamos impedir e que, seja também dito, pode em certas circunstâncias e em certos países, ajudar a vencer as dificuldades dos primeiros momentos».

O que os preocupava acima de tudo era o método, pois «em sociologia e em topografia não vamos aonde *queremos* ir, mas aonde nos leva o caminho que tomámos. Para constituir um partido é necessário e sufficiente que se tenha o mesmo método. E o método, isto é, a conduta prática que os socialistas anarquistas revolucionários pretendem seguir, é comum a todos, comunistas ou colectivistas.» (*L'Associazione*, Londres, 30 de Nov. de 1889).

Inscrevendo na sua bandeira «socialismo anarquista», indicavam os pontos essenciais: socialização efectiva dos meios de produzir; livre organização e livre axperimentação social.

VI

Tomada à letra, a fórmula colectivista é naturalmente impraticável. *A cada um o produto do seu trabalho*, ou *segundo o seu trabalho*. ¿Mas como se há de destrinçar, na extrema complexidade e emmaranhamento da produção moderna, a parte que cada um toma na elaboração do produto? ¿Como se há-de obter para isso uma medida comum, se o trabalho individual varia de intensidade, de valor e de esfôrço na unidade de tempo? ¿E como se há-de determinar, portanto, um valor de troca?

O lema; porém, é susceptível de outra interpretação. Ele afirma, no seu íntimo, o direito do produtor a gozar o fruto integral do seu esfôrço, a não se deixar explorar, a repelir o crime de parasitismo. *Aos trabalhadores e só a êles, o produto do seu labor.* Ou, segundo a tradução russa: *quem não trabalha: não come.*

Rejeitando do seu seio o ocioso, negando-lhe as suas vantagens e garantias sociais, a sociedade nova não exerce violência alguma, pois a ninguem recusa o direito ao trabalho, e à disposição de cada um põe os meios e instrumentos necessários. O trabalho não é uma imposição do homem sôbre o homem, é uma necessidade natural; e o ser válido que a êle se subtrai, descarregando-o sôbre os ombros dos restantes membros da comunidade, —ainda que o seu parasitismo não vá, como hoje, até ao do capitalista, que límita a produção e mantem um estado de constante carestia, — pratica um acto anti-social contra o qual a comunidade se acha em estado de legítima defesa. Nem lhe cabe levantar a mínima queixa, em vista do seu direito ao uso dos meios de produzir, que lhe permite ir trabalhar à parte e a seu modo, só ou com os seus seguidores.

A fórmula comunista é, sem dúvida, infinitamente mais justa e livre. O sentimento da sua justiça superior é, aliás já antigo nas sociedades, e no seio delas tem recebido aplicações fragmentárias ou impuras, apesar dos privilégios reinantes, apesar das situações e sinecuras de favor apesar do parasitismo burocrático.

De cada um segundo as suas fôrças: é a expressão do trabalho voluntário. Entretanto, é preciso adaptar o es-

fôrço colectivo às exigências da produção para que sejam satisfeitas as necessidades gerais, e então pode chegar o momento em que, embora tendo sempre em vista as fôrças de cada um, é necessário pedir um sacrifício suplementar, que não pesará exclusivamente sôbre uma classe de homens, mas será equitativamente distribuido por todos menos pelos incapazes.

A cada um segundo as suas necessiddades: é a expressão da igualdade. Desigualdade seria satisfazer do mesmo modo, com igual ração, necessidades desiguais.

Mas é evidente que se trata das necessidades comuns, para cuja satisfação a comunidade organiza os serviços públicos. As necessidades individuais são ilimitadas, se a sociedade pretendesse satisfazer tôdas as necessidades particulares e restrictas, as secundárias e as de fantasia, as que não são gerais ou em quanto o não são são, prejndicaria certamente a produção essencial e pediria aos seus membros um esfôrço excessivo. Essa tarefa deve ficar entregue à iniciativa, cooperação e labor dos próprios interessados, fora da quota-parte de serviços que tomaram o empenho de prestar à comunidade.

Em conclusão e resumindo tudo: quanto maior for a abundância, mais fácil será a aplicação da fórmula comunista. Mas a abundância tem a nova sociedade que a criar (e só ela a pode criar), exigindo sacrifícios ao trabalho e restricções ao consumo. A sociedade burguesa deixa-nos uma péssima herança.

Colectivismo? comunismo? (Repetimos que, em tôdas as nossas considerações neste trabalho, temos sobretudo em vista o período revolucionário e o de reconstrução, e não a sociedade comunista na plena posse dos seus meios).

Na sua construção ideal, Pouget e Pataud (*Comment nous ferons la révolution*) põem um e outro sistema: os produtos de primeira utilidade são distribuídos conforme as necessidades (*comunismo*) e os outros são provisóriamente adquiridos por meio duma taxa suplementar de trabalho (*colectivismo*), até se tornarem abundantes. E é bem possível que assim venha a ser, e até que variem as soluções de lugar para lugar.

Como são possíveis outras soluções mixtas, em que o comunismo, a principio reduzido (porque os próprios

produtos de primeira utilidade podem escassear), se irá gradualmente alargando, desde que não subsista um poder capaz de impôr a sua vontade e os seus interêsses do bando.

Os anarquistas, evidentemente, esforçar-se hão por introduzir na nova organização social a maior soma possível de comunismo.

Dado, porêm, que não possam ou nem achem conveniente tentar experiência à parte, difícil lhes será desde logo induzirem os trabalhadores à prática do comunismo, sobretudo no interior de cada comuna. Produção insuficiente; necessidade dum trabalho intenso para a levantar; profunda e indignada revolta moral contra o parasitismo, mesmo sob a simples forma de ociosidade; receio quanto à boa vontade e lialdade dos elementos sabios, das escórias provenientes da sociedade burguesa, com os seus hábitos de preguiça, o seu desamor à boa execução da obra, as suas facilidades, o seu *far-niente* burocratico, a sua boa-vida de intermediários e especuladores — são alguns dos obstáculos, porventura insuperáveis.

O trabalhador objectará:

— Os produtos não chegam. É preciso trabalhar muito. Os preguiçosos, incompetentes e desleixados são ainda muitos: a nova moral ainda não teve tempo de os curar. ¿E se a comunidade exclue totalmente dos seus benefícios quem não trabalha, porque não excluir de metade deles aquele que só produz metade daquilo com que parece contribuir para o bem-estar comum? A meia tarefa, meia ração. Não haverá inteira justiça distribuitiva — mas temos que nos defender.

Os anarquistas procurarão então que não subsista nem se estabeleça nenhuma espécie de dinheiro, mesmo para os produtos insuficientes, distribuídos mais ou menos proporcionalmente ao trabalho feito. Bastaria que os organismos de distribuição directa fôssem regularmente munidos de mapas de freqüência do trabalho, corroborados por cadernetas pessoais.

O dinheiro iria contra o fim alvejado. Ele permite o entesouramento e dá facilidades ao roubo: é portanto fautor de ociosidade e de perigoso parasitismo.

A revolução, aliás, desvalorizando extremamente o dinheiro, favorece essa supressão. As massas rurais, em

especial, rejeitam desconfiadamente a moeda depreciada, os *assignats*, as senhas de trabalho, ou qualquer outra invenção financeira. Querem produtos—alfaias agrícolas, adubos, vestuário, calçado, etc.—e não papel inútil. Viu-se o que sucedeu na Revolução Francesa e agora na Revolução Russa, onde se constituiram, aliás, comissões para a troca de produtos, sem dinheiro.

Se o colectivismo provisóriamente estabelecido no interior da comuna não implica a necessidade do dinheiro, tampouco implica necessáriamente o colectivismo estendido às relações entre as comunas. Parece-nos que o comunismo, embora parcial, sujeito quási sempre ao arraçoamento, ao rateio, poderia vigorar nessas relações confiando-se em cada comuna no que diz respeito ao modo de obter dos seus membros o rendimento necessário do trabalho.

Entre as comunas, as regiões, os paises emancipados, é necessário desde logo, a nosso ver, estabelecer um regime de inteira confiança, de fraternidade, de franqueza, para destruir as mil prevenções, desconfianças e mal-entendidos que separam especialmente a cidade do campo, o país do país. Os grandes centros, sobretudo, hoje tidos pelas massas rurais, e não sem razão, como ninhos de burocracia e de parasitismo sugador, teem que trabalhar muito para o campo, adaptando-se às exigências da população aldeã, conformando-se sinceramente às suas necessidades reais, dando sem contar, não fazendo questão de valor de troca.

PALAVRAS FINAIS

A tuberculose que tràgicamente pôs fim à existencia estoica do autor, roubando ao mundo revolucionário um dos seus mais sinceros e coerentes propagandistas da Idea, do Libertarismo, — veio privar o leitor de que esta bem pensada e bem intencionada obra tivesse o necessário aca amento, uma conclusão.

Mas as páginas que o leitor acaba de percorrer valem um livro completo; os ensinamentos que ressaltam delas, os princípios que se estabelecem, são mais do que suficientes para constituirem, tais como estão, um interessante e educador livro, em que o militante deve meditar e estudar, e em que todo o operário, todo o trabalhador, manual ou intelectual, encontrará um guia elucidativo e orientador no actual momento da Revolução social.

Atravez de todas essas páginas vemos perpassar as belas qualidades sentimentais e mentais do autor, no seu apostolado, de sempre, pelo Ideal. Todas elas transudam aquela lialdade, aquela sinceridade, aquele amor pela humanidade, aquele culto pela Bondade, pela Verdade, pela Jus-

tiça que encheram sempre, sem tibiezas, a existencia torturada de Neno Vasco!

A intenção, o esforço de toda esta obra que acabamos de lêr é bem uma síntese apurada, uma recapitulação expurgada de particularidades circunstanciais de todos os escritos, de todos os actos, de toda a vida profundamente moral do autor.

Qual a conclusão lógica que o estudioso pode tirar dêste livro, «a concepção anarquista do Sindicalismo»?

A nosso vêr, essa conclusão pode transformar-se na seguinte tese:

O Sindicalismo é por essência, por ideal e por método ou tática, libertário.

E, de facto, quem aceita e compartilha da doutrina filosófica sindicalista na sua puresa essencial e nos seus meios de acção e quizer ser **coerente** *é necessariamente libertário, exclusivamente libertário. Não pode ser outra coisa.*

E, muito embora, o autor se refira à feição histórica da pretendida neutralidade do sindicato e da organização operária (principalmente, paragrafos 46 e 47) o que é certo é que o Sindicalismo tem uma filosofia própria e uma acção especial que é incompatível com práticas parlamentares e eleiçoeiras, com reformismos democráticos e socialistas, com colaboração de classes, etc., com tudo, em fim, que não obedeça à ideologia libertária.

É fazer pura metafisica, que redunda numa repelente imoralidade e um perigo para a causa, aceitar essa duplicidade, êsse desdobramento de opiniões dum indivíduo, que dentro do sindicato tem de ser anti-parlamentar e partidário da acção directa, e fóra do sindicato pode pôr e põe a máscara do eleitor, do parlamentarista, do militarista, dum papa-missas, seja êle monárquico ou republicano ou

socialista e que realiza com os seus correligionários políticos uma colaboração de classes que é a principal inimiga, a arma corruptora dos ideais do Sindicalismo.

Não faz sentido, é profundamente dissolvente tal dualismo. Ou se é uma coisa ou outra. As duas coisas ao mesmo tempo é fooçosamente uma traição a alguma delas ou às duas simultaneamente!

Um individuo integro, um caracter não pode ter uma filosofia para a rua e outra para trazer por casa, não pode abraçar dois ideais que se antegonizam!

Para bem do Ideal sindicalista, como o autor o prova, a velha metafísica da neutralidade política e religiosa do sindicato não pode nem deve continuar. Tem de acabar. Nada de habilidades, nada de tibiezas, de obscurantismos, de confusionismos.

Tudo claro, sincero, lial! E cada qual no campo puro do seu Ideal, da sua Filosofia social.

È ainda êste o sentido que nós podemos tirar às passagens desta obra em que o autor critica, com grande justiça de ideas, a doutrina e a prática da economia burgueza que subordina o consumo à produção das utilidades e faz salientar como são ineonseqüentes aqueles perários que não vêem que a doutrina sindicalista libertária é inversa, isto é, preconiza o principio e a prática da subordinação da produção ao consumo. E por isso êle estigmatiza (Vide. Pag. 55 e 56 nomeadamente) pedagogicamente aqueles que, na cegueira do aumento do seu relativo bem-estar como produtores, se deixam perder e explorar miserávelmente como consumidores.

O aumento do salário ou a conquista de qualquer regalia operária nunca deve sêr feita á custa e contra o consumidor, que é tambem operário.

Para que tais factos constituam uma vitória proletaria, tenham uma vantagem proletária, é indispensavel que ela

seja alcançada à custa exclusiva do patrão, do capitalista, daquele que o Sindicalismo quere eliminar.

Tais são as ideas fundamentais que, a nosso ver ressaltam do livro de Neno Vasco e se a tragédia da sua morte foi uma amargura para os seus amigos e camaradas, ela foi tambem uma perda para o leitor que se viu privado de que êste trabalho tivesse, sem dúvida, esgotado o assunto do problema de que o Sindicalismo para respeitar a sua doutrina e ser coerente tem de ser libertário.

A. L.

INDICE DOS CAPITULOS

Slhi